



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 087 – SÁBADO, 29 DE MAIO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 66ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE MAIO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nº 128/2004, de 24 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 201, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 16665

1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado da Educação

Nº 103/2004, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 259, de 2004, do Senador Hélio Costa..... 16665

1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 1.486/2004, de 25 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 321, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 16665

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2001 (nº 352/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a conversão da união estável em casamento. 16665

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2002 (nº 5.172/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil..... 16665

1.2.5 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 22, de 2004-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 20.491.034,00 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trinta e quatro reais), para os fins que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 16665

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 17, de 2004-CN (nº 225/2004, na origem), da Presidência do Supremo Tribunal Federal, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2004... 16670

Recebimento do Ofício nº 18, de 2004-CN (nº 560/2004, na origem), do Procurador-Geral da República, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio de 2003 a abril de 2004..... 16670

1.2.7 – Ofício

Nº 72/2004, de 27 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 186, e 2004..... 16670

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO ELIFAS – Proposta de pacto político para superar as dificuldades enfrentadas pelo Brasil. 16670

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Defesa da correção da tabela do Imposto de Renda..... 16673

SENADOR ALVARO DIAS – Possibilidade de conflito durante o processo de desocupação, por determinação judicial, de acampamento localizado em Eldorado dos Carajás. 16675

SENADOR JOSÉ JORGE – Importância da Educação..... 16678

SENADOR ALBERTO SILVA – Necessidade da correta aplicação dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios. Proposta de reforma agrária cujo exemplo já pode ser visto no Estado do Piauí. 16682

SENADOR EFRAIM MORAIS – Questionamentos a respeito do programa Fome Zero e das relações do Governo com aposentados e pensionistas. Críticas ao valor do salário mínimo. Defesa da repactuação das dívidas dos pequenos e médios agricultores do Norte e Nordeste..... 16685

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Entrada da empresa Natura na Bolsa de Valores. Parceria da empresa Natura com cooperativas de castanheiros da Amazônia. Discussão de um novo modelo de desenvolvimento para a região amazônica..... 16691

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Denúncia de esquema de sonegação da CPMF. 16693

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Ameaça de apagão em Manaus/AM. Considerações sobre o crescimento econômico do Brasil..... 16707

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nºs 666 e 667, de 2004, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 16716

1.2.10 – Discurso do Expediente (Continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Início da votação, pelo Supremo Tribunal Federal, de ações diretas de inconstitucionalidade contra a taxaço dos inativos. Reajuste do salário mínimo. 16717

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Apresentação de 162 requerimentos de destaque à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. 16721

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Indignação diante dos pedidos de registro da marca “Cupulate” feitos no exterior pela empresa Asahi Foods, uma vez que o produto, um chocolate de amêndoas do cupuaçu, foi desenvolvido pela Embrapa há quase duas décadas. 16721

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Relevância do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – o PNPE. 16723

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Crescimento dos índices de desemprego. Exclusão digital dos professores. 16724

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Matérias publicadas na imprensa a respeito do Governo Lula. 16725

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDA**

Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 7, de 2004. 16730

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 74, de 2004. 16731

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 934 a 952, de 2004. 16731

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 66ª Sessão Não Deliberativa, em 28 de Maio de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Paulo Elifas.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

– Nº 128/2004, de 24 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 201, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –
– O requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa à disposição do requerente.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Educação que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

– Nº 103/2004, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 259, de 2004, do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –
– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Justiça que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

– Nº 1.486/2004, de 25 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 321, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2001 (nº 352/95, na Casa de origem), que “*dispõe sobre a conversão da união estável em casamento*”; e

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2002 (nº 5.172/2001, na Casa de origem), que “*acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil*”.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 22, DE 2004-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$20.491.034,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$20.491.034,00 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trinta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA									10.491.034
		PROJETOS							
05 781	0631 107W	AMPLIACAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE SAO JOAQUIM - SC							1.213.784
05 781	0631 107W 0101	AMPLIACAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE SAO JOAQUIM - SC - NO MUNICIPIO DO SAO JOAQUIM - SC							1.213.784
		PISTA AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	3	2	90	0	250	57.784
			F	4	2	30	0	250	1.156.000
05 781	0631 108B	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE ARRAIAS - TO							2.047.500
05 781	0631 108B 0101	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE ARRAIAS - TO - NO MUNICIPIO DE ARRAIAS - TO							2.047.500
		PISTA CONSTRUIDA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	3	2	90	0	250	97.500
			F	4	2	30	0	250	1.950.000
05 781	0631 108D	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE CAMETA - PA							2.037.000
05 781	0631 108D 0101	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE CAMETA - PA - NO MUNICIPIO DE CAMETA - PA							2.037.000
		PISTA CONSTRUIDA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	3	2	90	0	250	97.000
			F	4	2	30	0	250	1.940.000
05 781	0631 108F	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE JUARA - MT							2.042.750
05 781	0631 108F 0101	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE JUARA - MT - NO MUNICIPIO DE JUARA - MT							2.042.750
		PISTA CONSTRUIDA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	3	2	90	0	250	97.250
			F	4	2	30	0	250	1.945.500
05 781	0631 108G	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE PIMENTA BUENO - RO							1.995.000
05 781	0631 108G 0101	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE PIMENTA BUENO - RO - NO MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO - RO							1.995.000
		PISTA CONSTRUIDA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	3	2	90	0	250	95.000
			F	4	2	30	0	250	1.900.000
05 781	0631 5222	AMPLIACAO DO AERODROMO DE TARAUACA - AC							1.155.000
05 781	0631 5222 0101	AMPLIACAO DO AERODROMO DE TARAUACA - AC - NO MUNICIPIO DE TARAUACA - AC							1.155.000
		AEROPORTO/AERODROMO AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	3	2	90	0	250	55.000
			F	4	2	30	0	250	1.100.000
TOTAL - FISCAL									10.491.034
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.491.034

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA									10.491.034
		PROJETOS							
05 781	0631 106X	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE CACOAL - RO							4.343.963
05 781	0631 106X 0101	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE CACOAL - RO - NO MUNICIPIO DE CACOAL - RO	F	3	2	30	0	250	4.343.963
			F	4	2	30	0	250	220.798
									4.123.165
05 781	0631 106Z	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO BONITO - MS							1.579.620
05 781	0631 106Z 0101	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO BONITO - MS - NO MUNICIPIO DE BONITO - MS	F	3	2	30	0	250	1.579.620
			F	4	2	30	0	250	79.620
									1.500.000
05 781	0631 107F	AMPLIACAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE CABO FRIO - RJ							87.946
05 781	0631 107F 0101	AMPLIACAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE CABO FRIO - RJ - NO MUNICIPIO DE CABO FRIO - RJ	F	3	2	30	0	250	87.946
			F	4	2	30	0	250	87.946
05 781	0631 107I	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE BARREIRINHAS - MA							2.223.398
05 781	0631 107I 0101	CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE BARREIRINHAS - MA - NO MUNICIPIO DE BARREIRINHAS - MA	F	3	2	30	0	250	2.223.398
			F	4	2	30	0	250	111.170
									2.112.228
05 781	0631 5154	REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL							2.256.107
05 781	0631 5154 0001	REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL - NACIONAL	F	4	2	30	0	250	2.256.107
									2.256.107
TOTAL - FISCAL									10.491.034
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.491.034

MENSAGEM Nº 273

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$20.491.034,00, para os fins que especifica.”

Brasília, 25 de maio de 2004.



EM nº 114/2004/MP

Brasília, 17 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), no valor global de R\$20.491.034,00 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trinta e quatro reais), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO/UNIDADE	R\$ 1,00	
	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	10.000.000	10.000.000
Departamento de Polícia Federal	10.000.000	
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP		10.000.000
MINISTÉRIO DA DEFESA	10.491.034	10.491.034
Fundo Aeronáutico	10.491.034	10.491.034
TOTAL	20.491.034	20.491.034

2. No Ministério da Justiça, o crédito visa a inclusão de categoria de programação na Lei Orçamentária de 2004 para o pagamento de indenização aos possuidores e proprietários de armas de fogo registradas e não registradas que de boa fé as entregarem, mediante recibo, ao Departamento de Polícia Federal, conforme disposto na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

3. No que concerne ao Ministério da Defesa, o atendimento do pleito permitirá ao Comando da Aeronáutica, no âmbito do Fundo Aeronáutico, a realização de obras não previstas na Lei Orçamentária de 2004, relativas à construção e à ampliação de pistas

de pouso e decolagem nas localidades de São Joaquim – SC, Arraias – TO, Cametá – PA, Juara – MT, Pimenta Bueno – RO e Tarauacá – AC.

4. A abertura do presente crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, estando em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Cabe esclarecer que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Esclareço, a propósito do que determina o art. 63, § 11, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2004), que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo, e, ainda, o art. 14 do Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, e suas alterações, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

7. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, **Guido Mantega**.

Aviso nº 581 – C. Civil.

Brasília, 25 de maio de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário, Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$20.491.034,00, para os fins que especifica.”

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.837, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saídos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á

a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

LEI Nº 10.707, DE 30 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2004.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2004, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I o § 2º deste artigo, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se cré-

dito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, inciso III, alínea **a** desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....
DECRETO Nº 4.992,
DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2004, e dá outras providências.

.....
Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimento" e "Inversões Financeira", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.
.....

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001 – CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 2-6 Publicação e distribuição de avulsos;
Até 10-6 Prazo final para apresentação de emendas;
Até 15-6 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 25-6 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A Presidência recebeu o Ofício nº 17, de 2004-CN (nº 225/GP/2004, do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, no exercício da Presidência), encaminhando ao Congresso Nacional, conforme determina o inciso I do artigo 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2004.

O ofício vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A Presidência recebeu o Ofício nº 18, de 2004-CN (nº 560/PGR/GAB/2004, do Procurador-Geral da República), encaminhando ao Congresso Nacional, conforme determina o art. 111 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio de 2003 a abril de 2004.

O ofício vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT na Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 72/Plen

Brasília, 27 de maio de 2004

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes, PT/MG, em substituição ao Deputado Arlindo Chinaglia, PT/SP, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 186, de 2004 (Primeiro Emprego).

Atenciosamente. – Deputado **Arlindo Chinaglia**,
Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao nobre Senador Paulo Elifas.

S. Exª dispõe da palavra por até 20 minutos.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o País vivenciou, nos últimos meses, um dos

períodos de maior turbulência na sua trajetória política. Ao expectador menos avisado, de passagem pelo Congresso, leitor dos anais, ou atento às telas das TVs Senado ou Câmara, poderia dar-se conta de que o noticiário sobre desemprego, violência, estagnação econômica, desequilíbrio na distribuição de renda não passaria de mero diversionismo da imprensa.

O Brasil possui um dos maiores potenciais de desenvolvimento de todo o planeta: recursos naturais dos mais estratégicos; todos os micro-climas, o que permite cultivar praticamente todos os produtos das prateleiras do mundo, em todos os períodos do ano; mais de um décimo de toda a água doce; a maior floresta; amplas extensões de terras produtivas ainda desocupadas; trabalhadores habilitados para tornar realidade o que já foi chamado, um dia, de celeiro do mundo.

Todos esses imensos potenciais produtivos são incompatíveis com os grandes problemas brasileiros dos dias atuais, fartos no noticiário e presentes em todas as pesquisas de opinião que povoam a imprensa.

O Brasil não poderia, jamais, ocupar os últimos lugares no **ranking** de todos os países, em termos de distribuição de renda. É incrível que, enquanto há dúvidas sobre as vantagens brasileiras em participar da Alca, num outro possível bloco de nações, as de maior distância entre ricos e pobres, os pares brasileiros seriam Botsuana, República Centro-Africana e Namíbia.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora tenhamos tamanhos potenciais, convivendo com problemas de igual monta, nós nos damos ao luxo de passarmos meses a fio discutindo “profundamente”, como numa sucessão de sambas de uma única nota, se o Ministro sabia dos desmandos do funcionário de segundo escalão, as flores do Palácio, as gestações de presidências de Mesas no Parlamento, nove meses antes do final da gestão dos atuais mandatários e, até mesmo, as malfadadas notícias internacionais sobre quantidades e preferências étlicas do Senhor Presidente da República, baseadas em fontes pouco fidedignas. O episódio Waldomiro ocupou corações e mentes durante semanas a fio. A expulsão do tal jornalista embebedou as discussões dos últimos dias.

Enquanto isso, não se discute, no Congresso e no Governo Federal como um todo, uma agenda para o País. Parece que se alastra, a olhos vistos, uma miopia epidêmica, sem visão de longo prazo e sem uma listagem prioritária dos grandes problemas que se deseja solucionar. Não se discutem profundamente as causas das nossas maiores mazelas, quando muito arremedos de soluções para suas conseqüências. Assim, as discussões, quando ocorrem, mais se parecem cadernos de jornal, distribuídos em blocos de

temas, como se a procura por empregos nada tivesse a ver com a economia, ou, igualmente, se as páginas policiais não mantivessem correlação com o desemprego e com a estagnação econômica.

O Brasil precisa construir a sua agenda para o amanhã. Milhões de brasileiros jovens estão entrando no mercado de trabalho, a cada ano, e, em vez de engrossarem as estatísticas de produção, juntam-se aos números, já preocupantes, da grande massa desempregada. Recursos que são escassos no mundo desenvolvido aqui repousam “em berço esplêndido”, ou são dilapidados, vítimas da sanha internacional, na construção do amanhã dos outros, em detrimento do presente e do futuro dos nossos.

Pior: as discussões mais acaloradas parecem indicar que estamos perdendo, também, a nossa visão de presente. Os problemas do Brasil estão aí, nas ruas, nas favelas, nos campos e nas cidades. A violência já não é mais atribuição exclusiva do policial civil ou militar e ocupa as estratégias de guerra dos exércitos, dos batalhões de pára-quedistas, dos brucutus e dos aviões de combate. Os empresários, principalmente os de pequeno e médio porte, exatamente os que mais empregam, são vítimas dos juros exorbitantes e da maior carga tributária do planeta. Salários que mal propiciam a sobrevivência dizimam o mercado interno em escala continental. Enquanto isso, gastamos rios de tinta e de saliva para discutir, horas, dias e meses, sobre o assessor do Ministro, a CPI que não houve, a serenidade perdida, a estrela plantada nos jardins do Alvorada, a cartela do bingo.

As discussões no Congresso nunca são de caráter ideológico e sim de conteúdo programático capitaneado pelo objetivo de cobrança ética com relação ao Partido dos Trabalhadores de antes do Governo e seu comportamento após o início do Governo.

É bem verdade que os princípios administrativos e políticos do PT são quase os mesmos do governo antecessor. Não se questiona com ênfase a condição econômica que pregou com tenacidade na busca do superávit, mantendo com isso o controle inflacionário. Não se questiona aqui o programa de reforma agrária implementado pelo Governo Lula. Cobra-se, porém, ordem e autoridade sem submissão às lideranças do MST. O PPP que ora tramita no Senado Federal é amplamente defendido e apoiado por todas as correntes ideológicas desta Casa. O que realmente todos cobram, e isto é unanimidade, é a materialização, com rapidez, dos discursos como o Fome Zero, emprego, saneamento, educação e outros mais, que ficam belos e emocionais quando saídos dos pronunciamentos do Presidente. A impressão é de que os Ministros fazem ouvidos moucos ao Presidente, dando a impressão,

com isso, de uma exacerbada confiança contida nos discursos palacianos.

O Congresso Nacional precisa, urgentemente, capitanear uma ampla discussão, em dimensões de curto e médio prazos, no sentido da construção dessa agenda nacional, em termos positivos. Os problemas do dia-a-dia têm que ser, evidentemente, resolvidos nos seus devidos foros, segundo atribuições e responsabilidades legais. Mas eles não podem monopolizar o tempo de quem é, principalmente, responsável pelas questões estruturais, pela construção de um plano de desenvolvimento nacional, que incorpore os milhões de excluídos e que faça crescer a renda e que ela seja distribuída democraticamente, para que se construa a verdadeira cidadania no Brasil. Os males do cotidiano da vida pública têm que, necessariamente, ser extirpados, mas eles não podem se constituir na bactéria que paralisa o País.

O Governo Federal necessita de paz para levar a cabo a esperança depositada nas urnas. Não há com continuar, tal e qual um bingo, apostando qual será a próxima questiúncula que deverá ocupar as mentes mais privilegiadas do País, num elevado custo de oportunidades em relação às nossas maiores e verdadeiras mazelas. Há que se recuperar o planejamento de médio e longo prazos, realimentando a sua própria execução, num dia-a-dia que se transforme em etapas cumpridas para se atingir os objetivos maiores, sonhados por milhões de brasileiros.

Não há problemas na base de sustentação do Governo diferentes dos problemas da Oposição. Os problemas são brasileiros e não haverá mais necessidade de profundos e demorados diagnósticos para melhor conhecê-los. Basta que se percorra as ruas e as praças das cidades brasileiras, palco do desemprego e cenário da violência. Não há que se importar soluções mirabolantes para atacá-los. Basta a nossa própria geografia, a nossa própria história e a nossa própria demografia.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazemos um apelo reiterado ao Congresso Nacional: vamos, com a sensibilidade dos eleitos pelas urnas, trazer a lume as grandes questões, que não surgem do acaso nem são estanques. Elas são reais e mantêm, entre si, fortes correlações. Vamos cumprir as nossas atribuições constitucionais de elaborar e votar projetos que aperfeiçoem a realidade brasileira e de fiscalizar a sua execução pelo Poder Executivo. Vamos criar as condições necessárias para que esse mesmo Executivo possa dar cabo das idéias aprovadas nas últimas eleições, cujo grande recado foi a esperança e a mudança. Vamos construir juntos o país desta e, principalmente, das próximas gerações.

Para tudo isso, é preciso um grande pacto político. Não podemos permitir que as questões menores entrem na discussão dos grandes temas nacionais nem que as possíveis diferenças pessoais e partidárias bloqueiem a compreensão de uma realidade cuja grande riqueza repousa exatamente nas suas diferenças. Que as diferenças de idéias e de posicionamentos sirvam, portanto, para enriquecer o debate e não para inviabilizá-lo.

Todos os partidos políticos, sob qualquer princípio ideológico, devem conjugar esforços no sentido da construção de um projeto comum para superar esse momento de crise, quando os níveis de desemprego superam os limites mais aceitáveis, a violência urbana e rural mais se parece com uma guerra civil não declarada, o crescimento da produção coloca-se abaixo do crescimento vegetativo da população, a distribuição de renda configura um verdadeiro **apartheid** social, onde menos de dez por cento dos brasileiros detêm mais da metade de tudo que se produz no país. Aceitam-se enfoques diferentes na compreensão da realidade brasileira, pois assim também se pratica a democracia. O que não se concebe é que, por questões menores que o interesse nacional, se dinamite os bons propósitos dos governos e da sociedade civil na direção de uma Nação livre, justa, democrática e soberana.

Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a é o próximo orador.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Sim, Sr. Presidente, mas eu gostaria de apartear o Senador Paulo Elifas para dizer que o seu discurso mostra a sua sensibilidade social, tocando nas feridas deste País. Uma ferida que me envergonha muito é essa má distribuição de riqueza. O nosso dever é trabalhar dentro desta Casa para tentar corrigir isso. Tenho certeza de que V. Ex^a será um aliado para tentar mudar esse perfil do nosso Brasil.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Correto, Senador Augusto Botelho. O Brasil é um país que se esquece dos problemas que tem. Temos aí fora desemprego, temos fome grassando pelos campos, violência de todo tamanho e qualidade e, aqui no Congresso, ficamos discutindo os jardins do Palácio, ficamos discutindo a questão do Waldomiro por meses a fio, buscando criar uma CPI que realmente não se constituiu, esquecendo que fomos eleitos para estarmos aqui no Congresso e, com o Presidente no Palácio, para resgatar o povo brasileiro da miséria em que vive.

Hoje, temos um superávit imenso exportando alimentos, enquanto nosso povo não tem o que comer.

Nós, políticos e representantes do povo, temos de nos preocupar com essa situação e tentar, de qualquer maneira, resolvê-la com a maior brevidade possível.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Elifas, permita-me apartear-lo para dizer que V. Ex^a, recém-chegado a esta Casa, conhece a alma popular. V. Ex^a conhece as aspirações, sonhos, esperanças e procura retratá-las da tribuna com fidelidade. Brasília, realmente, é diferente. Não podemos nos envolver demais com o cenário brasileiro; precisamos sentir o drama que vivem as pessoas no interior do País. Cheguei ontem, à meia-noite, do interior do Pará, onde estive em Marabá, Altamira, Eldorado dos Carajás, e pretendo fazer um relato desta tribuna do que vi, hoje ainda. Quero cumprimentá-lo porque V. Ex^a conhece esse interior do País e sabe que o se diz aqui, muitas vezes, não é o que se vê lá. As esperanças decantadas por aqui nem sempre são as mesmas esperanças que brotam nos campos do País, do interior desse Brasil imenso. Portanto, a presença de V. Ex^a aqui acrescenta e certamente contribui para que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, possa ser uma voz mais realista das aspirações sociais no Brasil.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – A Presidência cumprimenta o Senador Paulo Elifas, que, além de um belo pensamento social, ainda ficou dentro do tempo exato, dificuldade que nós, mais antigos, estamos tendo aqui na tribuna.

Parabéns a V. Ex^a, que colaborou com os trabalhos.

De imediato, chamo o Senador Augusto Botelho. V. Ex^a dispõe da palavra por vinte minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tratar, por mais uma vez, da malsinada falta de correção da tabela do Imposto de Renda.

O Brasil é um País complexo, colonizado por um processo senhorial de ótica extrativista e não civilizatória. O povo sempre foi visto pelas elites econômicas e sociais e boa parte da intelectualidade como um mal para que as tarefas ditas menos nobres pudessem ser desempenhadas sem que ficasse ameaçada a perpetuidade do domínio dos poderosos.

Com o crescimento populacional, o desenvolvimento tecnológico, a simplificação do acesso a bens e serviços, com a necessidade do Estado de arrecadar mais para prover-se de recursos para seus gastos, maximizou-se a necessidade de aumento da arrecadação do Tesouro Nacional. E assim o Estado

brasileiro foi, gradativa e inexoravelmente, aumentando sua carga tributária em cima dos cidadãos, pessoas físicas ou jurídicas, que estavam a seu alcance fácil para taxação.

Isso, todavia, nunca se refletiu, infelizmente, numa verdadeira política de valorização da cidadania e de inclusão na sociedade. A demonstração cabal dessa realidade é que a tributação nacional subiu de 24% para quase 35% do PIB, em cerca de uma década, nos anos 90 recém-terminados.

Os governos que se têm sucedido não têm tido complacência alguma com a população, principalmente as classes média e pobre, tirando-lhes tudo que é possível via impostos e taxas. Uma das maiores fontes de arrecadação é o Imposto de Renda, cuja tabela não tem sido reajustada como deveria nos últimos anos. Para culminar, prorrogou a alíquota de 27,5% de desconto de Imposto de Renda para o ano de 2004.

Ao invés de aumentar a renda nacional e, em consequência, a base de arrecadação de tributos e contribuições, os governos preferem extrair mais e mais dos mesmos bolsos dos quais sempre tiraram. Para se ter uma idéia, o teto mensal de isenção de desconto na fonte passou de R\$900,00, em 1^o de janeiro de 1996, para R\$1.058,00, válidos ainda este ano, ou seja, um reajuste de 17,6% em oito anos, enquanto a moeda se desvalorizou no mesmo período em mais de 60%.

Sr. Presidente Paulo Paim, Sr. Senador Paulo Elifas, tal diferença traduz um real confisco de renda dos trabalhadores pelo Governo Federal ao provocar o aumento do desconto do Imposto de Renda, seja pela inclusão de novos contribuintes cuja renda ultrapassou o teto de isenção seja pelo aumento de descontos dos que já contribuíam. Assim, rendas que foram corrigidas apenas por índice de inflação com o fito de recompor o poder aquisitivo são diminuídas nesse mesmo poder aquisitivo pelo aumento do imposto que lhes é descontado. Tal prática configura, de modo inequívoco, um espúrio confisco de renda.

Sr. Presidente, Sr. Senador Alvaro Dias, corrigir a tabela de faixas de rendimentos para efeito de Imposto de Renda é um dever do Estado. Não fazê-lo constitui um esbulho contra a cidadania, sobretudo porque essa sobretaxação incide justamente sobre rendimentos mais baixos, provocando, como efeito colateral extremamente pernicioso, o aumento da vergonhosa concentração de renda, fenômeno já extremamente acirrado em nosso País e que tem crescido sobremaneira nos últimos anos.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias com prazer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a aborda uma situação fundamental e até emblemática, resultante de várias promessas descumpridas. A correção da tabela do Imposto de Renda é um compromisso descumprido pelo Governo e isso, queremos destacar aqui, também promove queda de renda. Essa queda de renda que vem se verificando sucessivamente, ao longo dos meses, aumenta o desemprego. Como o orçamento familiar se torna insuficiente, aqueles que até então não buscavam emprego porque estavam estudando, tinham condições de dispensar o salário para dedicar-se naquela fase da vida ao aprendizado, entraram agora nas estatísticas dos que buscam emprego. A não-correção da tabela do Imposto de Renda significa mais impostos e, portanto, limitação do orçamento familiar, já esgotado na sua capacidade de realizar as necessidades básicas da família. Com isso, promove o desemprego no País, que vem batendo recordes sucessivos. Cumprimento V. Ex^a porque esta Casa do Congresso Nacional tem o dever de cobrar do Governo o cumprimento de seus compromissos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

A situação torna-se ainda mais gritantemente injusta quando se constata que a mesma estagnação de valores do desconto na fonte se reproduz na declaração anual de ajuste, agravada pelo fato de que gastos anteriormente contemplados como abatimentos possíveis na renda bruta do declarante ou não mais são considerados ou tiveram os seus valores fortemente reduzidos. A consequência direta é que mesmo uma pessoa que não tenha tido sua renda aumentada de um centavo sequer de um ano para o seguinte terá maior imposto a pagar no próximo ano. Mas uma vez, o Estado está se apropriando de modo indevido do rendimento do trabalho honesto dos cidadãos.

Com a falta de correção da tabela e das deduções, cerca de seis milhões de trabalhadores, que deveriam estar na faixa de isenção pelas regras válidas em 1996 e que foram mantidas até hoje, transformaram-se em contribuintes, de acordo com a Unafisco – Associação dos Ficais da Receita Federal. Outros seis milhões de trabalhadores tiveram sua carga aumentada, alguns até em 200%. Será preciso alinhar mais aumentos e dados para demonstrar e convencer que o Estado brasileiro se transformou num explorador do contribuinte?

Se for preciso, posso também dizer que a Unafisco Sindical, entidade representativa dos auditores fiscais da Receita Federal, estima que o Governo arrecadou R\$14,5 bilhões a mais, no período de 1997 a 2001, por causa dessa não-correção da tabela. Entende-se

agora por que interessa tanto aos governos manterem a tabela inalterada.

Tal estado de coisas colide com diversos princípios constitucionais, sobretudo os tributários da igualdade (art. 150, II), da capacidade contributiva (art. 145, § 1º), da vedação do confisco (art. 150, IV) e da estrita legalidade (art. 150, I).

Ainda segundo nota da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, a falta de correção integral dos valores das faixas de contribuição implicou redução da massa salarial líquida do País de R\$4,5 bilhões somente este ano. O aparte do Senador Alvaro Dias toca justamente neste assunto: a diminuição da capacidade de aquisição da família, a redução do poder de compra do salário. Isso significa cerca de 1% a menos de recursos disponíveis para 6,69 milhões de trabalhadores que atualmente contribuem para esse tipo de imposto.

Sr. Presidente Paulo Paim, tenho plena convicção de que chegou ao fim o tempo em que o Estado podia decidir unilateralmente o que fazer para arrecadar dinheiro para se financiar. Chegou o momento em que a sociedade brasileira e nós, parlamentares seus representantes, devemos reivindicar participação ativa nas escolhas sobre a carga tributária, melhor dizendo, sobre o modelo tributário que devemos adotar no País.

Precisamos transformar o Estado brasileiro no real articulador do desenvolvimento econômico, mas sobretudo do desenvolvimento social. Precisamos dotar a sociedade organizada de mecanismos eficazes para protegê-la dos gananciosos predadores do bem comum.

Corrigir a tabela do Imposto de Renda não é uma concessão a ser obtida do Governo. É uma obrigação a ser cumprida pelos que hoje estão no comando da Nação. Agir de outro modo é continuar a esbulhar o povo e aprofundar a concentração de renda e a injustiça social que sufoca este País.

Espero que os governantes da nossa Pátria finalmente se voltem para o povo e corrijam a tabela de faixas de rendimentos e deduções para o Imposto de Renda. É um dever de justiça ao qual o Governo não pode se furtar.

Gostaria também de registrar que fiquei muito feliz com o crescimento de 2,7%. Espero que mantenhamos essa curva de subida, porque se o País arrecadar mais poderemos fazer as correções sociais necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa cumprimenta o Senador Augusto Botelho por ter ficado, a exemplo do Senador Paulo Elifas, exatamente dentro do tempo previsto e, de imediato, convoca a fazer uso da palavra o nobre Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a dispõe da palavra por até 20 minutos, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem visitamos a ante-sala da tragédia. Estivemos, com a Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra, visitando regiões do interior do Pará, a começar por Eldorado dos Carajás, que há oito anos presenciou o deplorável espetáculo da violência que levou pessoas à morte provocando indignação nacional e internacional.

Visitamos uma ocupação na fazenda Peruano, em um acampamento denominado Lourival Santana, onde há 1.100 famílias, a 12 quilômetros do local da tragédia ocorrida há oito anos, e assustou-nos o cenário de tensão em que vivem aquelas famílias. A juíza de Direito Agrário da localidade determinou a reintegração de posse, o Governo do Estado é obrigado a cumprir a lei, e as famílias que se encontram na área invadida ameaçam resistir até a morte.

Estamos nesta tribuna, na manhã de hoje, alertando as autoridades federais e do Pará para a iminência de uma nova tragédia, que tem que ser evitada a qualquer custo.

Ontem, acompanhado dos Senadores Sibá Machado e Ana Júlia Carepa, e dos Deputados Federais João Alfredo – Relator da CPMI –, Josué Bengtson, José Geraldo e Jamil Murad, procuramos contribuir para que se busque o entendimento e se evite a tragédia. Conversamos com o Governador do Estado, que adiantou estar também preocupado, pois não deseja um confronto e nem de longe imagina ou admite a hipótese de uma nova tragédia no seu Estado. S. Ex^a acrescentou que tem contatado o Poder Judiciário, na esperança de buscar uma solução alternativa ao despejo à força.

O Incra realiza uma vistoria no local já que, embora, por um lado, a fazenda seja extraordinariamente produtiva e moderna, há a hipótese de existirem áreas ilegais no contexto dessa propriedade; há a hipótese de existirem áreas improdutivas em uma propriedade extremamente produtiva e moderna. Portanto, o que se pede é tolerância até que o Incra conclua a vistoria e apresente o laudo conclusivo.

Possivelmente teremos solução para esse impasse, sem violência, sem a utilização da força militar para o despejo das famílias, incluindo cerca de 500 crianças. Não podemos imaginar o que ocorreria se o Governo Estadual fosse obrigado a enviar forças a Eldorado dos Carajás para cumprir a ordem de reintegração de posse emitida pela juíza do Direito Agrário de Marabá.

Sr. Presidente, o que nos assustou foi constatar a impunidade naquela região do País. De 419

assassinatos ocorridos ali, houve apenas sete júris populares e a condenação de um único pistoleiro. É evidente que, quando a impunidade campeia, a violência grassa. Não há como impedir a violência sem se impor o rigor da lei, sem responsabilização civil e criminal pelos ilícitos praticados, sem cadeia para os pistoleiros. Sem isso estaremos estimulando a criminalidade. A impressão que fica é que a autoridade se ausentou de forma completa, de forma absoluta, e que prevalece a lei da selva.

Ouvimos um relato sigiloso da viúva de Dezinho, líder de trabalhadores rurais da cidade de Marabá. A viúva, de nome Maria Joel, relata estar sendo ameaçada por ter assumido a posição de líder antes ocupada por seu marido, assassinado recentemente. Os assassinos ou os responsáveis pela morte do líder sindical continuam impunes.

Não se solucionam crimes os mais violentos possíveis ocorridos naquela região do País. Os procedimentos policiais são morosos e comprometidos pela escassez de pessoal. Os inquéritos policiais não se completam. As ações judiciais, da mesma forma, não se concluem. O que fica é a certeza da impunidade, que protege os criminosos e coloca em insegurança absoluta a família trabalhadora.

Os grileiros chegaram àquela região do País atraídos pelas novas estradas construídas em determinado período governamental, e por alguns outros empreendimentos, e a demarcação das fazendas em terras públicas passou a ocorrer.

Os Senadores Paulo Elifas e Augusto Botelho conhecem bem essa realidade, porque vivem em uma região do País que atrai pioneiros, desbravadores. S. Ex^{as} conhecem a realidade do desbravamento. Na região que visitamos, áreas públicas foram ocupadas e há pessoas que as vendem. Nessa região do Pará há uma propriedade de um empresário paranaense de 4,8 milhões de hectares, ou seja, do tamanho da Bélgica.

É evidente que isso provoca insatisfação e indignação. Assim, os posseiros que foram expulsos se organizaram em sindicatos e politizaram a luta pela terra naquela região, sendo que Dezinho era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá.

Além da morosidade dos procedimentos judiciais e dos inquéritos policiais, há também o desaparecimento de processos judiciais. Considero esse um fato da maior gravidade, e estamos nesta tribuna denunciando-o aos Poderes constituídos da República, ao Poder Judiciário, ao Ministro da Justiça, porque há necessidade de uma ação de emergência naquela região.

Creio, Senador Paulo Paim, que o Ministro da Justiça poderia inteirar-se dos fatos neste momento

e tomar providências para evitar novas tragédias não apenas em Eldorado dos Carajás, nessa propriedade ocupada, como também em Altamira. Estivemos com proprietários rurais e trabalhadores sem terra no Município de Anapu e soubemos que há também um cenário estabelecido no local para uma eventual tragédia se não houver uma ação pronta da autoridade pública.

O Sr. Paulo Elifas (PMDB – RO) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo um aparte ao Senador Paulo Elifas.

O Sr. Paulo Elifas (PMDB – RO) – Agradeço-lhe, Senador Alvaro Dias, Senador que admiro muito não só por ser paranaense, como eu, mas também pela sua história política no Estado do Paraná, onde vivemos até os trinta anos e tivemos oportunidade de votar no candidato Alvaro Dias para Deputado Estadual duas vezes. Realmente, a situação da ocupação de terras na Amazônia é um escândalo. Há um nítido sucateamento do Incra. O Incra não consegue delimitar as terras para os trabalhadores rurais na proporção em que as terras são ocupadas pelos grandes grupos econômicos, que demarcam milhares de hectares – são quatro milhões de hectares, como V. Ex^a acabou de citar. Há, pois, muitos trabalhadores sem condições de ocupar essas pequenas propriedades demarcadas pelo Incra, em benefício desses grandes grupos econômicos. No Estado de Rondônia, há fazendas com milhares de hectares, apesar de o Estado de Rondônia ser ainda um dos Estados da Amazônia que tem a maior quantidade de pequenas propriedades rurais graças à precocidade com que o Estado de Rondônia foi ocupado nos anos 70. Só para ilustrar, em 1970, havia menos de 100 mil habitantes no Estado de Rondônia; hoje, no nosso Estado, há 1,5 milhão de habitantes. A ocupação de Rondônia, na oportunidade, fez-se pelo fluxo de agricultores do Paraná, de Minas Gerais, de São Paulo e do Espírito Santo, que chegaram na região sem dinheiro e sem terra. O Incra projetou, realmente, uma reforma agrária ao longo da BR-364 – que, naquela época, nem sequer era asfaltada – e, de certa forma, fez no Estado de Rondônia um pouco de justiça social em relação ao proprietário rural. Mas, em outros Estados da Amazônia, a ocupação ilegal das terras públicas é realmente muito vergonhosa, e a isso o Governo não se atém. Inclusive, já houve uma “CPI da Terra”, cujo Presidente foi um saudoso Deputado Federal de Rondônia já falecido, vítima de câncer, o qual denunciou a presença de grandes extensões de terras sob o comando de grupos econômicos paranaenses, mato-grossenses e estrangeiros, inclusive. É preciso que o Governo tome

uma resolução, tome a iniciativa de olhar a Amazônia, que, da maneira como está abandonada, vai realmente ficar ocupada, devastada, e, em muito pouco tempo, vamos lamentar o fato profundamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Elifas, especialmente pela generosidade de suas palavras e pela lucidez da análise que faz, acrescentando ao nosso pronunciamento componentes importantes para que o Governo considere.

Creio que governar é também se antecipar aos fatos, e o Governo tem sido lento em demasia. Procura, confortavelmente instalado em Brasília, aguardar os acontecimentos no interior do País, e, depois, é tarde demais. O balanço é trágico!

Verificamos, na audiência pública que realizamos em Altamira, que há um cenário de conflagração incrível no Município de Anapu. Denúncias inúmeras, acompanhadas de farta documentação, apontam para a existência de grupos armados trabalhando na segurança de fazendas, ameaçando com violência tanto os invasores dos movimentos sociais como os posseiros da região. Estamos fazendo esse alerta ao Governo, ao Ministro da Justiça especialmente, que deve liderar uma ação pública em favor da paz e da tranquilidade naquela região do País.

Queremos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembrar desta tribuna esse cenário de incompetência absoluta que se descortina no interior do Paraná em função da ausência da autoridade governamental no que diz respeito à reforma agrária, ao aproveitamento das potencialidades extraordinárias existentes neste País. Quem conhece o Pará, por exemplo, não pode, de forma alguma, admitir que se diga não existir possibilidade de se promover no País uma reforma agrária razoável, para evitar a exacerbação que cresce de forma avassaladora em função da pressão social que se avoluma diante do bolsão de pobreza que se apresenta no País. Imaginamos que o Governo deveria lançar mão urgentemente de todas as áreas públicas para a promoção da reforma agrária, a fim de distensionar o campo brasileiro.

Imaginamos que, sem instrumentalizar o Incra, como afirma conscientemente o Senador Paulo Elifas, não há como promover reforma agrária.

Com relação à invasão em Eldorado dos Carajás, apelamos ao Incra para que agilize os procedimentos. Não há como aguardar meses para a conclusão da vitória, para a apresentação de um relatório conclusivo que possa orientar, inclusive, o Poder Judiciário para que este reveja a sua decisão de reintegração de posse daquela área. O Incra é moroso. É evidente que não podemos responsabilizar algumas pessoas, mas há que se responsabilizar o Governo, inclusive o Presidente da

República, porque cabe a Sua Excelência instrumentalizar o Incra de forma mais competente, para que esse órgão possa exercer a sua função com maior eficiência, sobretudo nesse caso. Não podemos aguardar que ocorra uma tragédia para tomar providências.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a está tomando uma atitude, e espero que o Governo o ouça, o que não ocorreu em relação à área de Roosevelt, em Rondônia. Embora o Governador tenha alertado para a situação, aconteceu um massacre. Penso realmente que a reforma agrária neste País tem de ser feita de forma efetiva. Não adianta jogar a pessoa no lote e não dar assistência. No meu Estado, há mais de dez mil lotes abandonados pelos produtores, que os receberam não no Governo Lula, mas nos últimos quinze ou vinte anos. Colocaram as pessoas na terra e as abandonaram. Nem sequer a estrada é recuperada por falta de recursos. Creio que V. Ex^a está evitando que haja mortes em Carajás. No caso de Rondônia, as autoridades foram avisadas, e aconteceu o massacre. Espero que o Ministro da Justiça preste atenção e tome uma atitude. O mesmo poderá acontecer em Roraima. Se a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol for feita como querem a Funai e o Ministério da Justiça, haverá conflito e, certamente, morrerão pessoas. Se esse fato ocorrer no meu Estado, responsabilizarei o Ministro da Justiça e, secundariamente, o Presidente da República. Reafirmo o que penso porque espero que não sejam tomadas atitudes contrárias à vontade da maioria das pessoas que vivem na região. V. Ex^a toma uma atitude muito nobre ao alertar o Governo, para evitar que haja em Carajás outra vergonha como o massacre que houve em Roosevelt.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Mais uma vez, destaco essa advertência às autoridades federais e estaduais. O Governador Simão Jatene está extremamente preocupado e tem procurado o entendimento para evitar uma nova tragédia em Eldorado dos Carajás.

Trazemos para Brasília esse cenário de dramaticidade em que vivem famílias no interior do Pará, apelando, mais uma vez, para o Ministro da Justiça e, quem sabe, para o Poder Judiciário do País, para que interfira e evite a deflagração da violência naquela região, sobretudo para que se acabe com a impunidade e se restabeleça o Estado Democrático de Direito em sua plenitude, com a imposição do rigor da lei, para que a criminalidade não prospere no interior do Brasil.

Quanto à reforma agrária, chegamos à conclusão de que ela é, sem dúvida alguma, possível, basta que se cumpra a Constituição.

Aqui eu gostaria inclusive de fazer referência à obra do professor Rogério Moreira Orrutea, denominada **Da Propriedade e a sua Função Social no Direito Constitucional Moderno**, publicada pela Editora da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. Nela, o professor Rogério demonstra que a Constituição do País apresenta todos os instrumentos necessários para que se faça uma reforma agrária dentro da lei, respeitando o direito à propriedade. É possível até que se alegue a necessidade de legislação complementar para regulamentar dispositivos constitucionais, mas, a meu ver, eles são tão claros que até dispensariam a legislação complementar.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Basta que o Governo respeite a Constituição, respeitando o direito de propriedade. Desde que ela realize os objetivos finais, exercitando a função social em sua plenitude, e seja realmente produtiva, há possibilidade de realizar uma reforma agrária minimamente razoável, que atenda a parte da demanda.

É evidente que não podemos almejar quantidade de assentamentos. É preciso, como quer o Senador Augusto Botelho, preocupar-se com a qualidade. Compatibilizar quantidade com qualidade é também uma arte de governar, e o Governo pode, com os recursos disponíveis, realizar uma reforma agrária que atenda a parte da demanda e pode preparar um grande programa de qualificação profissional da mão de obra, para que trabalhadores urbanos desempregados que engrossam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra possam ter oportunidade de trabalho também na área urbana.

Com a permissão do Presidente Paulo Paim, concedo o aparte ao Senador Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senador Alvaro Dias, apesar de o tempo de V. Ex^a ter terminado, a Mesa concederá mais um minuto para que o nobre Senador Alberto Silva cumprimente V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Em um minuto é possível cumprimentar V. Ex^a pelo tema importante. Apenas desejo apresentar um adendo ao que V. Ex^a disse. Quanto a esse problema de terra improdutiva ou não-produtiva, creio que não está na Constituição que a terra, não sendo produtiva, poderá ser invadida. E o direito de propriedade, a Constituição não garante? Meu caro Senador, no Piauí, estamos fazendo uma reforma agrária a nossa moda. Nada de gastar dinheiro público com desapropriação e assentamentos; fazemos arrendamentos. O proprietário arrenda uma área por cinco anos. Reunimos cinco mil lavradores e criamos uma unidade, uma empresa – não se trata de coope-

rativa – que, por cotas, usa o dinheiro do Pronaf. Com um hectare de terra, uma família recebe R\$500,00 por mês. Esses assentamentos que aí estão não têm rumo, porque dão 20 hectares a cada família, mas elas ficam sem saber o que fazer com a terra. Como o espaço de tempo é curto, cumprimento V. Ex^a. Voltarei a abordar esse assunto no momento oportuno.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Alberto Silva, conheço V. Ex^a como um administrador pragmático, objetivo, de visão de futuro e que, na simplicidade das ações governamentais, realiza objetivos que aqueles que querem ser mais sábios não conseguem alcançar. V. Ex^a tem que ser ouvido pelo Presidente da República e pelo Governo. A eficiência, a prática administrativa, a capacidade de gerenciamento que sobram em V. Ex^a estão faltando ao Governo Federal.

Esperamos que o Presidente Lula possa recuperar essa capacidade de gerenciamento, de liderança, de comando, restabelecendo a autoridade, impondo o rigor da lei, preservando o Estado Democrático de Direito e realizando as aspirações sociais da sociedade brasileira, porque foram justamente elas que o conduziram ao poder neste País.

Sr. Presidente, concluo com a advertência: estamos alertando que há risco, sim, de tragédia. E uma nova tragédia seria deplorável. Vidas humanas seriam ceifadas e a imagem do nosso País, já desgastada, estaria definitivamente comprometida no mundo da paz.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, que havia permutado o seu tempo com o Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, deixarei de lado a questão mais direta do Governo, os problemas que acontecem todos os dias, para falar, mais uma vez, sobre a questão educacional em nosso País.

Há três semanas, fiz um pronunciamento, desta tribuna, sobre um aspecto que deveria ser prioridade no programa educacional do Governo: a alfabetização das crianças, a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental de primeira e segunda séries, quando crianças de sete e oito anos são alfabetizadas, para que essas crianças, já sabendo ler, possam tirar o melhor rendimento possível das demais séries do primeiro grau, algo que não acontece atualmente.

Boa parcela – mais de 50% – de nossas crianças chega à quarta série do primeiro grau sem saber ler e escrever. Essa ação traria maior possibilidade de melhoria do rendimento educacional brasileiro, porque

nessas séries estão as maiores deficiências. Essa seria a primeira prioridade.

Infelizmente, o Ministério da Educação do Governo do Presidente Lula se apresenta sem prioridade. O Ministério já está no segundo Ministro, mas, aparentemente, não há prioridade, ou, pelo menos, uma prioridade correta, técnica, para enfrentar as grandes dificuldades da educação brasileira. A cada dia é lançado um programa novo, que, muitas vezes, não é realizado. Assim, ficamos sem saber que diretriz o Governo do Presidente Lula quer dar à educação. Aparentemente, Sua Excelência não considera a educação como prioridade, com capacidade de melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Mas, hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar especificamente sobre o que considero a prioridade nº 2 da educação brasileira atualmente. Quer dizer, solucionada essa questão por um grande programa nacional de ensino de 1^a e 2^a séries, com a tecnologia própria, moderna, efetiva, que garanta, efetivamente, a alfabetização das crianças, surge uma segunda prioridade. Hoje, falarei desta segunda prioridade: o ensino das ciências no Brasil.

Atualmente, no Brasil, há um rendimento escolar baixo em todos os segmentos, mais acentuado na área de ciências, porque não temos professores nessa área, Senador Álvaro Dias. Nossas faculdades não têm formado professores de ciências em número suficiente para ensinar Matemática, Física, Química, Biologia no Ensino Fundamental e no Ensino de 2º Grau. Por isso, quero chamar a atenção para uma Audiência Pública, praticamente um seminário, ocorrido ontem na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O seminário foi comandado pela Deputada Raquel Teixeira – ex-secretária de Educação, em Goiás, e pertencente ao PSDB – que teve a sensibilidade, talvez por ter sido secretária de Educação, de convidar diversos especialistas de diversas instituições interessadas no programa sobre o ensino de ciências no Brasil. Aproveito, então, esse espaço, nesta sexta-feira, para falar um pouco sobre este assunto.

Senador Alvaro Dias, vou mostrar aqui o **folder** do seminário, dirigido pela Deputada Raquel Teixeira. Veja V. Ex^a como ele é pequenininho, pobrezinho, simples se comparado ao distribuído, ontem, Senador Paulo Paim, pelo Governo e denominado Programa Universidade para Todos. Vê-se que é um **folder** caro, colorido, bonito, que o Governo gastou dinheiro para imprimi-lo, e, na realidade, o Programa Universidade para Todos não existe. O Programa é muito discutível, como já dissemos, e pretende levar o aluno com mais dificuldade, o aluno mais pobre para a pior faculdade; repito, pretende-se, com o programa, levar

alunos com mais dificuldades para a pior escola e a ele se dá o nome de Universidade para Todos. Com o programa, pretende-se colocar todos os jovens na universidade, há um “desejo” enorme nesse sentido, o mesmo preconizado pelo Fome Zero. Por esse programa, aparentemente, ninguém iria ter fome, mas, após um ano e meio, as pessoas continuam com fome, pouquíssimas foram beneficiadas, e o Governo nem fala mais no assunto.

Recentemente o Presidente foi à China e, num programa sobre o combate à fome, não se falou no Fome Zero. Com esse Programa Universidade para Todos, Senador Alvaro Dias, ocorrerá o mesmo. O Governo queria criá-lo por meio de medida provisória, mas, na Casa Civil, não o aceitaram – ainda bem –, e então elaboraram um projeto de lei, que nem começou a ser discutido, mas o programa já tem *folder*. Então, é aquela história, é o crescimento do espetáculo, em vez de espetáculo do crescimento: para tudo há *folder*, programa de televisão, como se fosse possível enganar tanta gente por tanto tempo.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador José Jorge, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – V. Ex^a aborda um tema que interessa a todos nós: ao Congresso Nacional, ao povo, às famílias, à sociedade. Mas eu queria levar à consideração de V. Ex^a – que é engenheiro, como eu, e raciocina com a lógica e o bom senso do engenheiro – a seguinte questão: uma criança ao nascer precisa de alimentação e, depois, precisa aprender alguma coisa entre o primeiro e o sexto ano de vida, porque só vai entrar realmente na escola, na escola oficial, na escola do Ministério, aos sete anos. Fui Governador, V. Ex^a também, conhecemos bem essa história. Para o pré-escolar não existe um programa nacional. Alguns Estados têm, outros não, mas a criança de um a seis anos não tem a merenda, isto é, não se alimenta, porque a merenda só é dada a partir dos sete anos – pelo menos, a merenda oficial. Então, eu, lá no meu Estado, quando era governador, criei uma merenda do pré-escolar e criei também um pré-escolar. Queria dizer a V. Ex^a que o ensino básico é que é fundamental, pois se começarmos a ensinar a criança dos dois aos seis anos, na experiência do Piauí, Senador José Jorge, os meninos com cinco anos estavam lendo e escrevendo. Sabe por quê? Porque era uma professora para seis alunos apenas, de cada vez, mas a escola era em casa. Criamos um projeto chamado casa-escola. Por quê? Porque eu não queria construir um prédio enorme para quatrocentas crianças em volta de unidade escolar. Chamei a Associação dos Bairros e pedi que cada bairro providenciasse uma sala

de aula. Perguntaram-me se eu não ia colocar carteiras nessas salas. Respondi que haveria uma mesinha com seis cadeiras e que contrataria uma professora do bairro, aluna do último ano da escola normal, para ensinar aos meninos. Senador José Jorge, foi algo totalmente diferente do que está aí. Para ensinar crianças de dois a seis anos, não se segue esse currículo do Ministério não, mas usa-se um método para desenvolver as faculdades psicomotoras das crianças. Isso é uma revolução total. A criança se alimentando e, com um currículo escolar diferente, aos cinco anos está lendo e escrevendo. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema. Peço desculpas pelo tempo que lhe tomei. Mas é apenas um acréscimo ao oportuno pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço-lhe pelo aparte, Senador. Concordo com V. Ex^a, pois realmente a criança mais pobre ao entrar na escola aos sete anos apresenta grande defasagem em relação às crianças de classe média e classe alta, que vão para a escola aos dois anos.

Na verdade, esses dois caminhos deveriam ser trilhados ao mesmo tempo. Primeiramente, a pré-escola deveria ser ampliada para crianças de seis, cinco anos e assim sucessivamente e não apenas atender crianças de sete anos como oficialmente se faz hoje. Depois, adotar-se programas como esse criado por V. Ex^a quando Governador do Piauí, bem como a melhoria da qualidade no próprio processo de alfabetização dentro da escola. Esses dois caminhos, postos em praticamente conjuntamente, levarão certamente à melhoria do ensino fundamental.

Senador Alvaro Dias, falarei um pouco mais e, depois, concederei o aparte a V. Ex^a.

Na realidade, até o momento fiz uma introdução a respeito do assunto que realmente desejo tratar: a questão do ensino da ciência. Qual é a situação atual do ensino da ciência no Brasil? É a pior possível. Sobre ele, darei alguns exemplos com base na palestra proferida por uma das participantes da audiência pública de ontem na Comissão de Educação da Câmara, à qual estive presente também.

A Professora Ketí Tenenblat mostra, em um dos levantamentos feitos por ela sobre a situação atual do ensino de ciências no Brasil, alguns dos resultados internacionais.

Resultados da avaliação no PISA (2000)

O Brasil figura em último lugar na pesquisa da União Européia (Pisa), sobre o ensino de ciências, num grupo de 32 países, muito distante do México o penúltimo colocado. Os países que lideram a classificação são Coréia, Japão e Finlândia.

Relatório do Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (2004)

O Brasil, embora esteja entre as 15 maiores da economia do mundo, é o 72º dos 173 países avaliados, no Índice de Desenvolvimento Humano – que classifica os países de acordo com a expectativa de vida, nível de escolaridade e condições de vida. O Brasil ocupa a 43ª posição entre 72 nações avaliadas no índice que mede a Realização Tecnológica, que mede a relação entre a educação e a produção científica e tecnologia e sua presença no cotidiano da população.

Um terceiro teste, que é o resultado do SAEB, um teste nacional:

Resultado do SAEB – 2001

A média dos alunos da 4ª série possui apenas conhecimento para resolver problemas simples de adição e subtração, quando já deveriam ser capazes de multiplicar e dividir.

Portanto, o desempenho, em Matemática, na 4ª série do ensino fundamental é satisfatório: 6,78%, menos de 7%, têm um resultado satisfatório em Matemática. Na 8ª série, 13,22%; e na 3ª série do ensino médio, 5,99% têm um desempenho satisfatório.

Relatório do INAF – 2002

Parecer sobre o índice de analfabetismo matemático da população brasileira entre 15 e 64 anos;

A indicação de que apenas 21% da população consegue compreender informações a partir de gráficos e tabelas, freqüentemente estampados nos veículos de comunicação, sugere que boa parte dos brasileiros encontra-se privada da participação efetiva na vida social, por não acessar dados e relações que podem ser importantes para auxiliá-la na avaliação de situações e na tomada de decisões.

Fico feliz que estejam tantas crianças aqui hoje, Senador Paulo Paim.

Na realidade, verifica-se que 80% dos brasileiros não conseguem ler gráficos. Assim, os jornais como o **Correio Braziliense**, **O Globo**, publicam um gráfico pensando que todos os leitores vão entendê-lo, mas, na realidade, apenas 20% conseguem entendê-lo. Se o gráfico for exibido na televisão, menos ainda, porque são exibidos rapidamente.

Assim, é muito importante que se estude e se conheça Matemática.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Jorge, V. Exª é especialista na matéria e prioriza algo da maior importância. Juntos denunciemos, por ocasião dos debates da reforma da Previdência, a fuga de talentos das nossas universidades. Essa área é fundamental para a modernização do País, pois é a área da ciência, da tecnologia, da pesquisa, enfim. Não há dúvida de que houve essa fuga, antecipando-se à promulgação da nova lei de reforma da Previdência brasileira, em prejuízo das nossas universidades. Portanto, essa preocupação de V. Exª é com o futuro do País, é a preocupação de quem tem visão estratégica de futuro e sabe como é importante preparar esta juventude para as transformações que os novos tempos exigem, porque lá fora se constrói um novo mundo, e nós não podemos ficar aqui amarrados ao atraso, sem avançar na pesquisa, na ciência e na tecnologia. Por isso V. Exª está de parabéns! E de outro lado destaca essa mania governamental do marketing, a consagração do governo virtual encontrar-se com a necessidade do País de um governo real.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, vou falar das principais causas de o ensino de ciências no Brasil não evoluir e ser tão frágil. A primeira e mais grave é a carência de professores. Para Física, Química, Biologia e Matemática há uma grande falta de professores. Nas escolas públicas, muitas vezes se passa o ano sem que haja aula dessas disciplinas porque não há professores. A segunda razão é a qualificação inadequada dos professores. Os professores são selecionados por concurso público para as escolas públicas. Mas acontece que entra qualquer um, e os mais desqualificados são contratados porque não há professores qualificados. E aí vale o raciocínio: “É melhor ter um desqualificado do que não ter nenhum professor e não ter aula nenhuma”. Em terceiro lugar, a falta de modernização do ensino das ciências. O ensino das ciências pode ser muito interessante para o aluno, desde que seja feito de forma moderna, utilizando laboratórios, televisão, utilizando a própria realidade do mundo, onde efetivamente a ciência se dá. Mas não; é feito somente com giz e quadro-negro. Explicar a Lei de Newton ou qualquer lei da Física utilizando um laboratório é muito mais fácil para um aluno entender que utilizar, por exemplo, somente desenho, giz e quadro-negro. Essas são, entre muitas, as três principais falhas, no meu entender, de o nosso ensino de ciências ter nível tão baixo.

Quais seriam as soluções? Em primeiro lugar, há necessidade de uma grande decisão do Ministério da Educação, conjuntamente com governos estaduais e municipais, para a implantação de um programa espe-

cial de incentivo à licenciatura na área de ciências. Às vezes lançam um programa como esse, virtual, existe o folder, mas não o programa. Já que o governo vai oferecer bolsas, vai oferecer oportunidades, deveria dar uma bolsa de 10 para quem estudar Medicina, Direito, cursos que dispõem de grande número de profissionais, e uma bolsa de 20 para quem estudar Matemática, Física, Química e Biologia. Mas não, um programa como esse tem no máximo uma preocupação social, não tem uma preocupação educacional.

O Bolsa-Escola está sendo pago sem que o aluno vá para a escola. O Bolsa-Escola – que foi criado em Campinas e depois foi usado pelo nosso companheiro Cristovam Buarque, um dos grandes divulgadores desse programa e que está preocupado com a sua destinação –, sem garantir a presença da criança, não é um programa educacional, é apenas um programa social. E esse dinheiro pode ser usado, simultaneamente, por um programa social e um programa educacional.

Inicialmente, os programas de incentivo à entrada na universidade dos alunos por cotas, por carência ou por qualquer critério que seja, devem levar em conta aqueles cursos de que o País precisa, porque, se não for assim, as pessoas não se dirigirão prioritariamente para esses cursos. Então a primeira ação seria incentivar a entrada na universidade dirigida para determinados cursos.

Em segundo lugar, temos que mobilizar os atuais professores para um grande programa de atualização da metodologia de ensino. Ciência não é tão simples de se ensinar como História e Geografia, não que História e Geografia não precisem tanto de equipamentos, livros, mapas etc. A ciência precisa mais. Hoje existem modos bastante simples para se ensinarem as idéias básicas da ciência. Na realidade, esta seria uma nova forma de abordagem: o treinamento dos professores para o ensino moderno de ciência.

Em terceiro lugar, a televisão e a Internet, esses novos instrumentos que, cada vez mais, estão à disposição do Brasil e do mundo, poderiam – se integrados e incentivados – ser o grande instrumento de modernização da escola brasileira. E esse grande instrumento de modernização da escola brasileira tem que começar pelo ensino da ciência, porque é onde estão as maiores dificuldades, depois, evidentemente, da alfabetização.

Por outro lado, existem muitas iniciativas da sociedade brasileira para o progresso da ciência, de instituições, de ONGs, que fazem trabalho na área de ciência, mas é necessário que o Ministério, que os governos estaduais e municipais, que são os grandes responsáveis pelo ensino fundamental no Brasil, se integrem no sentido de fazer com que essas inicia-

tivas individuais possam ser feitas em conjunto para melhorar a qualidade do ensino, inclusive com a criação de ONGs. Por exemplo, o PT, no Distrito Federal, Senador Alvaro Dias, criou a ONG Ágora, que é muito prestigiada. Inclusive, Senador Capiberibe, no mês de novembro, essa ONG recebeu 7,5 milhões do Ministério do Trabalho, liberados em 15 minutos. Esses recursos, que seriam liberados em duas parcelas, foram liberados em uma apenas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador, é Ágora, Lula.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ágora, Lula. Eu sugiro que petistas de outros Estados também criem uma ONG para incentivar o ensino da ciência, porque, com o prestígio que eles têm, num instante vão liberar esse dinheiro; o que não ocorreria se fosse outra pessoa qualquer a criar essa ONG. Qual é a ONG para o ensino da ciência que consegue liberar 7,5 milhões, que seriam liberados em duas parcelas e foram liberados em uma parcela só, em menos de um mês, Senador? É preciso ter muita força, muito prestígio. Quem sabe eles não poderiam se juntar e abrir uma ONG para ensinar ciência no Brasil? Seria um grande trabalho, usariam o seu prestígio político para liberar os recursos. Só espero que prestem conta melhor, porque essa Ágora presta conta com nota fiscal falsa, mas eles podem prestar contas com nota fiscal atual.

Só trinta segundos para um aparte ao Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Capiberibe, como já terminou o tempo do orador, faço um apelo a V. Ex^a. A Mesa vai lhe conceder um minuto porque temos mais três inscritos. V. Ex^a tem um minuto.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Trinta segundos para cada tema. O Bolsa-Escola deve ser completo. Além de preocupar-se, evidentemente, com a frequência da criança na escola deveria também fazer um acompanhamento da mãe da criança nos centros de saúde. Mais do que isso, fazer um programa completo, com uma porta de entrada, mas também uma porta de saída, com capacitação. O FAT, que gastou somas fantásticas, poderia fazer uma grande integração para capacitar essas pessoas em busca do mercado de trabalho e também criar mecanismos de crédito, pequenos financiamentos. Falo isso porque essa é uma experiência muito bem-sucedida que desenvolvemos e poderia ser perfeitamente aplicada em âmbito nacional numa integração com Estados e Municípios. Não perco de vista o cenário de um país organizado, voltado ao atendimento do cidadão. E, por último, a mudança na educação precisa ser feita

a partir da mudança curricular, porque reproduzimos sistematicamente pacotes tecnológicos na educação brasileira e desconhecemos a experiência de uma sociedade construída, fundamentada na diversidade étnica, na diversidade cultural. É possível se fazer uma mudança curricular sem grandes custos, e ela teria que ser feita agora. Em vez de Agora, agora. Precisamos de uma mudança curricular que integre a cultura e a diversidade étnica brasileira. Obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Sr. Presidente, encerrarei dizendo que, infelizmente, o Governo não está nem cobrando a frequência para o pagamento da bolsa-escola. Houve uma involução, caminhou-se para trás. Hoje, estão pagando a todos, tanto faz a criança ir ou não à escola.

Aproveito a dica de V. Ex^a e sugiro que essa ONG que poderá ser criada seja denominada Ciência Agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

V. Ex^a dispõe da palavra por vinte minutos, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou vindo à tribuna para fazer uma sugestão aos companheiros do Senado e ao Congresso.

Dizem, de vez em quando, que nós, políticos, somos pessoas que recebemos vantagens e que não fazemos nada, embora haja os que reconheçam que trabalhamos. Neste instante, todos os políticos, Deputados e Senadores, estão empenhados em acompanhar de perto aquilo que a Constituição garante a um Estado democrático: eleições. Se haverá eleições, haverá candidatos.

Abro os jornais do meu Estado e vejo que alguns dos atuais Prefeitos querem se reeleger. Os partidos se reúnem, fazem suas convenções no mês de junho, quando indicarão os candidatos às prefeituras. Nós, representantes do povo, temos a obrigação política de manter o entendimento democrático para garantir a eleição de prefeitos que cumpram a Constituição, mas que cuidem da missão para a qual foram eleitos.

Já ouvi alguns colegas aqui mencionarem exatamente o que acontece: é lá na célula, no município, que nasce a nação. A nação, a sociedade organizada politicamente, nasce no município. Ali é que os pretendentes a cargos eletivos, é que os Prefeitos, os Vereadores, ficam sabendo, aprendem que, para administrar, eles têm que obedecer uma Constituição, que lhes dá direitos e deveres.

Mas o que está acontecendo hoje é algo que precisa ser restabelecido e equilibrado. Quantos dos prefeitos do interior, por exemplo, não têm instrução suficiente! Eles são de pequenas cidades. São homens que se sobressaíram por causa de alguns discursos em favor da comunidade, porque são médicos ou, às vezes, nem isso. E, afinal, são candidatos e são eleitos. E existe, hoje, uma quantidade de leis, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal. É preciso gastar tanto por cento da arrecadação em educação, em saúde, em segurança, etc., e seguramente os Prefeitos não têm preparo suficiente para garantir a eficiência do cumprimento dessa legislação.

Já fui Governador duas vezes e acompanhei o drama dos Prefeitos. Eles correm para o Governador, porque, quando há, por exemplo, uma calamidade no semi-árido nordestino – o meu Estado não escapa, como outros também não –, eles se vêm a braços com um problema sério, com a fome imediata, com o pessoal morrendo, que corre para eles. E aí eles não têm dúvida: lançam mão de qualquer dinheiro, esperando que, depois, a nação o reponha. Como ela não repõe, os Prefeitos cometeram um crime – um crime capitulado. A promotoria investiga e eles são indiciados. Têm ocorrido inúmeros desses fatos, e o pessoal fica com medo.

E aí o cidadão pensa: Eu vou largar o meu trabalho, o meu estabelecimento comercial ou o que amealhei na vida para me candidatar e, de repente, ser preso, porque apliquei mal? Sei lá se apliquei mal; eu atendi a quem estava com fome.

Vi inúmeros casos como esse, e coloquei até advogado para defender esses homens nessa hora. Creio que, num momento como este, em que o País precisa da união de todos, é preciso que Legislativo, Judiciário e Executivo entendam que o caminho normal de uma nação democrática nasce no município e é preciso ajudar os Prefeitos, em vez de prendê-los a queima-roupa. Aí dizem: Mas não! Houve um processo! E eu digo: Sim, houve. Mas, na verdade, qual foi o delito?

Penso que deveríamos rever um pouco essa legislação. A responsabilidade fiscal está certa, é necessário aplicar em educação, em saúde. Mas e a geração de emprego? O Prefeito que fazer um calçamento, mas o dinheiro que ele recebe é do Fundo de Participação dos Municípios, e depende de instâncias superiores. Se houver uma diminuição na arrecadação da União, ela vai se refletir no Estado e no Município.

V. Ex^{as} e o Senador Alvaro Dias, que foi um brilhante Governador do Paraná, sabem muito bem do que estou falando. Ainda bem que o Paraná é um dos Estados mais prósperos e ricos. Mas os seus municí-

pios também têm o mesmo problema. O Prefeito quer fazer alguma coisa, algum trabalho, como calçamento ou uma praça, mas ele não tem o dinheiro, que já foi gasto, segundo a legislação, obrigatoriamente, em saúde, educação e segurança.

Evidentemente que nós, que vamos agora participar de uma eleição, devemos juntar os nossos esforços e fazer um alerta ao Judiciário para punir aqueles que aplicaram mal, desviaram dinheiro. Mas vamos ajudar também. Por que – talvez devêssemos criar uma legislação especial para isso – não se coloca alguém do Judiciário, dos tribunais de contas estaduais, para ensinar os prefeitos, para que não façam algo que é errado? Em cada município haveria pelo menos um representante desses órgãos, que poderia aconselhar o Prefeito a não tomar determinadas atitudes.

Alguém pode dizer que ele é obrigado a conhecer a lei. Mas a realidade é outra porque, muitas vezes, são pessoas de pouca instrução. Foram eleitos Prefeitos e, quando vão aplicar, o fazem erradamente. E são presos imediatamente agora, são afastados, o que os deixa apavorados.

A nossa democracia não tem a solidez da de um país de 500 anos, como Inglaterra, Alemanha, Itália e outros. Devemos ajudar a segurar a nossa democracia, começando no município, ajudando-o a cumprir bem a legislação, mas levando em consideração que o seu dinheiro vem do FPM. E quando o FPM diminui, ele não consegue cumprir a legislação, que o obriga a gastar de acordo com a tal Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Alberto Silva, permita-me retirar um tempo do pronunciamento de V. Ex^a para destacar a sua importância quando fala em respeitar a lei. Em primeiro lugar, ouvimos muito que o Paraná é um Estado rico. É rico porque tem terra fértil e um povo trabalhador, mas a administração pública no Paraná está muito pobre, judiada mesmo, sacrificada, como em todo o País. Os nossos prefeitos são também vítimas da realidade das finanças públicas do País. Um ponto fundamental: o repasse automático aos municípios. A interferência do Governo estadual tem sido nociva aos interesses da municipalidade. Tive a felicidade de ver um projeto de minha autoria aprovado e sancionado pelo Presidente Lula. Ele muda os critérios do repasse do salário educação. Aumenta em 120%, para os municípios, o valor do salário educação e estabelece o repasse diretamente do Governo Federal para o Governo Municipal, sem

intermediação do Estado. E os critérios adotados são os do Fundef, ou seja, a proporcionalidade é estabelecida em relação ao número de alunos matriculados no ensino fundamental, em cada município. Quanto à lei, Senador Alberto Silva, o que vemos é que, para o Prefeito do município pequeno, a legislação e a justiça são mais duras e cruéis. O prefeito é condenado a cinco anos de prisão – e estou citando um caso do Paraná – e perde o mandato porque um funcionário alterou uma nota de R\$7,00 para R\$7 mil – segundo o prefeito foi um funcionário e não ele que o fez. Enquanto isso, poderosos lançam mão do dinheiro público – são vampiros, gafanhotos, Waldomiros etc – e nada acontece neste País. Então, a lei vale para o pequeno. O Prefeito do Município de Paissandu é cassado porque distribuiu uma cesta básica no período eleitoral, atendendo a um programa já existente; um outro, porque a nota foi alterada de R\$7 para R\$7 mil. É claro, tem que haver punição. Mas a punição tem que ser exemplar, principalmente alcançando os poderosos e não apenas os pequenos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, a interferência de V. Ex^a é oportuníssima.

E eu diria mais: proponho que se ajudem os prefeitos numa hora dessas e que a condenação não seja assim sumária. O prefeito poderia ficar. Vamos aplicar a lei, tudo bem! Mas vamos dar ao prefeito o direito de defesa. O caso que V. Ex^a acabou de citar é típico. Também conheço vários casos semelhantes no Piauí. Há os piores, mas é oportuna a observação de V. Ex^a. E eu o parabeno por ter obtido a aprovação de uma legislação que permite a transferência direta, sem a interferência do Estado, que às vezes retém o FPM algum tempo, ficando o prefeito lá sem nada, tendo que atender a todos os reclamos da população do Município. Parabéns a V. Ex^a!

Eu queria apenas acrescentar, como representante de um Partido político, do qual sou Presidente no meu Estado, que estamos entrando na campanha para prefeito no Estado do Piauí com uma bandeira – e a nossa convenção será proximamente. Temos 50 prefeitos, mas esperamos, sim, fazer cem prefeitos, graças aos trabalhos realizados pelo povo do Piauí, pelo meu Partido, pelos nossos líderes. Pretendemos também convocar outros Partidos. Mas o nosso Partido tem uma bandeira: trabalho para aqueles homens do campo que sofrem com a seca.

Cada estado tem sua característica. O semi-árido nordestino, do qual o Piauí não fica fora, tem esta característica: bateu a seca, os lavradores ficam perdidos, pois apostaram tudo o que tinham. E o que é a seca? Nada mais é do que irregularidade de chuvas. Não é falta de chuva. Chove cerca de 300 a 400 mi-

límetros no semi-árido. Mas dá uma chuva hoje a só haverá outra daqui a 30 dias.

Então, fizemos um programa. E aqui vai uma contribuição. Nós, Deputados e Senadores do Congresso Nacional, fazemos leis, fazemos observações e fazemos críticas ao Governo – evidentemente que temos que fazê-las –, mas temos que contribuir também. E a contribuição é baseada na nossa experiência. Quantos ex-Governadores estão aqui no plenário do Senado – entre os quais me incluo modestamente –, homens que conhecem a administração pública e já deram prova disso quando foram governo nos seus Estados! E a contribuição que quero dar, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito a essa história de geração de emprego.

Durante a campanha, o Presidente alardeou que ofereceria 10 milhões de empregos. Claro que o Brasil precisa de 10 milhões de empregos! Se Sua Excelência pode ou não pode cumprir a promessa de campanha, isso é outra história a ser discutida em outro patamar, em outro nível. Agora, o assunto é eleição municipal. Os candidatos a prefeito vão se apresentar perante seus eleitores e dizer o que vão fazer. É o clássico: é o comício no dia de semana, na esquina, na praça. Vamos lá e discursaremos, e o Partido vai levantar esta bandeira: gerar emprego.

De que maneira gerar emprego? Aqui, então, quero dar nossa experiência e dizer para o Brasil e para o semi-árido como gerar emprego, como gerar trabalho no campo gastando pouco, sem precisar gastar dinheiro em desapropriação de terra – isso não é necessário; no programa que temos lá não vai haver isso – e incluir a sociedade organizada do País, a rural e a urbana.

Quem tem terra em todo o território brasileiro? Os proprietários de terra. Então, os que não têm terra, os sem-terra, chegam onde estão os que têm terra, invadem e ficam esperando que o Governo providencie o assentamento e pague aquela terra. A Constituição não manda invadir nada; manda indenizar. Acho que o programa de invadir é que deveria acabar, porque há outros meios muito melhores.

Vamos, portanto, levantar esta bandeira no Piauí: um novo tipo de reforma agrária. Ou melhor, reforma, não: utilização da terra de maneira lógica, racional e inteligente. De que maneira? Nós lá não queremos saber de desapropriar nada. Queremos fazer a união entre o lavrador e o proprietário de terra.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Alberto Silva?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Pois não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero me congratular com V. Ex^a pelo seu pronunciamento. V. Ex^a é um Senador competente, prático, experiente.

Foi Governador e teve muitas soluções criativas. E o que V. Ex^a está dizendo é pura verdade. Hoje, há uma indústria de invasões, muitas vezes incentivadas pelos próprios proprietários para que o Governo desaproprie suas terras. Colocam, então, um bocado de gente lá, mas não dão nenhuma condição. Então, penso que a idéia de V. Ex^a é excelente, assim como o foi outra que V. Ex^a apresentou outro dia, que foi a de criar uma câmara de gestão para consertar as estradas, como fizemos no setor elétrico, com muito sucesso. Portanto, gostaria de me congratular com V. Ex^a e espero que o Governo lhe ouça. Podia até chamar V. Ex^a para ser Ministro, porque V. Ex^a é muito melhor do que muito Ministro que tem aí.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado. É difícil ser Ministro. É melhor ficarmos aqui e darmos a nossa contribuição. Quero agradecer o aparte do Senador José Jorge, um homem experiente. E S. Ex^a acabou de citar a câmara de gestão, da qual ele brilhantemente fez parte. Se não tivesse havido aquela câmara de gestão, tínhamos entrado num parafuso, difícil, de calamidade de energia.

Estou propondo o mesmo para as estradas, que é outra calamidade que está abalando o País, e o Governo está demorando a tomar uma providência. A câmara de gestão é a solução, não tenha dúvida.

Voltemos ao tema da terra. O que fazemos lá é chamar o proprietário e perguntar: “Esta sua terra está rendendo alguma coisa?” “Não, estou pagando o In-cra porque não tenha nada nela.” “Então, vamos fazer uma coisa: arrende-a para os nossos trabalhadores?” “Arrendo.” Mas nós não vamos pegar os nossos trabalhadores rurais e dizer a eles: “Vão lá e arrendem a terra”. Não! Organizamos a vida desses homens com sucesso. E quero dizer aqui que essa é a bandeira do nosso Partido lá. Pretendemos fazer assim. Os prefeitos estão engajados nesse projeto e eles vão levantar essa bandeira de geração de renda e emprego no campo.

Querem ver como é fácil? Faremos o seguinte, que já testamos com absoluto sucesso: o lavrador, quando vai ao Banco do Nordeste pedir o dinheiro do Pronaf para plantar uma roça, é cadastrado. O Banco exige algumas coisas dele – não muitas, porque ele não tem – e ele é cadastrado. Recebe, então, do Banco o menor dinheiro do Pronaf: R\$500,00. Ele pega aqueles R\$500,00 e leva para casa, para fazer uma roça, que é do que ele vive no Nordeste. Uma roça que uma família pode cuidar não tem mais do que um hectare, porque senão a família não dá conta; tem que fazer cerca, plantar, tirar o mato etc. Então, ele pega aquele dinheiro, chega em casa e pergunta à família: o que está faltando aqui? E, é lógico, como eles não têm mesmo nada, são pobres,

estão faltando roupa, sapato etc. Eles, então, compram o que falta com esse dinheiro.

Perguntei uma vez ao gerente do Banco do Nordeste: “Você tem controle sobre esse dinheiro?” “Não, nem posso.” “E qual é a punição?” “Bem, se da outra vez ele não pagou o Pronaf, não tem direito a outro.” “Só isso?” “Só.”

Então, temos a saída: organizar esses lavradores numa associação. Isso é uma novidade que poderia ser seguida pelo Governo. Talvez até possamos preparar um documento e uma legislação nova, paralela à reforma agrária, mas eficiente, lógica e inteligente.

Querem ver? Reúno, por exemplo, cinco mil lavradores em dez Municípios: 500 num Município, 300 em outro, 1000 em outro. Esses lavradores moram na cidade e trabalham no campo. Fazem uma roça no campo, mas não é preciso fazer casa para eles não, porque já têm casa na cidade. A roça deles fica a dois ou três quilômetros da cidade, para onde eles vão até de bicicleta. Assim, esse problema de casas está resolvido. Mas eles precisam da terra.

Nesse caso, faremos algo que já testamos. Estamos dando uma espécie de contribuição. Os Prefeitos do nosso Partido, do Estado do Piauí, vão levantar agora a bandeira de geração de empregos. Como vai ser isso? Reúno, por exemplo, cinco mil lavradores de dez Municípios, e os Prefeitos desses Municípios se engajam nesse projeto. Depois disso, dizemos ao proprietário da terra que queremos arrendar as terras dele. Ele aceita. A associação desses lavradores é registrada na junta comercial. Isso é uma novidade. Não se trata de cooperativa, mas de uma sociedade por quotas. O lavrador entra nesse programa, vai ao Banco do Nordeste para retirar os R\$500,00 do Pronaf e os deposita, na mesma hora, numa conta dele e da associação.

A associação tem uma administração contratada. Não se trata de uma administração eleita pelos sócios, porque eles – coitados! – não têm quase instrução. Com isso, como vão administrar esse volume de dinheiro?

Se cinco mil lavradores tiram R\$500,00 do Pronaf, ficam R\$2,5 milhões à disposição deles. Como R\$200,00 pertencem a eles por determinação legal, cinco mil lavradores terão um capital de R\$1 milhão. Imaginem um lavrador do campo com um capital de R\$1 milhão! O que faremos com esse dinheiro? Administraremos a roça dele. De que forma nós o faremos? Com R\$1 milhão, compraremos uma usina de esmagamento de mamona para fazer óleo e torta. A mamona dá 50% de óleo, e, em um hectare, com semente da Embrapa e com o adubo adequado, tiram-se 1,5 mil quilos de semente de mamona. Fazendo-se

o consórcio com o feijão, tiram-se mais 1,5 mil quilos de feijão. Essa mamona é levada para uma usina que pertence à associação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Terminou o meu tempo, Sr. Presidente? É uma pena! Mas, Sr. Presidente, permita-me concluir.

Quero dizer que, com um hectare, com o plantio de mamona e com R\$1 milhão de capital, cinco mil lavradores estão empregados. E sabe quanto eles ganham? A empresa tem a fábrica de óleo e a fábrica de adubo orgânico – essa é a revolução. O pé de mamona é transformado em pó, e são sete toneladas por hectare. Tratando a matéria-prima com bactéria, com o equipamento que já existe no Brasil – é uma tecnologia avançada –, vamos obter sete toneladas de adubo orgânico num hectare, o que rende R\$800,00 a tonelada. Somando tudo, gera-se uma renda de R\$6 mil por ano, o que, dividido por doze, representa R\$500,00 por mês. Quem é que ganha R\$500,00 por mês, quantia essa obtida com o plantio de um hectare?

O lavrador paga R\$100,00 de arrendamento. No segundo ano, entra mais um hectare, e, no terceiro ano, o terceiro hectare. O lavrador vai ganhar R\$1,2 mil e poderá comprar um plano de saúde, fazer um seguro de vida e até pagar a escola dos seus filhos.

Essa é uma proposta. Vamos defender essa bandeira. Depois, neste plenário, vamos mostrar que isso é possível. Um Município do Piauí já está fazendo isso. Essa é uma contribuição – e agora falo em nome do meu Partido – que o PMDB oferece ao Brasil, ao Governo, no sentido de gerar emprego no campo sem luta entre proprietário de terra e lavrador. Nada de invasão, nada de MST! O Brasil em primeiro lugar! É geração de emprego com harmonia entre o proprietário e o lavrador! No Piauí vai ser assim.

Espero que Deus nos ajude a cumprir com esse dispositivo que nos levará à paz social no campo e no meu Estado.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

S. Ex^a dispõe da palavra por até 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para espanto e decepção da maioria que elegeu o atual Presidente da República, tem sido a questão social a mais negligenciada do conjunto das prioridades governamentais.

Dispensar-me de analisar programas de fachada, como o Fome Zero, erigido em prioridade de governo, mas, na verdade, mera ferramenta publicitária e eleitoral, cujos efeitos objetivos e concretos equivalem a seu próprio onomástico: zero, zero à esquerda, ou seja, não significa nada.

Quero aqui me ater às sucessivas ações governamentais lesivas no campo das relações trabalhistas, incluindo aí o tratamento dispensado a pensionistas e aposentados. Começo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo salário mínimo, fixado pelo Governo em R\$260,00, cuja iniquidade está pondo em polvorosa o próprio comando do PT, que não consegue convencer a sua Bancada de votá-lo.

Nobre Senador Paulo Paim, V. Ex^a está fora desse comando, porque tem uma posição definida: mesmo sendo do PT, não vota – já reafirmou isso. E, todas as vezes em que tomou uma posição desta tribuna, V. Ex^a não voltou atrás, e não será desta vez que isso ocorrerá, porque conheço a luta de V. Ex^a em defesa do salário mínimo.

O mesmo PT que, no Governo passado, quando era Oposição, aquela Oposição predatória, fincava pé pelo salário mínimo de US\$100, decide – e aí me permita a sinceridade –, na maior cara de pau, propor um salário ainda menor que aqueles que rejeitou como ridículos quando era Oposição.

Sr. Presidente, deixe-me fazer um comentário que não estava dentro do nosso pronunciamento. O Governo, para tentar enganar os Parlamentares do seu Partido e, principalmente, os da base aliada, publica matéria hoje em todos os jornais do País. Está no jornal **O Globo**: “Governo estuda propostas de mudança no mínimo”. Quando vi essa manchete, pensei: o valor do salário mínimo vai passar daquele constante da proposta da Oposição; não serão os R\$275,00 que queremos votar, mas sim R\$300,00. Animei-me, confesso a V. Ex^a, quando li a manchete.

O que acontece? O trabalhador com filhos receberia mais. Veja V. Ex^a a proposta: quem não tem filho ganha menos; quem tem um filho ganha uma determinada quantia; e assim vai para quem tem dois, três, quatro, dez filhos. Creio que eles estão se pautando na população da China, onde há muita gente. O PT se empolgou e quer tentar chegar à população da China, gerando vários filhos para o trabalhador brasileiro. E o pior, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que esse é um desrespeito total à nossa Constituição.

Vou ler um pouco dessa matéria. Diz-se que a proposta teórica foi elaborada pelo Deputado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais, que é o provável Relator da medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$260,00. Devo dizer que respeito muito o Deputado

Virgílio Guimarães. Diz a matéria que, pelo modelo que está sendo traçado pela cúpula do PT, o salário seria modulado em região “A”, região “B” e região “C”. Não sei se por azar dos companheiros, eles aqui citaram, por exemplo, que São Paulo estaria na região “A”, e, conseqüentemente, o salário seria maior; a região “B” seria, por exemplo, composta pelo Paraná, e a região “C”, pela minha pobre e coitada da Paraíba. Citaram até a Paraíba! Então, deve estar incluído também o Piauí de V. Ex^a, Senador. Os companheiros do Norte e do Nordeste também devem se encontrar na região “C”. Quer dizer, há discriminação, fugindo exatamente da Constituição brasileira, nossa Carta Magna, que, em seu art. 7º, § 4º, diz o seguinte:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado (...)

Não me interessa se o cidadão nasceu em São Paulo, no Paraná, na Paraíba, no Rio Grande do Sul, no Acre, em Mato Grosso. Não me interessa, somos todos brasileiros. E agora o Governo do PT, o Governo de um trabalhador que veio como a grande esperança deste país, quer classificar trabalhadores ricos, médios e pobres. Quer agora dividir o País em regiões de privilegiados.

Engraçado, sempre tenho dito que este Presidente, que nasceu no Nordeste e veio para São Paulo, esqueceu-se totalmente da sua origem. Ele é mais paulistano do que qualquer outro, respeitando os companheiros paulistanos. A verdade é que se esqueceu totalmente do Nordeste brasileiro. E agora somos realmente os subdesenvolvidos, o submundo, a classe C, cujo salário, depois de modificado, está definido em R\$268,00.

Observem que o Governo sequer está conseguindo aprovar medidas provisórias. Sua base não está atendendo ao chamamento, e quer alterar a Constituição daqui para o mês de novembro para dividir o País em classes A, B e C.

Essa denúncia é grave. Essa proposta é... engolirei a palavra que ia dizer. Essa proposta não merece ser levada em consideração porque é um desrespeito e uma discriminação contra o trabalhador brasileiro.

Esse é o registro que quero fazer. Considero um absurdo. Acima de tudo, creio que esse Governo não tem o que fazer. Esse Governo não tem proposta nem um plano para administrar o País. O que esse Governo faz a cada amanhecer depende do que vem à cabeça daqueles que perderam as eleições. Os Ministros

desse Governo estão mais preocupados em se preparar para vencer outras eleições do que em resolver o problema do País e vêm com propostas absurdas, dessa natureza.

Ontem já dizia – e aqui está mais um motivo – que daqui para frente o Nordeste e o Norte brasileiros têm de se cuidar, para que possamos ter vergonha e entender que esta Casa também tem que parar se não for feita a renegociação de operações de crédito rural, em condições de sobrevivência para o trabalhador brasileiro, para o agricultor que está sendo ameaçado de perda das suas terras pelo Banco do Nordeste e pelo Banco do Brasil.

Nós da Bancada do Nordeste, Senadores e Deputados, temos de parar o Congresso Nacional até que o Governo do Sr. Lula encontre uma solução para o problema dos pequenos agricultores, porque o Governo está muito preocupado com o que está acontecendo na China, está mandando dinheiro para o exterior, está dando emprego para outros países, esquecendo-se de trabalhar internamente, para o Brasil. E não me venham aqui dizer que o Brasil está crescendo, melhorando. Como é que cresce e melhora o Brasil se cresce o desemprego no País?

Aí está mais um recorde desse Governo, aí se encontram os 13,1% de desempregados no País. E agora o Ministro deseja que o IBGE mude o critério de avaliação do desemprego. Para quê? Para daqui para diante informar para a imprensa que o Brasil está crescendo. É um novo critério. É um novo absurdo para enganar o povo. É o Governo de Duda Mendonça. É gastar dinheiro com a mídia para enganar a população brasileira. Mas a CPI vem por aí. Na CPI do dia 03 de outubro, o PT vai entender o que é governar mal, o que é não cumprir os seus compromissos de palanque.

Sr. Presidente, peço desculpa a V. Ex^a por esse desabafo, porque, como representante do povo e uma pessoa que sempre lutou pela questão do salário mínimo, não aceito esse tipo de proposta vergonhosa, sem sentido para o trabalhador brasileiro, que está muito sofrido para ser a figura de manobra deste Governo. No decorrer do meu discurso, V. Ex^a verá que outras propostas absurdas estão vindo para acabar com a categoria do nosso trabalhador, que tem levado este Brasil nas costas.

A reforma da Previdência, votada aqui no ano passado, incluiu um acordo entre Governo e Bancada no Senado. V. Ex^a, Sr. Presidente, foi um dos destaques a conduzir esse entendimento, esse acordo.

A reforma seria aprovada – e o foi –, mediante compromisso de elaboração de uma PEC Paralela, que conteria dispositivos que atenuariam aspectos da PEC da reforma da Previdência.

A nossa parte foi cumprida na condição de Parlamentar de Senado Federal, mas o Governo até agora não cumpriu a sua parte. A chamada PEC Paralela foi totalmente desfigurada na Câmara dos Deputados, estabelecendo grave quebra de compromissos, que dificultará enormemente acordos futuros nesta Casa.

Sem confiança, sem credibilidade, nada feito. O Legislativo – Câmara e Senado – é instituição essencialmente voltada para a gerência de conflitos, e os acordos são instrumentos dessa gerência. Quando não são cumpridos, o que se tem é um ambiente de confronto, alimentado pela desconfiança. Nada pior para uma instituição democrática.

Há dias, ao falar a sindicalistas em São Bernardo, sua base política, o Presidente Lula comprometeu-se com o reajuste imediato da tabela de Imposto de Renda Pessoa Física. A seguir, porém, quebrou o compromisso, curvando-se ao veredicto do seu Ministro da Fazenda. Mostrou com isso a desordem de seu governo, que não o preveniu em questão tão vital e o expôs a mais um constrangimento.

A liquidação da PEC Paralela é apenas preâmbulo para algo pior: o aprofundamento da supressão de mais direitos sociais. O Governo já cuida de desvincular o reajuste dos servidores inativos dos ativos, vinculação que pactuara conosco, Senadores, na PEC Paralela. Cuida também de desvincular o reajuste do salário mínimo das pensões e aposentadorias da Previdência Social.

Em síntese, o Governo parece ter decidido condenar os aposentados dos setores público e privado à morte. Devem, de fato, Sr. Presidente, constituir um ônus contábil para a Previdência.

Faço aqui um paralelo entre os condutores da atual política econômica e o ex-Presidente Washington Luiz. Dizia este que “a questão social é um caso de polícia”, enquanto que o Governo do PT sustenta que a questão social “é uma questão contábil”.

Enquanto que Washington Luiz mandava policiais para tratar de salários, o Governo Lula manda tecnocratas com máquinas de calcular atentos ao superávit primário que o Ministério da Fazenda aumentou, fazendo-o maior do que exigia o FMI, preocupados em atender às demandas da banca internacional.

Não se sabe o que é pior, se a polícia de Washington Luiz ou se os tecnocratas insensíveis do Ministério da Fazenda. O que se constata é que há aí um imenso estelionato eleitoral. Não foi nada disso que o candidato Lula prometeu a seus eleitores. Se estes desconfiassem do que os aguardava, seguramente não lhe teriam dado o voto.

Anteontem, o Supremo Tribunal Federal começou a julgar duas ações diretas de inconstitucionalidade

contra a taxaçoão dos inativos prevista na reforma da Previdência. A Ministra Ellen Gracie, relatora das duas açöes, e o Ministro Carlos Britto consideraram a contribuicao inconstitucional, enquanto o Ministro Joaquim Barbosa votou a favor da taxaçoão. Dizem os jornais que a tendöncia da maioria dos Ministros, expressa em conversas particulares ou mesmo em manifestaçoes públicas anteriores, desde que essa questöo surgiu, há alguns anos, é contrária às pretensões do governo, ou seja, é favorável aos aposentados.

Estranhei ler nos jornais de hoje – não os tenho aqui comigo – o Ministro Amir Lando, nosso companheiro, vai ao Supremo tentar um resultado positivo.

Ora, essa é a nossa única esperança! Essa é a esperança do trabalhador brasileiro. Eu confio na Justiça brasileira e tenho confiança e fé em que o Supremo realizará essa votação consciente da responsabilidade de manter a nossa Constituição.

Por essa razão, diz a mídia, o julgamento teria sido suspenso com pedido de vistas pelo Ministro Cezar Peluso. Pelas regras atuais, o julgamento terá que ser retomado até 30 de junho. Dizem os jornais que, até essa data, o Governo se empenharia em exercer pressões sobre aquele Poder para reverter a tendöncia hoje dominante. Não entrarei no mérito dessas considerações, nem estou pondo em dúvida a integridade dos ministros daquela Corte, porque, repito, confio e tenho fé na Justiça brasileira.

Ouçö o aparte do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Senador Efraim Moraes, serei breve para que V. Ex^a possa concluir o discurso. Quero apenas parabenizá-lo pela oportunidade de tratar do assunto do salário mínimo e pelo enfoque correto com que manifesta confiança no Supremo Tribunal Federal. O voto da Ministra Ellen Gracie é extraordinariamente esclarecedor e ratifica inclusive as posiçoes adotadas pelo STF em outras oportunidades, quando julgou inconstitucional a taxaçoão de inativos. Os cidadãos foram taxados na ativa para adquirir o direito de se aposentarem com aqueles proventos. Esse é o contrato. Mas agora, como inativos, eles serão taxados. E qual é o benefício? Essa é a essöncia do voto da Ministra Ellen Gracie. Os jornais de hoje publicaram: “O Ministro Amir Lando vai ao Supremo”. O Supremo Tribunal Federal é a Corte constitucional brasileira a quem cabe aplicar a lei, e não a quem cabe analisar que se tem que passar por cima dos interesses dos trabalhadores por estarem em jogo interesses econômicos da administração do Governo Federal.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Antero Paes de Barros, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Tenho convicçoão de que a observação que

faz V. Ex^a é, e continua sendo, a grande esperança do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quero registrar que a sistemática atitude governamental em dissonância com os interesses sociais com os quais se comprometeu enseja especulaçoes desse tipo. Há dias a imprensa atribuiu a um ministro do PT a afirmaçoão de que a tese de direitos adquiridos havia sido também invocada pelos proprietários de escravos para se oporem à Aboliçoão. Considero este um dos argumentos mais cabotinos já proferidos em relação a essa questöo.

Ouçö o aparte de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, para depois concluir meu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há algum tempo venho assistindo ao discurso de V. Ex^a. Eu chego à conclusöo, Senador, que o Governo tem que tomar providöncia quanto a esse escândalo da Saúde. O caso é mesmo com o ministro, porque todos são ligados a S. Ex^a. Evidentemente o Governo está demonstrando que prende aqui, reclama acolá e tal, mas o ministro continua. Trata-se de pessoas de Pernambuco, ligadas a S. Ex^a e que certamente já faziam isso antes.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Quando era Secretário da Prefeitura.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim, quando era Secretário da Prefeitura. Se isso continuar assim, não haverá clima de moralidade no Governo. E dizer que, por amizade, se mantém uma pessoa que comete pecados tão graves, evidentemente não está certo. Assim o Presidente Lula começará a perder a credibilidade que tem nesse setor da moralidade. Ou ele age ou fica conivente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concorro com V. Ex^a e entendo que há essa credibilidade no Presidente Lula, embora seu governo já a tenha perdido.

Sr. Presidente, comparar direitos sociais dos aposentados, já de si lesados em seus rendimentos por uma compressão salarial histórica, com os interesses escravocratas do Império, é um deboche à inteligência da sociedade brasileira, um escárnio aos aposentados.

O que se percebe é que o atual governo, que não tem projeto para o País, curvou-se ao discurso monetarista e exerce o trágico papel de coveiro da cidadania, suprimindo direitos e estabelecendo retrocessos que nem os governos militares cogitaram fazer. É o caso da anunciada reforma trabalhista, que cumprirá o papel de arrematar a investida ceifadora na área dos direitos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Enquanto a reforma da Previdência lesou o servidor, alçado ao papel de bode expiatório do déficit público, a reforma da CLT lesará o trabalhador do setor privado, cujos direitos, conquistados historicamente à custa de sangue, suor e lágrimas, têm sido apontados como os responsáveis – imagine, Sr. Presidente! – pelas taxas de desemprego e de informalidade na economia. Observem, Sr^{as} e Srs. Senadores! Haveria excesso de direitos, o que inibiria a contratação formal. O que há, na verdade, é excesso de tributos, que inibem o desenvolvimento, contraem investimentos e geram o quadro recessivo que aí está.

O Governo do PT precisa de um bode expiatório para as suas deficiências e na falta de projeto desenvolvimentista. E elegeu seu eleitor preferencial – o trabalhador – para cumprir esse papel. Possivelmente o Ministro José Dirceu, ao mencionar a necessidade de um pacto social, estivesse pensando em outra coisa: no “pato” social – o trabalhador brasileiro, sistematicamente lesado pelo Governo do PT.

Encerro, Sr. Presidente, com este alerta aos trabalhadores brasileiros: organizem-se e pressionem o Governo, ou a poda dos direitos civis e trabalhistas continuará, nesse triste velório da cidadania que tem sido o Governo Lula.

Agradeço a V. Ex^a e peço que seja publicado na íntegra o meu pronunciamento.

Pelo que vi e pelo que li na imprensa, o Governo parece estar alegando que estão querendo desgastar sua imagem com essa questão do desemprego, e diz que existe emprego demais, o trabalhador é que não está procurando, não quer trabalhar. Para mim, o sentido é esse.

Conto novamente com V. Ex^a, Sr. Presidente, para que possamos descobrir – como bem afirmou o Senador Antonio Carlos Magalhães – os verdadeiros vampiros. Quero saber onde se encontra o vampiro que engoliu a reforma da Previdência, ou seja, a PEC paralela. Temos que encontrar o vampiro para saber em que gaveta se encontra a PEC paralela. Isso não é negócio para cidadão que quer o bem-estar do seu país; isso é negócio para vampiro. Então, tem um vampiro no Governo, que está escondendo ou que engoliu a PEC paralela para que não possamos diminuir o sofrimento do trabalhador, dos aposentados e pensionistas deste País.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.**

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para espanto e decepção da maioria que

elegeu o atual Presidente da República, tem sido a questão social a mais negligenciada no conjunto das prioridades governamentais.

Dispensar-me de analisar programas de fachada, como o Fome Zero, erigido em prioridade de governo, mas, na verdade, mera ferramenta publicitária e eleitoral, cujos efeitos objetivos e concretos equivalem a seu próprio onomástico: zero. Zero à esquerda.

Quero aqui me ater às sucessivas ações governamentais lesivas no campo das relações trabalhistas, incluindo aí o tratamento dispensado a pensionistas e aposentados. Começo pelo salário mínimo, fixado pelo Governo em R\$260,00, e cuja iniquidade está pondo em polvorosa o próprio comando do PT, que não consegue convencer sua bancada a votá-lo. O mesmo PT, que no governo passado, quando era oposição, fincava pé pelo salário mínimo de US\$100.00, decide, na maior cara de pau, propor um salário ainda menor que aqueles que rejeitou como ridículos quando era oposição.

Não é um gesto isolado. Ao contrário, compõe um conjunto de atitudes que tem causado perplexidade entre aqueles que elegeram Lula – o líder sindical que maior visibilidade deu às causas da classe trabalhadora brasileira em todos os tempos. Por estranha ironia, é exatamente na gestão desse Presidente, cuja eleição representou um marco histórico na busca de redenção social do Brasil, que se dá a maior investida contra direitos sociais e trabalhistas que se supunham definitivos, cristalizados.

A reforma da Previdência, votada aqui ano passado, incluiu um acordo entre Governo e bancadas no Senado. A reforma seria aprovada – e o foi – mediante compromisso de elaboração de uma PEC paralela, que conteria dispositivos que atenuariam aspectos da PEC da reforma da Previdência. Nossa parte foi cumprida, mas a do Governo não.

A chamada PEC paralela foi desfigurada na Câmara, estabelecendo grave quebra de compromisso, que dificultará enormemente acordos futuros nesta Casa. Sem confiança, sem credibilidade, nada feito. O Legislativo – Câmara e Senado – é instituição essencialmente voltada para a gerência de conflitos. E os acordos são o instrumento dessa gerência. Quando não são cumpridos, o que se tem é o ambiente de confronto, alimentado pela desconfiança. Nada pior para uma instituição democrática.

Há dias, falando a sindicalistas em São Bernardo, sua base política, o Presidente Lula comprometeu-se com o reajuste imediato da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. A seguir, porém, quebrou o compromisso, curvando-se ao veredicto de seu ministro da Fazenda. Mostrou com isso a desordem de seu Governo, que não o preveniu em questão tão vital e o expôs a mais um constrangimento.

A liquidação da PEC paralela é apenas preâmbulo para coisa pior: o aprofundamento da supressão de mais direitos sociais. O governo já cuida de desvincular o reajuste dos servidores inativos do reajuste dos ativos, vinculação que pactuara conosco, senadores, na PEC paralela. Cuida também de desvincular o reajuste do salário mínimo das pensões e aposentadorias da Previdência Social.

Em síntese, o Governo parece ter decidido condenar os aposentados – do setor público e privado - à morte. Devem, de fato, constituir um ônus contábil para a Previdência. Faço aqui um paralelo entre os condutores da atual política econômica e o presidente Washington Luiz. Dizia este que “a questão social é um caso de polícia”, enquanto o governo do PT sustenta que a questão social “é uma questão contábil”. Enquanto Washington Luiz mandava policiais para tratar de salários, o Governo Lula manda tecnocratas, com maquininhas de calcular, atentos ao superávit primário que o Ministério da Fazenda aumentou, fazendo-o maior do que o exigia o FMI, preocupados em atender as demandas da banca internacional.

Não se sabe que é pior: se a polícia de Washington Luiz ou se os tecnocratas insensíveis do Ministério da Fazenda. O que se constata é que há aí um imenso estelionato eleitoral. Não foi nada disso que o candidato Lula prometeu a seus eleitores. Se esses desconfiassem do que os aguardava, seguramente não lhe teriam dado o voto.

Anteontem, o Supremo Tribunal Federal começou a julgar duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a taxação dos inativos prevista na reforma da Previdência. A ministra Ellen Gracie, relatora das duas ações, e o ministro Carlos Britto consideraram a contribuição inconstitucional, enquanto o ministro Joaquim Barbosa votou a favor da taxação. Dizem os jornais que a tendência da maioria dos ministros, expressa em conversas particulares ou mesmo em manifestações públicas anteriores, desde que essa questão foi posta em discussão há alguns anos, é contrária às pretensões do Governo. Isto é, é favorável aos aposentados.

Por essa razão, diz a mídia, o julgamento teria sido suspenso, com pedido de vistas pelo ministro Cezar Peluso. Pelas regras atuais, o julgamento terá de ser retomado, no máximo, até o dia 30 de junho. Até lá, dizem os jornais, o Governo se empenharia em exercer pressão sobre aquele Poder para reverter a tendência hoje dominante. Não vou entrar aqui no mérito dessas considerações, nem estou pondo em dúvida a integridade dos ministros daquela Corte.

Mas quero registrar que a sistemática atitude governamental em dissonância com os interesses sociais com os quais se comprometeu enseja especulações

desse tipo. Há dias, a imprensa atribuiu a um ministro do PT a afirmação de que a tese de direitos adquiridos havia sido também invocada pelos proprietários de escravos para se opor à Abolição. Considero esse um dos argumentos mais cabotinos já proferidos em relação a essa questão.

Comparar direitos sociais dos aposentados, já de si lesados em seus rendimentos por uma compressão salarial histórica, com os interesses dos escravocratas do Império, é um deboche à inteligência da sociedade brasileira, um escárnio aos aposentados.

O que se percebe é que o atual Governo, que não tem projeto para o País, curvou-se ao discurso monetarista e exerce o trágico papel de coveiro da cidadania, suprimindo direitos e estabelecendo retrocessos que nem os governos militares cogitaram fazer. É o caso da anunciada reforma trabalhista, que cumprirá o papel de arrematar a investida ceifadora na área de direitos.

Enquanto a reforma da Previdência lesou o servidor, alçado ao papel de bode expiatório do déficit público, a reforma da CLT lesará o trabalhador do setor privado, cujos direitos, conquistados historicamente à custa de sangue, suor e lágrimas, têm sido apontados como responsáveis – imaginem só! – pelas taxas de desemprego e de informalidade na economia. Vejam só: haveria excesso de direitos, o que inibiria a contratação formal. O que há na verdade é excesso de tributos, que inibem o desenvolvimento, contraem investimentos e geram o quadro recessivo que aí está.

Mas o Governo do PT precisa de um bode expiatório para suas deficiências e falta de projetos desenvolvimentistas. E elegeu seu eleitor preferencial – o trabalhador – para cumprir esse papel. Possivelmente o ministro José Dirceu, ao mencionar a necessidade de um pacto social, estivesse pensando em outra coisa: no “pato” social – o trabalhador brasileiro, sistematicamente lesado pelo Governo do PT.

Os jornais ainda dão conta de que se cogita, entre outras coisas, até de supressão do 13º salário – conquista de mais de quarenta anos! – para os trabalhadores das pequenas empresas. Daí para estender essa supressão às demais empresas será um passo.

Encerro com esse alerta aos trabalhadores brasileiros: organizem-se e pressionem o governo ou a poda de direitos civis e trabalhistas continuará, neste triste velório da cidadania, que tem sido o governo Lula.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, por até 20 minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer o registro de uma atividade econômica e de uma empresa brasileira de grande sucesso. Aproveito a oportunidade do sucesso dessa empresa para ancorar uma discussão sobre modelo de desenvolvimento. A empresa Natura entrou na Bolsa de Valores. Talvez a maior empresa brasileira na produção de cosméticos e perfumes, a Natura é caracterizada pelo compromisso social e ambiental. O ingresso de uma empresa como ela na Bolsa de Valores, no altar-mor do capitalismo financeiro, não seria novidade, até porque as grandes empresas buscam capitalizar-se nas bolsas.

O que é novidade, no caso da Natura, é o seu compromisso ambiental. A Natura desenvolve há alguns anos uma parceria com os castanheiros do Iratapuru, rio que sobe a serra do Tumucumaque. Há menos de 10 anos esses castanheiros viviam no regime de barracão, num regime de intensa exploração do seu trabalho. Após terem se organizado em cooperativas, eles passaram a estabelecer o controle da coleta da castanha, um alimento de grande qualidade nutritiva. Assim, eles passaram a dominar toda a cadeia, da coleta à industrialização e à comercialização.

A associação entre uma empresa do porte da Natura e uma cooperativa de castanheiros encravada no coração da floresta amazônica é emblemática para o debate de um novo modelo de desenvolvimento econômico-social com responsabilidade ambiental.

Esse fato permite-nos refletir, Senador Antonio Carlos, da Bahia generosa, do cacau e de Dorival Caymmi, sobre modelos de desenvolvimento. Uma associação entre um grande empreendimento, com plantas industriais em vários países da América Latina, e uma pequena cooperativa de castanheiros que há poucos anos viviam no regime de semi-escravidão mostra que a sociedade brasileira está atenta às novas possibilidades de agregar valores diferenciados a produtos como os cosméticos e os perfumes da Natura, mas também mostra a possibilidade de utilização diversificada da floresta amazônica, sem a necessidade de convertê-la em pastos ou em campos de soja para exportação.

Vejam as possibilidades que existem na construção desse novo modelo. Trata-se de uma floresta que já está plantada há séculos e da qual podemos usufruir sem destruí-la.

O que a Natura faz com esses castanheiros do Iratapuru? Os castanheiros coletam a castanha, esmagam-na, produzem o óleo da castanha, e a Natura, então, compra esse óleo semi-industrializado para a produção dos seus cosméticos. Os castanheiros

coletam também o breu branco, uma resina que se encontra em abundância na floresta, para produzir um fixador de perfume de primeiríssima qualidade. Esses são produtos não-madeireiros da floresta. Existem ainda os cipós, as castanhas, as seivas para utilização medicinal.

Há, portanto, uma gama de possibilidades de uso de recursos da floresta, de produtos não-madeireiros, além, evidentemente, do tradicional uso da floresta para extração de madeira. É possível hoje fazer extração de madeira sem destruir a floresta, e essa tecnologia não foi desenvolvida nas nossas universidades, pois os nossos cursos de Engenharia Florestal foram pensados para o reflorestamento. Olhem a contradição com a questão da Amazônia!

Os engenheiros florestais da nossa região – ultimamente está-se começando a estabelecer uma mudança curricular e de conteúdo nesses cursos – estavam voltados para a produção de floresta industrial, da floresta monoespecífica. Na Amazônia, os nossos engenheiros possuem, vivendo no coração da floresta, uma floresta viva, diversificada, heterogênea, e recebem conhecimento e desenvolvem as tecnologias para a floresta industrial.

E lembro da Jari Celulose, do lendário Daniel Ludwig, que trouxe uma fábrica pelo mar, que atravessou do Japão ao rio Jari com uma fábrica de celulose montada em cima de uma balsa. Esse cidadão americano transformou mais de 100 mil hectares de floresta heterogênea em floresta monoespecífica, para extração de celulose, com a ajuda dos nossos engenheiros florestais – que aprenderam a tratar com floresta industrial, quando, na verdade, nós, da Amazônia, nós, que vivemos na floresta heterogênea, precisamos de conhecimento para desenvolver o manejo florestal de uso madeireiro dessa floresta permanente e sustentável.

A associação entre a Natura e um grupo de castanheiros no coração da floresta nos permite, sim, ilustrar esse novo modelo que pretendemos para a Amazônia, esse novo modelo que o Governo ensaia executar, porém não começa. Ele já tem as diretrizes, mas não tem os projetos, e é preciso delineá-los.

Fiz uma sugestão ao Ministro Ciro Gomes, para que não se repita na Amazônia o que ocorreu na Floresta Atlântica, pois há amplas possibilidades e grande diversidade vegetal e animal ali, para que não ocorra lá o que ocorreu na querida Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães, grande produtora de cacau durante décadas. Apesar disso, as tecnologias para a produção de chocolate ficaram nas mãos dos europeus, que disputam – suíços, belgas e franceses – quem produz o melhor chocolate. Mas nenhum deles conhece um pé de cacau, nobre Senador.

Fato semelhante ocorre com o café. O Brasil tem sido o maior produtor de café do planeta durante décadas, durante quase um século, mas não desenvolvemos tecnologia alguma para fazer o café, uma coisa simples. Os italianos, então, se especializaram e desenvolveram uma grande quantidade de equipamentos para fazer café. Todas as cafeteiras e filtros são italianos, e ficamos como fornecedores de matéria-prima.

Neste País, fornecer matéria-prima satisfaz a um grupo muito reduzido de empresas, que controla a política. Receio que estejamos caminhando na mesma direção com a soja. A Holanda, hoje, é o maior exportador de soja do mundo. Na Holanda, não nasce um pé de soja. Quando o Japão importa grão de soja, o imposto é zero; mas, se vendemos a eles o azeite ou a torta, o imposto vai a 120%. Ou seja, estamos exportando natureza e emprego.

Senador Paim, nosso Presidente, tenho uma preocupação em relação aos nossos pontos limítrofes. Aprendemos – e há várias crianças e pré-adolescentes presentes – que o Brasil começa no Oiapoque e termina no Arroio Chuí, lá embaixo. Pois, Senador Paim, V. Ex^a sabe que o rio Chuí está desaparecendo, está secando, está sendo assoreado devido à rizicultura irrigada. Daqui a pouco, não teremos mais esse marco, porque o Chuí não mais existirá. Essa cultura se alimenta do leite do Chuí, o marco geográfico do nosso País, e não só fará com que o arroio desapareça como ela mesma, assim como desapareceu a cultura do cacau na Bahia.

Utilizamos, de forma desavisada, os nossos recursos naturais. O Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa, uma espécie de intersecção entre o Mercosul e a União Européia, pois a Guiana é um departamento francês, está mergulhado no abandono. Imaginem, uma fronteira extensa de 640 quilômetros!

Num extremo, o Chuí desaparece pela utilização predatória de suas águas; no outro, o Oiapoque está mergulhado na violência pela ausência do Estado, não só do federal, mas também das autoridades estaduais. São crimes que se repetem num núcleo urbano que não ultrapassa dez mil habitantes, e mais parece que estamos num grande centro, na periferia das grandes cidades.

Portanto, o nosso País, além do uso racional, deve repensar os modelos que provocaram esse exército imenso de excluídos de Norte a Sul. É bem verdade que o capitalismo brasileiro é periférico, e exclui algumas regiões. A Amazônia é uma região periférica de um País periférico, portanto, todas as vezes em que se juntaram desejos políticos de mudança de modelo, ficamos impedidos e esmagados, porque o modelo que pretendíamos não correspondia ao modelo de mercado.

O que avança é a fronteira agrícola, inicialmente nos anos 70, na época da ditadura militar, levada pela pata do boi; e, hoje, desgraçadamente, pela soja. Não que a soja seja prejudicial, ela é um alimento de primeiríssima qualidade. Aliás, para resolver a fome do mundo, bastava utilizá-la para alimentação humana, em vez de exportarmos para alimentar as vacas européias. É isto que fazemos: produzimos a proteína vegetal e a reciclamos para produzir proteína animal a altíssimo custo, a 10 por 1. São 10 quilos de matéria seca, de proteína e energia vegetal, para produzir um quilo de carne, proteína animal. Gostaríamos de ver essa soja alimentando o mundo, pois ela é riquíssima em proteína. Em sua composição, há 40% de proteína de altíssima qualidade. A soja não resolverá o problema da fome. A revolução verde não resolveu; ao contrário, concentrou e ampliou: concentrou os que comem bem e ampliou o número de famintos.

Aqui presente temos o Senador Augusto Botelho, que vem lá do Hemisfério Norte. Este é um País continental, em que uma pequena parte está no Hemisfério Norte – nós, da Região Norte, com mais 80% do nosso território no Hemisfério Norte – e o restante do País todo no Hemisfério Sul, chegando até aos climas amenos do Sul brasileiro.

Por último, retomo o relato da nossa discussão com o Ministro Ciro Gomes e a Ministra Marina Silva. Falando ao Ministro, disse a S. Ex^a que, já que o Fundo de Desenvolvimento Regional foi pulverizado entre os Governadores e não há dinheiro para reativar a Sudene, há o FNO, que está no Basa, que, em nossa região, poderia ser dividido em duas partes: uma para os financiamentos tradicionais; outra para o financiamento de atividades dentro desse novo modelo de desenvolvimento. Poderíamos financiar a cadeia produtiva da floresta, os recursos madeireiros e não-madeireiros. Nos madeireiros, poderíamos financiar a indústria moveleira, desde a ponta do manejo, com inventários, utilização correta, coleta, serragem, comercialização e gestão. Criaríamos um grande programa para financiar essa cadeia inteira de utilização de recursos madeireiros e um outro para os recursos não-madeireiros da floresta. Assim, nos engajaríamos nessa visão de desenvolvimento econômico e social sem, necessariamente, reproduzir o mesmo modelo predador que está destruindo o Chuí e tantas culturas e atividades econômicas desenvolvidas pelo povo, pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, encerro aqui exortando a essa discussão de um modelo de desenvolvimento, de atividades econômicas que nos elevem à condição de não termos concorrentes, como é o caso da Amazônia. A infinidade de possibilidades de que dispomos naque-

la região faz com que tenhamos produtos exclusivos, que só nós podemos produzir ou que só nós podemos ter com o diferencial da responsabilidade social e da preservação ambiental.

Quem quiser conhecer o Iratapuru, basta acessar a Internet, no Google, que encontrará muitas referências sobre essa tentativa de construção de uma sociedade sustentável. A minha expectativa é de que a Natura decida também colocar uma planta industrial para a produção de cosméticos e de perfume no coração da floresta, invertendo essa lógica da proximidade com o mercado e agregando o valor fundamental de preservação do patrimônio ambiental, que não é só nosso, mas de toda a humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção da Casa porque vou fazer aqui o registro de acontecimentos que comprovam a existência de outros vampiros na política brasileira.

Existe uma claríssima sonegação da CPMF, existe uma regulamentação do Banco do Brasil e existe a necessidade de que providências urgentes sejam tomadas por esta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sonegação da CPMF está causando prejuízo de bilhões de reais ao Tesouro Nacional.

Os grandes bancos, nacionais e estrangeiros, montaram um esquema de sonegação para favorecer os grandes clientes, justamente os que movimentam grandes volumes de dinheiro. Em vez de pagar a CPMF, eles embolsam os recursos que deveriam ser destinados ao Tesouro e, principalmente, à Saúde.

A Receita Federal vem investigando essas operações desde o ano passado e já aplicou multas que totalizaram mais de R\$1 bilhão aos bancos. O assunto é tão sério, envolve valores tão elevados, que, segundo estou informado, as autuações por sonegação da CPMF representam 26% das multas aplicadas sobre o sistema financeiro pela Receita Federal em 2003.

Recebi há poucos dias a denúncia de que esse tipo de sonegação não é feito apenas pelos grandes bancos estrangeiros, pelos bancos privados. Muitos bancos oficiais estão utilizando essa mesma prática, inclusive o Banco do Brasil. É isso mesmo, o Banco do Brasil também está orientando seus gerentes e supervisores a oferecerem a seus clientes mais importantes a possibilidade de sonegar a CPMF. Vou repetir, para

que não restem dúvidas: o Banco do Brasil também está orientando seus gerentes e supervisores a oferecerem a seus clientes mais importantes a possibilidade de sonegar a CPMF.

No início do ano passado – os documentos estão aqui –, a Direção do Banco do Brasil distribuiu, em seu livro de instruções codificadas, normas que permitem a alguns clientes especiais o pagamento de títulos e impostos com cheques de terceiros. O cidadão comum – e, quando digo cidadão comum, incluo os Senadores da República e os Deputados – não pode pagar uma conta em banco com cheque de uma outra pessoa, pois os bancos não aceitam, mas os grandes clientes podem. O Banco do Brasil até ensina como fazer isso.

O mecanismo funciona assim: o grande cliente recebe cheques nominais em pagamento de produtos que vende ou de serviços que fornece. O certo seria a empresa depositar esses cheques em sua conta e, então, sacar ou emitir cheques próprios para pagar seus compromissos. Mas não é isso que está acontecendo. Em lugar de depositar os cheques na conta do cliente, o banco usa esses cheques para pagar impostos, títulos e compromissos do cliente. O cliente especial fica, portanto, dispensado de recolher os 0,38% que pagam todos os cidadãos. O dinheiro que deveria ir para a manutenção de hospitais e a compra de medicamentos fica no bolso do cliente. É esta uma “nova vampiragem”; são os novos vampiros, são os vampiros que representam a banqueirada em nosso País.

Isso é sonegação, Sr. Presidente, isso é crime. O Banco do Brasil, um banco público, deveria dar o exemplo, deveria ser o primeiro a cumprir a lei, mas não a cumpre. Num caso desses, se eu fosse o Ministro da Fazenda, eu chamaria o Presidente do Banco do Brasil no meu gabinete e lhe daria uma bronca. Diria a ele: “Dr. Casseb, o senhor não pode permitir que seus diretores estimulem a sonegação”. Afinal, o Banco do Brasil não é um banco comercial. Ele não precisa e nem pode usar esse tipo de expediente para atrair grandes clientes.

O papel do Presidente do Banco do Brasil deveria ser o de procurar o Ministério da Fazenda e dizer: “Os outros bancos estão fazendo isso”. Tem que agir assim para evitar essa prática e não para participar em igualdade com a concorrência e praticar a mesma fraude contra a CPMF.

O Banco do Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o banco do povo brasileiro, é o banco do Governo brasileiro. Sabendo que os outros bancos estão sonegando dessa forma, o Banco do Brasil deveria alertar o Ministro da Fazenda, deveria avisar a Receita Federal e o Banco Central, a quem cabe fiscalizar. Deveria in-

dicar as providências a serem tomadas em defesa do Tesouro, em defesa do Governo brasileiro.

O Banco do Brasil diria: “Olha, para acabar com essa sonegação, vocês devem fiscalizar dessa e daquela forma”. Enfim, mostraria o caminho das pedras para impedir esse assalto aos cofres públicos. Mas não o faz. O Banco do Brasil age como se fosse o Citibank, o Banco de Boston ou o Banco Itaú.

Na instrução codificada que distribuiu às suas agências, a Direção do Banco do Brasil define quem é o público-alvo dessa fraude, que denomina “Solução de Pagamento”. O público-alvo são os clientes dos segmentos BB Corporate, BB Grandes Empresas e BB Médias Empresas, detentores de limite de crédito e risco analisado como A ou B, ou seja, os chamados clientes especiais.

A instrução elaborada e distribuída pela Diretoria Comercial do Banco do Brasil mostra como seus gerentes devem oferecer essa facilidade. Está inscrito na instrução: “A prestação deste serviço proporciona ao cliente significativa redução de custos em função da não incidência da CPMF, razão pela qual deverá ser utilizada como instrumento para fidelização de clientes e incremento de negócios”.

Vou repetir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Está inscrito na instrução do Banco do Brasil: “A prestação deste serviço proporciona ao cliente significativa redução de custos em função da não incidência da CPMF, razão pela qual deverá ser utilizada como instrumento para fidelização de clientes e incremento de negócios”. Isso é ou não é grave? Isso é ou não é mais que grave? Isso é ou não é gravíssimo? Isso é ou não é mais que gravíssimo?

E aí a Direção explica em detalhes como proceder. Lá pelas tantas, no Item 8 da instrução, há um alerta aos gerentes: “O sistema custódia não pode ser utilizado na operacionalização do serviço, por tratar-se de ‘sistema organizado’, citado na Lei da CPMF como fator de incidência da contribuição”. O que é isso, Sr. Presidente?

Vou repetir. No item 8 da instrução, é feito um alerta aos gerentes: “O sistema custódia não pode ser utilizado na operacionalização do serviço, por tratar-se de ‘sistema organizado’, citado na Lei da CPMF como fator de incidência da contribuição”. Fala-se em “sistema organizado”!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sonegação é feita nas dependências do próprio Banco do Brasil. É a própria autoridade financeira que promove e realiza o desrespeito à lei. Está lá, tudo muito claro, no livro das instruções codificadas do Banco do Brasil:

Livro 16 – Soluções em pagamento.

Capítulo 1 – Formas de Pagamento.

Título 3 – pagamento de compromissos com cheques de terceiros.

Subtítulo 4 – procedimentos de super.

Período de vigência: Início em 19 de março de 2003 até data indefinida.

Gestor: Banco do Brasil/Diretoria Comercial – DICOM.

Circular de encaminhamento: 2003/001806.

Esta denúncia que estou trazendo hoje a esta Casa já foi feita à Procuradoria da República do Distrito Federal e à Polícia Federal por um funcionário do Banco do Brasil aqui de Brasília. Não tive notícia de qualquer procedimento contra o Banco do Brasil até este minuto. Esse funcionário sofre inquérito administrativo e entende que sofre perseguição dentro da instituição por ter informado à auditoria do Banco do Brasil e ao Sindicato dos Bancários sobre os indícios de sonegação da CPMF dentro da maior instituição financeira pública do País. Mas a denúncia resultou em nada. Aliás, o funcionário foi punido. A prática continua correndo solta.

Há um aspecto que considero importante acentuar: essa sonegação não vem do Governo passado, não é herança maldita, como costumam dizer os Líderes do Governo quando querem se eximir de culpa por fatos errados. Isso começou a ser feito no Banco do Brasil, repito, a partir de 19 de março de 2003. Portanto, é Governo Lula mesmo.

Não podemos deixar fato de tal gravidade passar em branco nem permitir que caia no esquecimento. Por isso, estou apresentando à Mesa do Senado três requerimentos de informações ao Poder Executivo. Estou indagando se o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tem informações sobre esse procedimento do Banco do Brasil. Estou requisitando cópia das Circulares 001806 e 002018, de 2003, do Banco do Brasil e das instruções a elas anexadas. Vou solicitar também à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que convide o Presidente do Banco do Brasil e o Diretor Comercial do Banco do Brasil para esclarecer a denúncia de sonegação e explicar a responsabilidade de cada um deles. O convite é porque talvez não caiba a convocação de um presidente de instituição. Estou pedindo à Receita Federal a lista completa dos bancos punidos ou autuados por sonegação da CPMF e informações sobre o volume de recursos sonegados e o valor das multas aplicadas.

Sr. Presidente, a CPMF foi criada em 1993, sob a denominação de Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira e já se incorporou à vida econômica do País. Este ano, a receita da CPMF atingirá cerca de R\$25 bilhões, recursos fundamentais à manutenção, principalmente, da estrutura da saúde no Brasil. Há muitas críticas à CPMF, mas não se pode negar o fato de que é justa por ser proporcional à movimentação financeira: quem tem mais paga mais; quem não tem conta bancária não paga nada. Também é irrefutável a importância da CPMF para o equilíbrio das contas públicas. Há até bem pouco tempo, a CPMF era considerada uma contribuição de difícil, de impossível sonegação. Nos últimos anos, a partir do cruzamento de informações da CPMF com o Imposto de Renda, tem sido possível identificar sonegadores e operações de lavagem de dinheiro. Toda a fiscalização é feita com base nas informações fornecidas pelos bancos. São eles que arrecadam a CPMF e respondem pelo seu repasse à Receita Federal. Os bancos, portanto, são os fiéis depositários e os informantes da Receita sobre a CPMF. Vou repetir: os bancos são os fiéis depositários e os informantes da Receita sobre a CPMF. Daí por que, Srs. Senadores, é extremamente grave a notícia de que os bancos estariam utilizando fórmulas e mecanismos para burlar o pagamento da CPMF. Isso comprovado, isso exaustivamente apurado...

Existem duas situações que causam prisões no Brasil. Uma delas é a pensão alimentícia e a outra é exatamente a do fiel depositário. O fiel depositário não pode desviar o recurso do qual ele é fiel depositário. Se for um cidadão comum, um coitadinho, ele vai para a cadeia. Eu quero indagar se isso se aplica também aos grandes banqueiros, se isso se aplica aos donos de bancos, se isso se aplica aos dirigentes de empresas e que providências serão tomadas. Nós vamos pedir informações também ao Ministério Público Federal sobre o que vai ser feito.

Os bancos estão sonegando informações à Receita, provocando prejuízos enormes aos cofres públicos. Isso é quebra de confiança. Os bancos estão se tornando depositários infiéis dos impostos que arrecadam. É impossível calcular o prejuízo. Qual é o prejuízo? Cinco bilhões? Dez bilhões? Talvez a Receita possa nos dizer; talvez nem a Receita saiba exatamente o tamanho desse rombo.

Srs. Senadores, na lógica dos banqueiros todos os meios justificam o lucro. Portanto, que os grandes bancos privados façam isso, atendem à lógica do banqueiro – não é normal porque é crime – dentro da lógica capitalista, da lógica desses vampiros internacionais

da rapinagem em busca de ganhos maiores. É claro que isso não é legal, deve ser punido com rigor, mas é da natureza do capitalismo selvagem dos bancos buscar formas de aumentar os seus lucros. Todavia, é muito mais grave que esse procedimento seja adotado também pelo Banco do Brasil! Não faz sentido, é impatriótico, é lesa-pátria, é inadmissível, é caso de polícia, é caso de cadeia, Sr. Presidente!

Um País como o Brasil, que tem na Presidência da República um Presidente operário, que está debatendo, que está dizendo que não tem condições – e se tivesse o Lula já teria dado – de estabelecer mais de R\$260,00 de salário mínimo, um País cuja Oposição tem apontado alternativas para corrigir o salário mínimo... Isso aqui, Presidente Paim, apurado com rigor pelo Governo, é fonte de financiamento para que o Tesouro Nacional possa melhorar as condições dos trabalhadores não só na área da saúde, mas também no que diz respeito ao salário mínimo.

Não dá para fazer de conta que é apenas um detalhe. Gostaria que o Senado tomasse todas as providências possíveis; já bastam os danos causados pelos vampiros que superfaturaram as compras no Ministério da Saúde! Temos que combater esses novos vampiros. Temos que pôr fim a essa sonegação! O assunto, Sr. Presidente, já foi tratado pela imprensa. Tenho aqui o artigo “As suspeitas da sonegação da CPMF”, assinado por Marcos Cintra, publicado na **Folha Dinheiro** em 26 de janeiro de 2004. Portanto, a imprensa já começara a perceber a possibilidade de que julgávamos impossível, que ninguém iria sonegar a CPMF. Estou juntando este artigo ao pronunciamento e peço registro nos Anais da Casa. Estou juntando, Sr. Presidente, o Termo de Declarações do funcionário do Banco do Brasil no Ministério Público Federal. Essas declarações, relatando essa história que registrei aqui no meu pronunciamento, são de depoimento no Ministério Público Federal no dia 23 de setembro de 2003 às 16 horas. Estou também registrando alguns dados, não os tenho completos, foi assim que me chegaram às mãos. Apenas tomei o cuidado – para preservação da fonte, de quem cumpriu com esse dever, acredito eu, de bom cidadão – de tirar os dados da máquina, para trazer este assunto ao Senado.

Mas eu estou aqui juntando também este tal livro de instruções codificadas: Livro 016 – Soluções em Pagamento, Capítulo 0001 – Formas de Pagamento, Título 00003 – Pagamento de Compromissos com Cheques de Terceiros, Subtítulo 0001 – Norma. E aí toda a instrução do Banco do Brasil, que creio ser importante.

Estou aqui juntando o que acredito ser um instrumento extraordinariamente relevante, Sr. Presidente, que é um cheque, e o desdobramento desse cheque, que mostra como tudo isso foi realizado dentro do Banco do Brasil. O cheque de R\$74.092,00 – que chegou às mãos – é da Agência da Representação do Estado do Amazonas, pago a uma determinada construtora. Essa construtora não deposita os R\$74.092,00 na sua conta. Desse cheque se originam três depósitos: um de R\$30 mil na conta da construtora e outros dois, um de R\$14 mil e um de R\$30 mil, completando os R\$74 mil, nas contas de fornecedores dessa construtora. É um exemplo de como é feita a burla para que não seja possível a identificação da CPMF.

Gostaria de saber da Mesa se já podemos entregar os requerimentos a que aludimos na nossa fala nesta sessão do Senado da República.

Sr. Presidente, gostaria de pedir ao Senado da República como instituição: vamos tocar este assunto urgentemente para a frente, porque estaremos fazendo um grande bem ao nosso País, ao Banco do Brasil, ao Tesouro Nacional, ao Governo brasileiro. Aí, sim, coibindo essa sonegação, poderemos dar talvez mais até do que a Oposição está pedindo com relação ao salário mínimo. Basta que estanquemos a vampiragem. Os vampiros estão sendo orientados com instruções, lamentavelmente, de uma instituição secular, que defendo, que é necessária, que quero ver sempre como instituição estatal, que é o Banco do Brasil, patrimônio de todos os brasileiros, mas que age mal, muito mal nesse episódio, como se fosse uma instituição privada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie junto à Secretaria da Receita Federal as seguintes informações, com os documentos comprobatórios:

– Quais os bancos autuados por suspeita de sonegação da CPMF em operações com cheques administrativos endossáveis emitidos

em nome de clientes, que os utilizavam para a realização de pagamentos sem a cobrança da CPMF;

– Se o Banco do Brasil S/A está entre as instituições financeiras autuadas pela Receita Federal pela prática de sonegação da – CPMF;

– Qual o valor dessas autuações e que percentual representa dentro do total das autuações fiscais contra os bancos; e

– Qual o valor da sonegação da CPMF apurada até o momento.

Justificação

Grandes bancos nacionais e estrangeiros montaram um esquema de favorecimento aos grandes clientes, exatamente aqueles que movimentam – grandes somas de dinheiro. Estes, em vez de pagar a CPMF, embolsam os recursos que deveriam ser destinados à saúde.

O esquema, segundo fui informado, consiste na permissão do pagamento de títulos e impostos com cheques de terceiros, o que não é facultado ao cidadão comum. Esta prática estaria sendo adotada inclusive pelo Banco do Brasil, segundo denúncias que chegaram ao meu conhecimento.

A imprensa tem veiculado notícias de que a Receita Federal vem autuando pesadamente os bancos por suspeita de sonegação da CPMF em operações com cheques emitidos em nomes de clientes. Segundo algumas – versões, em 2003, essas autuações atingiram mais de 1 bilhão de reais, representando cerca de 26% do total das autuações fiscais contra os bancos.

A CPMF é um tributo praticamente insonegável para o contribuinte comum, a menos que exista má-fé e conivência dos bancos. O sistema bancário é o operador e o fiel depositário da CPMF.

Daí a gravidade das notícias que nos chegam, dando conta do procedimento ilícito dos bancos e das medidas fiscais contra eles adotadas pelas autoridades. – As punições para quem que lesa o interesse público devem ir além de multas. Os praticantes devem ser responsabilizados civil e criminalmente por seus atos. Este é o objetivo final que vamos perseguir a partir da obtenção dos dados ora solicitados.

Sala da Sessão, – Senador **Antero Paes de Barros**.

REQUERIMENTO Nº , DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do

Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este encaminhe ao Senado Federal, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as informações abaixo solicitadas, e os documentos referidos:

– Se tem conhecimento de que o Banco do Brasil adota norma interna de procedimento que permite aos clientes especiais o pagamento de compromissos com cheques de terceiros, que consiste em sonegação da CPMF;

– Cópia da Norma 16.01.03.01.02, de 19 de março de 2003, de responsabilidade da Diretoria Comercial do Banco do Brasil, e das Circulares de Encaminhamento 001806 de 2003 e 002018 de 2003, bem como das instruções complementares à sua execução.

Justificação

Denúncias que chegaram ao nosso conhecimento dão conta de que o Banco do Brasil expediu normas a seus supervisores e gerentes no Livro de Instruções Codificadas, orientando-os sobre como proceder “no pagamento, via caixa, de compromissos (títulos, tributos e outros documentos) emitidos contra clientes autorizados e enquadrados no público alvo, com cheque de terceiros, onde figurem como beneficiário”.

Tal prática, adotada pela atual diretoria do Banco do Brasil a partir de 19 de março de 2003, leva à sonegação da CPMF pelos grandes clientes da instituição financeira, gerando prejuízos de bilhões de reais aos cofres públicos e o desvio de recursos que deveriam ser destinados à saúde.

Cópias desses documentos que nos chegaram às mãos informam que os gerentes e supervisores das agências do BB são instruídos a oferecer essa possibilidade de sonegação aos grandes clientes.

“A prestação deste serviço proporciona ao cliente significativa redução de custos em função da não incidência da CPMF, razão pela qual deverá ser utilizada como instrumento para fidelização de clientes e incremento dos negócios” – afirma a circular de encaminhamento 2018 de 2003, de 31 de março de 2003, do Banco do Brasil.

Por se tratar de grave denúncia de sonegação da CPMF pela mais importante instituição pública de crédito do País, estamos requerendo ao Ministro da Fazenda esclarecimentos a respeito do assunto, bem

como solicitando cópias de toda a documentação respectiva, para conhecimento desta Casa e de toda a sociedade brasileira, e ainda para a adoção das providências legais cabíveis no caso.

Sala da Sessão, 28 de maio de 2004. – Senador **Antero Paes de Barros**.

REQUERIMENTO Nº , DE 2004

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requero que seja convocado a prestar esclarecimentos, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Circulares 1.806 e 2.018, de 2003, e instruções a elas anexadas, o Sr. Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil S/A.

Justificação

Grandes bancos nacionais e estrangeiros montaram um esquema de favorecimento aos grandes clientes, exatamente aqueles que movimentam grandes somas de dinheiro. Estes, em vez de pagar a CPMF, embolsam os recursos que deveriam ser destinados à saúde.

O esquema, segundo fui informado, consiste na permissão do pagamento de títulos e impostos com cheques de terceiros, o que não é facultado ao cidadão comum.

Recebi há pouco tempo a denúncia de que esse tipo de sonegação não tem sido feita apenas pelos bancos estrangeiros, ou seja, pelos bancos privados, mas que bancos oficiais estão utilizando o mesmo expediente, entre eles o Banco do Brasil, que orienta seus gerentes e supervisores a oferecerem aos correntistas especiais a possibilidade de sonegar a CPMF, com instruções expressas nas circulares citadas.

Dessa maneira o cliente especial não recolhe os 38 centésimos por cento de CPMF que é cobrado de todos os cidadãos. O dinheiro que deveria servir para a manutenção de hospitais e compra de medicamentos fica na mão do grande cliente. Isso é sonegação. E o Banco do Brasil, como banco público, deveria cumprir a lei e jamais usar desse tipo de expediente para atrair grandes correntistas.

Portanto, o presente requerimento é essencial para esclarecer a denúncia de sonegação da CPMF praticada nas dependências do próprio Banco do Brasil, que em vez de estimular a sonegação deveria ser o primeiro a alertar os órgãos competentes, inclusive indicando as providências a serem tomadas em defesa do Tesouro Nacional.

Sala da Sessão, . – Senador **Antero Paes de Barros**.

BANCO DO BRASIL S.A.

SISBB

LIC

LICN5500

Livro de Instruções Codificadas

Página: 001

Livro....: 016 - Soluções em Pagamento
Capítulo.: 0001 - Formas de Pagamento
Título....: 00003 - Pagamento de Compromissos com Cheques de Terceiros.
Subtítulo: 0001 - Norma
Versão....: 0002

COMPENSÁVELS

01. CARACTERÍSTICAS: Pagamento, via caixa, de compromissos (Títulos, tributos e outros documentos), emitidos contra clientes autorizados e enquadrados no público alvo, com cheque de terceiros, onde figurem como beneficiário.
02. PÚBLICO ALVO: Clientes dos segmentos BB Corporate, BB Grandes Empresas e BB Médias Empresas, detentores de limite de crédito e risco analisado "A" ou "B":
a) Clientes não pertencentes ao segmento BB Corporate, deverão apresentar rentabilidade média igual ou superior a R\$ 800,00, no último semestre, levando-se em conta o CGC da empresa.
OBS: Negócios efetivados e que ainda não impactaram o Aplicativo REN deverão ser informados no documento constante do LIC#16.2.9.8000 .
03. ARGUMENTO NEGOCIAL: A prestação deste serviço proporciona ao cliente significativa redução de custos em função da não incidência de CPMF, razão pela qual deverá ser utilizada como instrumento para fidelização de clientes e incremento de negócios. *NÃO É GRAU PARTINDO BB. MÉS. QUE SEJA P/TÍTULO NÃO COMPENSÁVEL*
04. ALÇADA: Diretoria Comercial
05. CONCESSÃO E RENOVAÇÃO: As propostas de inclusão e renovação de clientes enquadrados no público alvo, que a critério do Comitê de Administração da Agência sejam merecedores da concessão, deverão ser submetidas a Diretoria Comercial - Prefixo 8590 - , acompanhados das informações constantes do LIC#16.2.9.8000 .
a) O encaminhamento da proposta de renovação deverá ocorrer quando da renovação do limite de crédito do cliente autorizado.
06. AUTORIZAÇÃO DE DÉBITO: Deverá ser acolhida autorização do cliente, em papel timbrado da empresa, para débito em conta corrente dos valores referentes aos cheques devolvidos pela Compensação -

BANCO DO BRASIL S.A.

SISBB

LIC

LICN5500

Livro de Instruções Codificadas

Página: 002

LIC#16.2.10.8000 :

07. QUANTO AO PAGAMENTO DOS COMPROMISSOS:

- a) Somente poderão ser acolhidos pagamentos de títulos, Tributos e outros documentos, emitidos contra o cliente autorizado;
- b) A soma dos cheques deverá ser de valor igual ou inferior ao compromisso a ser liquidado;
- c) O valor de um cheque, por determinação legal, não poderá ser utilizado para liquidação de títulos de cedentes/favorecidos diferentes - Endosso parcial.
- d) Os cheques deverão conter no verso:
 - I - Endosso em preto a favor do favorecido/cedente do compromisso a ser liquidado;
 - II - Vinculação do código da agência e conta corrente do cliente autorizado.

08. O Sistema Custódia não pode ser utilizado na operacionalização do serviço, por tratar-se de "Sistema Organizado", citado na Lei da CPMF como fator de incidência da contribuição.

09. A responsabilidade pelo fiel cumprimento destas instruções é do primeiro gestor da agência:

- a) Em caso de inobservância, fica o Banco sujeito a sanções do Banco Central e Receita Federal.

10. PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO - Compete à agência a adoção dos procedimentos do LIC#9.3.1.1, no caso de indício de utilização do serviço para a prática de lavagem de Dinheiro.

Período de vigência.....: 31.03.2003 / Indefinido

Gestor.....: BANCO DO BRASIL / COMERCIAL-DICOM

Circular de Encaminhamento...: 2003 / 002018

Circular de Cancelamento....: 0000 / 000000

LIC
Livro de Instruções Codificadas Página: 001

Soluções em Pagamento
Formas de Pagamento
Pagamento de Compromissos com Cheques de Terceiros.
Procedimentos de Agência

E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DO CLIENTE +

ta do cliente.

nte, as condições da concessão bem como as
es a serem assumidas por ele.

cliente se enquadra nas condições previstas,
to no LIC#16.1.3.1 .

sta, quanto ao aspecto negocial, levando em conta
ade(s) oferecida(s) pelo cliente.

osta de "Inclusão de Clientes", conforme modelo
no LIC#16.2.9.8000.

or, acompanhado das assinaturas do comitê de
la agência.

posta para a Super Comercial Jurisdicionante.

da SUPER sobre a decisão, adote as seguintes

aprovação: comunicar ao cliente e colher assinatura
AÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA", conforme modelo
no LIC#16.2.10.8000 .
indeferimento: comunicar ao cliente a
idade do acolhimento da proposta.

BANCO DO BRASIL S.A.

SISBB LIC 15/09/2003 11:45.24
LICN5500 Livro de Instruções Codificadas Página: 002

Período de vigência.....: 19.03.2003 / Indefinido
Gestor.....: BANCO DO BRASIL / COMERCIAL-DICOM
Circular de Encaminhamento...: 2003 / 001806
Circular de Cancelamento....: 0000 / 000000

BANCO DO BRASIL S.A.

SISBB LIC
LICN5500 Livro de Instruções Codificadas Pagina: 001

Livro....: 016 - Soluções em Pagamento
Capítulo.: 0001 - Formas de Pagamento
Título...: 00003 - Pagamento de Compromissos com Cheques de Terceiros.
Subtítulo: 0004 - Procedimentos de Super
Versão...: 0001

RECEBIMENTO E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DA AGÊNCIA

+

01. Receba a proposta da Agência, conforme modelo disposto no LIC#16.2.9.8000.
02. Analise se a proposta está de acordo com os parâmetros definidos nas instruções e aponha parecer conclusivo.
OBS: Em caso de indeferimento na própria Super, devolva o processo à agência, comunicando a decisão.
03. Encaminhe a proposta, à Diretoria Comercial - Brasília DF - Prefixo 8590, assinada por pelo menos um membro do Comitê.
04. Após análise da DICOM, comunicar o resultado do pleito à Agência, que deverá tomar as medidas cabíveis em cada caso - Aprovação ou Indeferimento.

Período de vigência.....: 19.03.2003 / Indefinido
Gestor.....: BANCO DO BRASIL / COMERCIAL-DICOM
Circular de Encaminhamento...: 2003 / 001806
Circular de Cancelamento....: 0000 / 000000

10.687-0 8 001 290694 5 (74.092,85)

Pague por este cheque a quantia de (SETENTA E QUATRO MIL, NOVENTA E DOIS REAIS, OITENTA E CINCO CENTAVOS)

RJ CONSTRUÇÕES LTDA

BANCO DO BRASIL

BRASILIA 07 de MAIO de 2004

POSTAL IS - BSB DF 00.000.000/4783-00 32

AGENCIA REPR DO ESTADO DO AMAZONAS EM BRASILIA CGC 04.312.369/0008-67 CLIENTE DESDE 05/2000

Carlos Roberto Rodrigues Esteves Nucleo de Orçamento e Finanças

Osorio Manoel Coelho de Mello Representante de Governo

0001288300 4522806845 502001060702



Guia de depósito

Use um formulário para cada conta.

Nome do cliente RJ CONSTRUÇÕES LTDA

Depositado por _____

Deposito identificado (codigo-dvi) / Finalidade _____

Deposito com cartão, marque apenas o tipo de conta

Agência (Pref/dv) N° da conta / dv

1600-4 28.851-9

Conta corrente	Poupança Ouro	Poupança Poupeix
502	Em dinheiro - R\$	
511	Em cheques - R\$	
	R\$	30.000,00
	R\$	
	R\$	
	R\$	
	Total - R\$	30.000,00

BB 10220008 08052001

30.000,00DC11764

Mod 0 07 099-8 - Ago/2000 - SISBB 2000074 - Via do Banco

Autenticação mecânica



Guia de depósito

Use um formulário para cada conta.

Nome do cliente Rogério Melo de Lima

Depositado por Autorização verbal

Deposito identificado (codigo-dvi) / Finalidade _____

Deposito com cartão, marque apenas o tipo de conta

Agência (Pref/dv) N° da conta / dv

1022-7 8.708-4

Conta corrente	Poupança Ouro	Poupança Poupeix
502	Em dinheiro - R\$	
511	Em cheques - R\$	
	R\$	14.092,85
	R\$	5.000,00
	R\$	9.092,85
	R\$	
	Total - R\$	14.092,85

BB 10220007 08052001

14.092,85DC11764

Mod 0 07 099-8 - Ago/2000 - SISBB 2000074 - Via do Banco

Autenticação mecânica



Guia de depósito

Use um formulário para cada conta.

Nome do cliente Rosário Melo de Lima

Depositado por _____

Deposito identificado (codigo-dvi) / Finalidade _____

Deposito com cartão, marque apenas o tipo de conta

Agência (Pref/dv) N° da conta / dv

1600-4 16.500-X

Conta corrente	Poupança Ouro	Poupança Poupeix
502	Em dinheiro - R\$	
511	Em cheques - R\$	
	R\$	30.000,00
	R\$	
	R\$	
	R\$	
	Total - R\$	30.000,00

BB 10220004 08052001

30.000,00DC11764

As suspeitas de sonegação da CPMF

Marcos Cintra

26-01-2004

FOLHA dinheiro

OPINIÃO ECONÔMICA

MARCOS CINTRA

Inúmeras pesquisas de opinião pública demonstraram que os contribuintes brasileiros atribuem à CPMF a virtude de ser um tributo de difícil sonegação. É considerada universal e democrática. Todos pagam, até a economia informal. Até mesmo os contraventores e criminosos dificilmente encontram meios de burlar a arrecadação desse tributo. Trata-se de uma reconhecida vantagem da CPMF sobre outras formas declaratórias de tributação.

Na realidade, ficam de fora dessa forma de exação fiscal apenas as pequenas transações, mais facilmente liquidadas sem a intervenção do sistema bancário. Contudo o valor total dessas transações é pequeno e tende a diminuir com a globalização e com a inexorável tendência mundial de substituição da moeda manual pelas inúmeras formas de moeda escritural, desde os ultrapassados cheques de papel até as transações eletrônicas via internet.

Nesse sentido, a notícia veiculada no último dia 20 pelo "Valor Econômico" de que a Receita Federal vem autuando pesadamente os bancos por suspeita de sonegação da CPMF causou surpresa e indignação.

As primeiras suspeitas de evasão da CPMF vieram a público em 2000. O Banco Central detectou transações efetuadas por bancos em favor de seus grandes correntistas. O estratagema de "economia tributária" envolvia a liquidação de pagamentos em nome dos seus clientes preferenciais por meio de contas correntes mantidas com corretoras e distribuidoras de valores, cuja movimentação bancária é isenta da cobrança de CPMF.

Agora, a Receita Federal revela que autuou grandes bancos por falta de recolhimento da CPMF em operações com cheques administrativos endossáveis emitidos em nome de clientes, que os utilizavam para a realização de pagamentos sem a cobrança da CPMF. Segundo a Receita Federal, o valor das autuações da CPMF atingiu mais de R\$ 1 bilhão em 2003, o que representou cerca de 26% do total das autuações fiscais contra os bancos.

A notícia é chocante e, ao mesmo tempo, esclarecedora.

Choca por desvendar os tortuosos desígnios de alguns bancos que não hesitam em burlar o espírito de nossa legislação tributária, ainda que possam acreditar que suas ações se revestiam da mais absoluta legalidade. É claro que seus atos podem até ser legais, mas jamais poderiam ser considerados legítimos.

Ao mesmo tempo, a notícia dos desvios praticados pelos bancos esclarece a opinião pública acerca dos riscos envolvidos na adoção de uma sistemática tributária inovadora, como o imposto sobre movimentação financeira, sem as cautelas e os cuidados que deveriam ter sido adotados quando de sua implantação pioneira, em meados da década passada.

A CPMF é um tributo praticamente insonegável para o contribuinte comum. No entanto sua operacionalização é efetuada pelo sistema bancário. É possível afirmar que o tributo é de difícil evasão, a menos que exista má-fé e conivência dos bancos.

O sistema bancário é o operador e o fiel depositário da CPMF. Nesse sentido, ao praticar atos que lesem o interesse público deve ser responsabilizado.

Mas o que efetivamente chama a atenção é o fato de que, desde sua implantação inicial em meados da década de 90, pouca ou nenhuma atenção foi dispensada pela Receita Federal na fiscalização dos bancos no tocante ao recolhimento da CPMF. Apenas nos últimos três anos é que se passou a fiscalizá-los com maior rigor, após as revelações do Banco Central sobre as fraudes que vinham sendo praticadas.

A CPMF vem sendo recolhida desde 1997 sem que o governo tenha tido, com os bancos, o mesmo rigor na fiscalização que vem tendo com os contribuintes dos demais setores da atividade econômica. O prejuízo pode ter sido incalculável. Por outro lado, é natural que surjam dúvidas até mesmo sobre a correção das transferências aos cofres públicos dos valores debitados nas contas correntes dos depositantes no passado.

A CPMF revelou ser um tributo eficiente, de baixo custo, robusto e resistente a fraudes em sua mecânica operacional regular. Contudo não se pode esperar que seja igualmente resistente às investidas maliciosas de seus próprios operadores. Trata-se de um tributo que torna desnecessária a manutenção do gigantesco aparato fiscalizatório usualmente associado aos tributos declaratórios como o Imposto de Renda e o ICMS, mas não pode dispensar um aparato de auditoria nos meandros da engenharia financeira e da informática bancária.

De fato, a CPMF não necessita de um único fiscal para auditar o contribuinte. Mas não pode prescindir de um sistema de fiscalização eficiente e especializado quando se trata de auditar os próprios arrecadadores.

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, 58, é doutor em Economia pela Universidade Harvard, professor titular e vice-presidente da FGV. Foi deputado federal (1999-03). É autor do livro "A Verdade sobre o Imposto Único" (LCTE, 2003). Atualmente, é secretário das Finanças de São Bernardo do Campo.

TERMO DE DECLARAÇÕES

CPMF, Banco do Brasil. Sonegação e fraude. Operações Bancárias.

No dia 23 do mês de setembro de 2003, às 16:00 h., na sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, compareceu o Senhor:

ANTONIO JOSÉ FLORENCIO DE OLIVEIRA, brasileiro, CI Nº 316.231, SSP/DF, residente CSB 03 Lote 02/06, apartamento 1201, Ed. Acapulco, Taguatinga-DF, CEP 72015-535, que se apresentou para relatar fatos e sobre eles formular **REPRESENTAÇÃO**, prestou as seguintes declarações:

“O representante informa que é funcionário do Banco do Brasil há 24 anos, com experiência de 18 anos em agência bancária, com igual período no exercício de cargos comissionados; QUE, no período de julho de 2000 a 13 de agosto de 2002, data do afastamento do representante de suas funções na Agência CNB Taguatinga-DF, percebeu o mesmo a ocorrência de práticas administrativas que, em tese, podem indicar sonegação da CPMF; QUE tais práticas consistiam no pagamento de títulos compensáveis, tendo por contrapartida valores de cheques compensáveis, mas não depositados; QUE tal prática fere a rotina bancária ordinária, qual seja, o depósito de cheques na conta do correntista, com o eventual pagamento de títulos compensáveis, considerando-se o saldo disponível em conta-corrente, sem que se estabeleça vínculo entre títulos compensáveis com cheques a compensar; QUE a citada rotina operacional, ao suprimir o depósito em conta, de cheques de terceiros, para a utilização dos respectivos e correspondentes valores em

pagamento imediato de títulos, restaria caracterizada como sonegação da CPMF; QUE tal prática seria adotada pelo Banco do Brasil somente em relação a determinados clientes, pessoa jurídica, de maior poder aquisitivo, com o intuito de proporcionar redução de custos ao cliente beneficiado com a referida operação, em desfavor do Tesouro Nacional; QUE não sabe informar o representante se haveria algum proveito por parte dos gestores do Banco; QUE, segundo informações colhidas informalmente junto a colegas lotados em outras agências do Banco, tal prática seria também adotada pelas referidas agências; QUE a referida operação consta nas normas e instruções do Banco do Brasil, conforme pode-se confirmar no texto do Livro de Instruções Codificadas (LIC) 18.6.2.1.14, de 18/02/2002, no qual há expressa proibição de recebimento de títulos de outros bancos, com cheque a compensar, exceto para clientes especiais; QUE, secundando o referido LIC, passou a vigorar a norma 16.01.03.01.02, de 19/03/2003, que novamente autoriza a operação aqui denunciada, com destaque para o destaque textual de que haveria não incidência da CPMF; QUE, em contato com funcionários de outras instituições bancárias, o representante obteve a informação de que as mesmas utilizariam o referido recurso operacional de processamento e recebimento de títulos, sempre para favorecer clientes específicos; QUE o representante manifestou por escrito a questão à Auditoria do BB, a AUDIT, e à Divisão de Responsabilidade Profissional, sem resposta, justificativa ou orientação até a presente data."

Nada mais disse e nem lhe foi indagado. Para constar foi lavrado o presente termo que, lido e achado conforme, segue devidamente assinado.

O representante esteve em audiência prévia com a Dra. Valquíria Quixadá Nunes.



ANTONIO JOSÉ FLORENCIO DE OLIVEIRA
Declarante



CÉSAR FREIRE
ANALISTA PROCESSUAL

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa receberá os requerimentos de V. Ex^a, como também a matéria publicada em jornal, e dará o encaminhamento regimental. Vamos torcer para que o combate ao desvio da CPMF aconteça. Claro que vou torcer para que isso corresponda à elevação do salário mínimo.

Passo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

Eu era o último orador inscrito, mas V. Ex^a fará uso da palavra agora. Eu falarei em seguida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cidade de Manaus e com ela o Parque Fabril, da chamada Zona Franca, estão sob ameaça de um apagão, por ser extremamente crítico o abastecimento de energia elétrica na região. A tendência é de agravamento da situação, com aumento da demanda.

A capital do meu estado ainda conserva na lembrança os efeitos do drástico racionamento de energia no ano de 1997. De lá para cá, pouco ou quase nada foi feito, a não ser uma portaria da Ministra Dilma Roussef, de um ano atrás, que apenas serve para reconhecer a gravidade da situação. Essa única ação do Ministério das Minas e Energia diante de problema de tamanha gravidade à economia do Amazonas e, por consequência, do Brasil, por afetar as operações do Parque Industrial de Manaus, essa única ação, insisto, é mais um paliativo bem característico dos procedimentos do atual Governo. É muita improvisação.

No Ministério das Minas e Energia, na Eletronorte, na Manaus Energia, na Aneel, não há qualquer indicio de estudo ou planejamento mais sério que possa solucionar o impasse e afastar o risco do apagão na região de Manaus.

O mercado energético da cidade de Manaus é abastecido com energia gerada por um sistema hidrotérmico, isolado do sistema elétrico nacional.

A Manaus Energia S. A., uma subsidiária da Eletronorte, portanto, do Governo Federal, é a responsável pelo abastecimento de energia às residências, ao comércio, inclusive aos industriais que atuam na Zona Franca de Manaus. A Manaus Energia produz 39% da energia necessária ao abastecimento da capital e mantém contratos com produtores independentes, que fornecem os 61% restantes, por meio de usinas termelétricas instaladas em Manaus.

Vou, evidentemente, com muita habitualidade, a Manaus e ao meu Estado, Amazonas, e o que mais ouço quando ali me encontro são manifestações sérias de pessoas e empresas idôneas, preocupadas,

diante de um colapso energético, que parece iminente. Portanto, devo advertir, neste plenário, dirigindo-me ao Ministério das Minas e Energia que o apagão em Manaus ameaça acontecer brevemente, a menos que algo mais consistente venha a ser feito.

A responsabilidade é, principalmente, do Governo Federal. Desde o ano passado, o Ministério e a Manaus Energia vêm adotando soluções paliativas, com a transferência de pequenas unidades geradoras, contratadas pela Comercializadora de Energia Emergencial – CBEE. Essas pequenas unidades são instaladas inadequadamente em bairros populosos. Agora, pelo que estou informado, a CBEE negocia a transferência, do Rio de Janeiro para Manaus, de mais alguns desses geradores, na tentativa de cobrir o crescimento da demanda que ocorre sempre no segundo semestre de cada ano, com a elevação da temperatura.

A situação preocupa, e muito. Tanto é que, diante da inércia do Governo Lula também nesse setor, setores responsáveis do Amazonas se adiantam e realizam estudos aprofundados em torno do problema. Uma dessas análises vem sendo feita pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Crea do Amazonas. Esse estudo revela que a Manaus Energia espera concluir, até janeiro de 2005, a contratação de produtores independentes e acha que isso basta, é suficiente.

Naquele mês, ainda segundo a análise técnica do Crea, a Manaus Energia, apesar da crise energética, trocará 230 **megawatts**, a atual capacidade geradora, por 150 a 175 megawatts de produtores a serem contratados. Isso é um fato muito grave.

Numa cidade em que o abastecimento se mostra insuficiente, reduzir a capacidade geradora é preocupante. Não dá para entender. Além disso, a Manaus Energia estará trocando uma geração de energia que já se encontra instalada e consolidada operativamente por outras unidades, o que implicará, certamente, a degradação da confiabilidade do sistema, passando-se desnecessariamente por um novo período de maturação de todas as instalações, com todos os inconvenientes associados ao processo.

O Crea, a esse propósito, adverte que ao adotar esse critério de substituição de geradores coloca em risco a continuidade, a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia aos consumidores de Manaus.

E não é apenas o Crea o único preocupado. Leio na imprensa do Amazonas que ontem foi concedida liminar, impetrada pelo Ministério Público estadual, respondendo à licitação em curso pela Manaus Energia.

Em todo esse quadro caótico de abastecimento de energia elétrica em Manaus, há um outro pormenor sobre o qual devo chamar a atenção: a Manaus Energia, nessa licitação, dá liberdade de escolha dos locais de instalação das usinas, a tecnologia, o combustível fóssil a ser usado e a configuração de cada unidade.

Esse é um dado relevante, quando se sabe que o Amazonas é rico em gás natural, nas reservas de Urucum, cuja futura utilização se torna inviável, dada a pulverização de locais de instalação das usinas.

Portanto, a falta de um planejamento estratégico – que parece não figurar nas intenções da Eletronorte ou da Manaus Energia – é prejudicial à economia do Amazonas. A viabilização do gás natural de Urucum, asseguram os técnicos e estudiosos, possibilitaria o desenvolvimento de novas atividades econômicas, o incremento das existentes e a geração intensa de empregos. Todos sabemos que o gás natural usado como matéria-prima para geração de energia elétrica permite, além de outros benefícios, um menor custo de operação e nada de poluição.

Ao mencionar poluição, lembro-me de frase usada recentemente neste Plenário pelo Líder José Agripino, ao se referir ao problema de abastecimento de água na região de Mossoró, prejudicado pelas numerosas perfurações de poços, formando um grande paliteiro.

No Amazonas, estamos na iminência de algo assemelhado: um paliteiro de pequenas unidades termelétricas em bairros de Manaus, que acabam, além de outros incômodos, poluindo a atmosfera numa área residencial. O emprego do gás natural, ao contrário, não polui; é matéria-prima abundante e barata.

Dessa forma, pode-se constatar que a colocação dessas unidades geradoras de pequeno porte para o suprimento a Manaus, através de contratos de longo prazo (20 anos), além de não se constituírem em solução estrutural para o atendimento à capital do nosso Estado, inviabiliza a introdução do gás natural na nossa matriz energética.

Sr. Presidente, espero que a cidade de Manaus não tenha que ser submetida a um “apagão” e que os novos contratos não prejudiquem o abastecimento de energia numa região hoje vital para o desenvolvimento regional e nacional.

Em anexo, peço que seja incluída nos Anais da Casa nota técnica a respeito do grave assunto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, a respeito desse primeiro tema.

Tenho evidentemente que comentar, numa segunda instância, o chamado crescimento da economia brasileira, para fazermos uma análise isenta e honesta. Tomo hoje uma manchete primorosa do **Jornal do Brasil**, do Rio de Janeiro. A manchete explica tudo; com 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 palavras, a manchete explica tudo. É primorosa. Ela diz: “Exportação e agropecuária puxam economia ameaçada pela inflação”.

Ou seja, a preocupação com a inflação é uma verdade. Ela tem sido condicionante do baixo nível de crescimento da nossa economia, ao longo dos últimos anos.

Diz o **Jornal do Brasil**: “Exportação e agropecuária puxam economia...”

A exportação oferece um desempenho que vem dos tempos da paridade cambial, quando se possibilitou a empresários comprarem máquinas, equipamentos, insumos, tecnologias que hoje impulsionam o processo exportador. Nada a ver com câmbio. A virada definitiva das exportações foi dada em 2002, quando o câmbio era ainda de 2.2. Não foi preciso nenhum câmbio privilegiado, não; nem qualquer sobrevalorização do Real. Com câmbio de 2.2, foi possível dar a virada e se começar a ter a economia superavitária do ponto de vista da sua balança comercial.

Claro que, quanto mais arrocho sobre o mercado consumidor interno, mais se vai ter a idéia de superávit maior na economia. E temos que nos preparar para o fato de que, com a economia crescendo um pouco, é evidente que cresce também a importação. E crescendo a importação, diminui o superávit da balança comercial. Da mesma forma, temos uma dependência muito grande do preço privilegiado das *commodities* brasileiras que hoje, puxadas pela China, estão em situação bastante favorável – e isso não dura para sempre.

O fato é que a agropecuária crescerá menos este ano do que no ano passado; produziremos menos grãos este ano do que no ano passado. Houve alguns incidentes de percurso e o fato é esse. Continua significativa, importante, progressista, avançando, mas menos grãos do que no ano passado é a previsão que se faz para 2004.

A exportação ainda responde por uma participação muito pequena no comércio internacional, mas é o grande motor da economia brasileira. Ou seja, quando se vai ver o que sobrou para o mercado interno, percebe-se que sobrou pouco. Se o Brasil crescer este ano 3%, ele crescerá talvez no máximo 0.8% de mercado interno. O resto se deverá a outros fatores: além da inércia, outros fatores.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge. Concluo o raciocínio dizendo que o Governo precisa aprender a se moderar nas suas euforias primárias. Quando ele diz “crescimento de 3% ou de 3,5%”, ele assume um compromisso drástico. Se anualizarmos a situação atual da economia brasileira, vamos ver que se zerou. Ano passado foi 0.2% a menos; este ano 0%. Se anualizarmos doze meses para trás, zerou. Não houve nenhum crescimento: nem positivo nem negativo.

Se olharmos a perspectiva que se vem delineando desde o final do ano passado, veremos que existe, sim, um crescimento com possibilidades entre 3 e 3 e pouco por cento e que não é crescimento, mas é reposição cíclica. É o fato de que a base de comparação é tão deprimida que dá a idéia através da mídia que, numa mera reposição, se está crescendo.

Dou o exemplo da Argentina. Em dois anos, perdeu entre 18 e 20% do PIB. Aí anunciaram: “A Argentina cresce 8%”. É como se V. Ex^a, Senador José Jorge tivesse R\$200,00 no bolso; perdeu R\$120,00 e ficou com R\$80,00. Depois, cresce R\$20 e diz que cresceu “x” por cento. Coisa nenhuma! Está meramente buscando voltar aos R\$200,00 anteriores, que era o seu capital. Isso sem falar no que poderia ter sido acrescentado à economia brasileira ou Argentina, se não tivesse havido o menos 0.2% aqui e o menos 20% em dois anos lá.

Outro dado é que não se vê sinal de sustentabilidade. A pressão sobre a inflação está muito clara. Não se vê sinal de sustentabilidade. Por quê? Porque não temos um ambiente microeconômico correto para que a economia cresça; não há medidas legais aprovadas por este Governo, que avançam a pauta com mil medidas provisórias, deixando para as calendas e para segundo plano as matérias que, de fato, criariam confiança no investidor.

Além disso, há, sim, um risco Lula. Ele diz que vai manter determinada política econômica até o final, mas não se sabe se isso é crença ou se é aposta. Se for crença, muito bem, parabéns para ele. Se for aposta, significa dizer que um eventual resultado nas eleições que seja deletério para o Governo poderá fazê-lo mudar de opinião.

Isso tudo faz com que cobrem sempre mais para investir no Brasil, sabendo que há um risco, que é o risco da imprevisibilidade de um Governo marcado pelo populismo.

Outro dado essencial é que a máquina administrativa, que seria responsável por algum crescimento econômico, ela não anda. Ela não anda, pura e simplesmente, não anda. E o Governo vai marcando

passo, e agora vivendo dessa ilusão, dessa reposição cíclica, que ele tenta transformar, na cabeça do povo, em idéia de crescimento.

Por que as pessoas percebem que não é crescimento econômico? Porque não há vizinho algum sendo empregado. Porque o desemprego só aumenta. Porque não há reflexo do emprego. Porque a renda da população brasileira, a renda das famílias está deprimida. A capacidade de consumir do nosso povo está baixa. Então, não temos como passar uma sensação real de crescimento econômico, até porque não há crescimento econômico real. O que há é mera corrida atrás de um prejuízo estupidamente acumulado pelo Governo no ano mais privilegiado que teve, com capitais internacionais zanzando, dando sopa por aí. A fatura de capitais internacionais em 2003 abriu uma perspectiva de crescimento absolutamente fantástica para o Brasil.

E, em 2004, nós estamos vendo as marchas e contramarchas de um Governo que, sobretudo, se enrola nas suas próprias teias da desarticulação política, da incapacidade administrativa, dos escândalos que se sucedem a cada momento.

Companheiros meus assim diziam: “Ah, não cresce este ano”.

Eu digo: “Não vamos confundir as coisas. Cresce estatisticamente sim; cresce 3%, 2.8%, 3,6%”.

Cresce estatisticamente. Isso não se reflete na vida das pessoas, por ser mera reposição de algo que deveria ter sido e não foi. Se sou realista com os meus companheiros e digo a eles que é para vermos de frente uma realidade que é de crescimento estatístico da economia, sim; eu digo o mesmo para os adversários com lealdade.

O Presidente Lula não pode imaginar que está vivendo o melhor dos mundos. Vamos comparar com o Mundo. E o Mundo crescerá muito mais do que o Brasil este ano, ou seja, o Brasil, na hora da reposição do Mundo, o Brasil repõe menos do que o Mundo no seu conjunto – prova de que não foi competente a sua forma de administrar ao País.

E também digo: Presidente, não se iluda. Não deixe ninguém iludir Vossa Excelência nem se iluda com essa tolice de crescimento econômico. Seu grande teste será no ano de 2005 e no ano de 2006. E dou só um exemplo: o Brasil terá que crescer perto de 4% nos trimestres restantes, perto de 4% em cada um dos trimestres, para chegar aos três e meio por cento. Ou seja, cada vez a base de comparação vai ser menos deprimida, cada vez a base de comparação vai ser mais dura.

Dou um exemplo bem grosseiro, bem rude. Se o Brasil tivesse perdido, ano passado, 3% de PIB, este ano iriam refletir estatisticamente um crescimento fantástico da economia, que no fundo, no fundo, iria repor a economia nos seus trilhos medíocres de antes e de sempre, porque entraves obstaculizam um crescimento mais consistente da economia brasileira. Aqui temos matérias importantes que poderiam impulsionar o crescimento, sim, como por exemplo a Lei de Falências. E o Governo fica trocando a urgência da Lei de falências por medidas provisórias em profusão, para satisfazer o presidente Lula.

Aqui temos a matéria da parceria público privada. Tenho sérias desconfiâncias de que a parceria público privada como está inscrita agride a Lei de Responsabilidade Fiscal. Será uma bomba de efeito retardado no colo do sucessor do Presidente Lula.

Temos matérias bastante polêmicas ...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite V.Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de me congratular com V. Ex^a e dizer que hoje vou, talvez, cometer um pecado. Ontem eu estava criticando o empresário Mauro Dutra, da Ágora, porque ele estava colocando três chapéus ao mesmo tempo: o de empresário, o de dono da Novadata, o de sócio presidente de uma ONG que tem relações com o Governo e, ao mesmo tempo, o de político militante do PT. Ficava muito difícil alguém não misturar essas funções. Hoje vou vestir três chapéus também. Em primeiro lugar, como ex-Ministro de Minas e Energia, solidarizo-me com V. Ex^a no que diz respeito à questão da energia de Manaus. A solução já foi encontrada, e agora temos que efetivar a chegada do gás natural a Manaus o mais rápido possível, porque Manaus não está interligada ao sistema nacional e utiliza óleo de combustível, óleo *diesel*, que tem alto custo e alto grau de poluição. Em segundo lugar, como professor de Estatística, quero dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Na realidade, esse crescimento é medíocre. Além de pequeno, é feito sobre uma base menor ainda. Por isso, é medíocre, e temos não que nos alegrar com ele, mas que lamentar que não seja maior. Em terceiro lugar, como Senador, lamento que a Base do Governo não esteja presente nesta Casa, como tem acontecido normalmente nas sextas-feiras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nem para comemorar, se é que isso teve crescimento.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Exatamente. Quando saí de casa hoje, eu esperava ver o plenário lotado de Senadores da Base do Governo, principalmente do PT, mas infelizmente só o nosso Presidente está aqui. S. Ex^a está aqui desde o início da sessão, mas, como Presidente, não se pode pronunciar. Então, lamento mais uma vez, porque é muito importante o debate aqui, e, para tanto, devem estar presentes a Oposição e também o Governo. O Senador Heráclito Fortes gosta muito de cobrar a presença do Governo aqui, do PT principalmente. S. Ex^a não está presente, e, então, estou vestindo também esse chapéu dele e cobrando a presença do PT aqui, nestas nossas sessões de sexta-feira, porque elas são muito importantes para tecermos esclarecimentos a todos no Brasil que as acompanham pela TV Senado ou pelo noticiário da mídia. Não queremos fazer monólogo. Queremos fazer um diálogo em que o Governo também possa apresentar seus argumentos. Meus parabéns a V. Ex^a, inclusive por estar sempre presente no Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Jorge, V. Ex tem sido um companheiro de oposição tão leal e tão correto quanto foi como companheiro de governo, competente e talentoso. E V. Ex^a diz, com o talento do manchetista do **Jornal do Brasil** de hoje, o que gostaria muito de poder expressar, para ficar bem claro, ou seja, não tem crescimento algum. Se ano passado a queda do PIB tivesse sido maior, a ilusão de crescimento seria maior ainda, porque estaríamos crescendo em cima de uma base mais deprimida do que a que serviu de comparação. Do trimestre passado para este, o crescimento foi de 1.6%. É melhor do que nada. Em relação ao trimestre equivalente a este no ano passado, o crescimento foi de 2.7%. Tudo isso representa menos do que o conjunto da economia mundial; tudo isso é menos do que a possibilidade brasileira; tudo isso se envolve num clima em que o investimento estrangeiro direto tem diminuído, ficando mais raro; tudo isso num clima em que percebemos claramente, por parte dos investidores, a maior desconfiância em relação à política externa e micro-econômica, em relação à visão do Governo sobre agências reguladoras, em relação até à capacidade do Governo de domar o País. O Governo transformou em crise aquilo que foi uma bela manifestação de solidariedade a ele, quando o Presidente foi agredido pelo jornalista Larry Rohter*. Transformou em crise no dia seguinte, exibindo uma face autoritária

e atoleimada, que, pedindo a expulsão do jornalista, se revelou.

É lamentável que hoje não estejamos fazendo com os Líderes e os Parlamentares da base do Governo um debate sobre economia. É terrível falarmos só nós, ou seja, falamos e fica por isso. De fato, o debate é melhor do que o monólogo. E aqui estamos a monologar, V. Ex^a e eu falamos a mesma linguagem.

Mas o grande fato é que os desafios estão postos. O Presidente volta da China e encontra 13,1% de desemprego na população economicamente ativa do País; volta e encontra um quadro de crise na construção civil do País; volta e encontra uma base absolutamente desarticulada e tentando não votar esses mesquinhos R\$260,00, que são a proposta do Governo Federal; volta e encontra o mesmo clima de emprego para cá, cargo para acolá, essa coisa medíocre que faz da nossa política um deserto de idéias – infelizmente, temos que dizer que se transforma num deserto de idéias mesmo –, e nós aqui, cumprindo com o nosso dever. Alguém pode dizer: puxa, Arthur, mas é melhor do que nada essa reposição cíclica. Sim, é melhor do que nada. Todavia, advirto o Governo de que, se não tomar algumas medidas já, agora, para efeito este ano, poderá não realizar sequer a reposição cíclica de 3%, poderá até não obter isso. Tem que tomar atitudes urgentes, sinalizar claramente para o investidor que não há risco nenhum porque, neste País, temos uma tradição muito grave que começa com uma certa elite empresarial acostumada a risco zero, a não perder nunca nos negócios que faz. A viúva sempre – leia-se a Nação – sempre paga pelo prejuízo deles.

O Brasil, hoje, vive um problema de risco contratual grande, os empresários não sabem – os que querem investir para valer em condições de competição, diferentemente dessa turma do cartório que denunciei no primeiro item – se as regras não vão ser mudadas a qualquer momento, ao sabor das injunções políticas, das pressões eleitorais, das pressões e das contrapressões que passam pela cabeça confusa de quem dirige este País. Então, esse risco contratual é brutalmente nocivo ao ambiente de investimento que se cria no País.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e chamo a atenção para o fato de que o debate da economia deve ser feito. Por isso, vamos continuar atentos ao dia-a-dia do Governo. Vamos ver como vai ficar o salário mínimo. Vamos ver como vai ficar a resposta às crises éticas que têm assolado este Governo.

Tomara que não tenhamos nenhuma surpresa neste fim de semana. Tomara que fique só nesses quatro itens; o pessoal da saúde, que fique nessa coisa de Santo André. O Santo está sendo desmoralizado. Como morre gente em torno desse Santo! É impressionante! Geralmente santo faz milagre – eu sempre repito isso da tribuna –, mas em Santo André, se se meter com ele, parece que morre; se se meter com ele, dá uma confusão danada. Não querem que isso seja investigado a fundo.

Temos outra coisa grave, Waldomiro. Ele e toda aquela turma que, na Casa Civil, vai-se envolvendo em confusão a cada momento, e temos ainda esse caso Ágora. Ou seja, temos um dia-a-dia de problemas com a ética, temos um dia-a-dia de inércia administrativa, temos um dia-a-dia de falta de lucidez microeconômica e temos um dia-a-dia de política macroeconômica, a meu ver correta nas suas linhas gerais, mas se equivoca quando peca por falta de intensidade e por falta de pressa, podendo ela ter mais intensidade e mais pressa na hora do rebaixamento de juros.

Além disso, temos um Presidente que confunde as bolas. Eu não sei se ele está pensando em trocar a China pelos Estados Unidos. Se estiver pensando isso, é uma loucura arrematada. Ele pode pensar em abrir espaço para a China, mas não pode pensar em trocar o eixo, porque esse terceiro mundismo não fará bem ao Brasil nem ao crescimento econômico do Governo Lula, ao longo do tempo que lhe resta de Governo.

Essa é uma colaboração que dou de maneira tranqüila para o Plenário, que conta apenas com a presença da Oposição. Deveria ter mais gente do Governo, sim, seria tão mais agradável, seria tão mais útil. Mas, ainda assim, sabemos que falamos para o Brasil e o Brasil nos ouve e, portanto, o Governo vai nos ouvir também, vai saber que tem uma opção muito nítida pela frente: é ser lúcido ou perder a oportunidade histórica que lhe deram 53 milhões de eleitores, a maioria dos quais já desiludidos, eleitores que consagraram de maneira brilhante o Presidente Lula na recente campanha eleitoral.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA TÉCNICA

CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA CIDADE DE MANAUS.

As peculiaridades e fragilidades da região Amazônica representam um contraste marcante com sua dimensão, importância e potencialidade de desenvolvimento em relação aos aspectos políticos, econômicos e sociais no cenário brasileiro. As grandes distâncias, a baixa taxa de ocupação demográfica e a importância do ecossistema da região, definem um quadro de dificuldades que exigem um tratamento específico para atender às necessidades de energia elétrica da população amazônica. Portanto, a energia elétrica como infra-estrutura básica assume importância significativa, e até mesmo primordial no processo de desenvolvimento da Amazônia.

A região se distingue das demais regiões do país pela existência de diversos sistemas elétricos isolados, a maior parte deles de pequeno porte, que pela característica do mercado de energia elétrica da região, dificilmente, nas próximas décadas, poderão ter seu suprimento eletroenergético realizado dentro de princípios exclusivamente comerciais. Sem fugir a regra, o mercado de energia elétrica da Cidade de Manaus, é abastecido com energia elétrica por meio de um sistema hidro-térmico isolado do Sistema Elétrico Nacional.

A Manaus Energia SA - empresa subsidiária da Eletronorte – portanto uma empresa ligada ao Governo Federal é a responsável pelo fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais, comerciais e principalmente aos industriais que atuam na Zona Franca de Manaus. A Manaus Energia produz hoje, 39% da energia necessária ao abastecimento da cidade e mantém contratados Produtores Independentes de energia que produzem os 61% restantes por meio de usinas termelétricas instaladas em Manaus.

Tenho acompanhado, com muita preocupação, que o abastecimento de energia elétrica à cidade de Manaus encontra-se comprometido desde o ano passado, conforme declara a própria Ministra de Minas e Energia, na condição de Presidente do Conselho Nacional de Política Energética, ao emitir e assinar a Resolução Nº 2 de 22 de Maio de 2003. A referida resolução teve como objetivo transferir energia emergencial instalada no Estado do Ceará para a Cidade de Manaus. Textualmente, a referida resolução cita em seus considerandos:

- “... a situação emergencial na área de geração de energia elétrica vivenciada na Região Norte do País, especificamente na Capital do Estado do Amazonas;”
- “que o atual suprimento de energia elétrica não é suficiente para o pleno atendimento da demanda na Região Metropolitana de Manaus;...”

Portanto, desde o ano passado, o Ministério de Minas e Energia e a Manaus Energia vêm, adotando soluções paliativas, de transferir pequenas unidades geradoras, contratadas pela CBEE – Comercializadora de Energia Elétrica Emergencial, instalando-as na região urbana da cidade de Manaus, portanto em locais inadequados, por estarem localizadas em bairros populosos, submetendo aos habitantes daquelas localidades a conviverem com fumaça, ruído e o tráfego constante de caminhões que fazem o abastecimento de combustível.

Temos conhecimento, que a Manaus Energia está negociando com a CBEE a transferência do Rio de Janeiro para Manaus de mais um punhado desses pequenos geradores para cobrir o crescimento da demanda que ocorre sempre no segundo semestre de cada ano devido ao aumento da temperatura ambiente.

Além disto, a Manaus Energia, encontra-se em fase de contratação de novos Produtores Independentes de Energia para substituir aqueles que lá estão instalados desde 1997 e 1998.

A forma com que a Manaus Energia vem administrando a oferta de energia à Cidade de Manaus levou especialistas do CREA-AM - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas, a elaborar ~~portanto a análise técnica~~ da situação atual e das perspectivas futuras quanto ao suprimento de energia elétrica àquela cidade, à luz da política energética atual adotada pela Manaus Energia e pelo Governo Federal.

Abro um parênteses, para neste momento, parabenizar os profissionais do CREA-AM pelo brilhante trabalho e pelo posicionamento em defesa da sociedade.

Cito algumas conclusões da análise técnica realizada pelo CREA-AM.

- A Manaus Energia espera estar com a primeira fase de Produtores Independentes contratada até Janeiro de 2005, quando, apesar da escassez de energia, trocará 230 Mega Watts de Produtores já instalados por uma geração entre 150 e 175 Mega Watts de Produtores a serem contratados.
- O estudo elaborado pelo CREA-AM concluiu que o encerramento dos contratos dos Produtores Independentes de Energia, com a conseqüente desativação de sua geração térmica, acarretará racionamento de energia na cidade de Manaus.
- Todos nós sabemos que uma contratação dessa natureza, sob a égide da lei de licitações 8.666 consome tempo. Se agregarmos a este tempo o longo tempo de maturação do projeto de uma usina termelétrica, fica claro, que não há tempo hábil para instalar unidades geradoras de grande porte, portanto adequadas ao sistema elétrico de Manaus. Nesse tempo, somente será possível instalar geradores pequenos, do tipo usado para cobrir a falta de energia em hotéis, hospitais e shopping center o que direciona o processo de contratação.

- **Pior que isto, a Manaus Energia estará trocando uma geração de energia que já se acha instalada, consolidada – já que se leva de um a dois anos para ter uma produção de energia estável e isenta de desligamentos intempestivos. Portanto, a Manaus Energia ao adotar tais critérios de contratação, está colocando em risco a continuidade de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia aos consumidores da cidade de Manaus.**
- **A Manaus Energia estabelece como premissas do processo de fornecimento de propostas, que cada proponente terá a liberdade de escolher o local de instalação, a tecnologia, o combustível fóssil e a configuração da usina. Além disso, a Empresa admite contratar tantos proponentes quanto forem necessários para atingir o requisito de potência desejada. Ora, qualquer técnico que labute no setor elétrico brasileiro sabe que em qualquer ampliação de oferta de energia, a empresa responsável pelo mercado deve especificar a modulação da geração adequada a este, já que, as novas unidades geradoras devem ter características adaptadas ao sistema elétrico. Sem especificar claramente, ou pior, deixar que cada proponente escolha as características dos equipamentos bem como a modulação a ser adotada, a Manaus Energia terá que adaptar o sistema elétrico às características das novas unidades geradoras, o que levará o sistema à instabilidade com cortes de energia e black-outs freqüentes que serão impostos aos consumidores.**
- **Além destes fatos, a possibilidade de pulverização quanto à localização das diversas usinas possíveis de serem instaladas, depõe contra a economia de Estado do Amazonas, pois inviabiliza o uso do gás natural existente nas reservas do Urucum, Solimões e Silves, já que, a geração de energia elétrica tem sido historicamente, utilizada como âncora na viabilização da exploração, transporte e comercialização do gás natural. A viabilização do gás natural do Estado do Amazonas possibilitará o desenvolvimento de novas atividades econômicas, o incremento das atualmente existentes e a geração intensa de novos empregos face às inúmeras aplicações do gás natural, podendo este ser utilizado nos setores: automotivo, industrial, comercial, residencial e termelétrico. Além disso, quando usado como matéria-prima, o gás natural permite um maior rendimento nos processos, um menor custo de operação e menores gastos em controle de poluição.**
- **Não podemos esquecer que a Manaus Energia está contratando apodadamente e sem nenhum planejamento prévio energia elétrica por um período de 20 anos. Só para exercitarmos nossa imaginação, imaginemos que seja ofertado, e que a Manaus Energia contrate, energia gerada por meio de uma usina embarcada que obrigatoriamente terá que ficar fundeada às margens do Rio Negro provocando poluição visual, risco de acidentes devido ao imenso tráfego de embarcações e elevado risco de acidentes ambientais, por vazamento de combustíveis, como já ocorrido no passado em usina embarcada de propriedade da Manaus Energia.**
- **Não se deve esquecer, que historicamente a Elettronorte e Manaus Energia sempre tem buscado soluções paliativas para o equacionamento energético de Manaus, como é o caso da usina flutuante Electron que, foi fabricada em 1971 (33 anos) por solicitação das Forças Armadas Americanas para apoiar a invasão do Vietnã. A usina Electron operou emergencialmente para eliminar racionamento de energia no Sul do Brasil e no Rio de Janeiro, sendo posteriormente, transferida para Manaus, onde permanece até hoje.**

- Outro fato importante de ser lembrado, que em 11.08.1997 foi firmado contrato entre a Eletronorte e o Produtor Independente de Energia CMI International Power Ltda, empresa que não detinha nenhuma experiência no ramo de geração de energia elétrica, que propôs ofertar energia por meio de um navio destróier adquirido da Marinha Americana onde foram instaladas duas unidades geradoras de 25 MW cada. A usina nunca entrou em operação comercial e o contrato de compra e venda de energia foi cancelado após o esgotamento da carta de fiança bancária para quitar as multas contratuais por atraso de operação. O navio destróier da CMI transformou-se em um navio fantasma e encontra-se abandonado, até hoje, às margens do Rio Negro, pois, para o seu dono, é antieconômico transportá-lo de volta aos Estados Unidos.
- Outra experiência negativa com navios usina vivida pela Eletronorte e Manaus Energia, foi quando da contratação em 15.08.1997 do Produtor Independente de Energia El Paso Amazonas Energia Ltda em que fazia parte do empreendimento uma usina montada sobre uma balsa, com 88 MW. A usina embarcada gerou energia abaixo do patamar mínimo contratual exigido e foi substituída posteriormente, por outra operando em terra.
- A Manaus Energia, em documento emitido recentemente, impediu os Produtores Independentes atualmente instalados em Manaus de participarem do processo de concorrência, por estarem os mesmos instalados em terrenos de propriedade daquela Empresa. Tal fato vem a corroborar as intenções da Manaus Energia em dar preferência a máquinas geradoras de pequeno porte.
- A forma tendenciosa com que a Manaus Energia estabeleceu critérios de participação dos proponentes no processo licitatório, levará, com toda a certeza, ao aumento dos custos da energia gerada e o conseqüente aumento da tarifa do consumidor final, já tão massacrado pela política econômica do Governo Federal.

Todos estes fatos levam-nos a concluir, que há um total descaso da Manaus Energia para com o abastecimento de energia elétrica à Cidade de Manaus, já que as soluções emergenciais que vêm sendo adotadas, demonstram a total falta de Planejamento Elétrico e Energético, bem como a falta de vontade política do Governo Federal.

Aproveito a oportunidade para informar aos dirigentes da Manaus Energia, Eletronorte e da Eletrobrás, que estaremos vigilantes. Acompanharemos todos os passos que envolverão este processo de contratação.

Espero, com toda a sinceridade, que a cidade de Manaus não tenha que ser submetida a nenhum racionamento de energia e que os novos contratos não acarretem em custos superiores ao atualmente vigentes, pois fatos dessa natureza, poderão ser caracterizados como incompetência, ou até mesmo, como atos de improbidade praticados por administradores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais, Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive oportunidade de falar hoje aqui sobre a questão da educação. Não quis misturar os temas, mas eu gostaria de aproveitar este final de sessão apenas para apresentar uma questão que achei muito grave e que aconteceu hoje: o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da cobrança dos inativos.

Como V. Ex^a sabe, Sr. Presidente, anteontem o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento dessa questão, e três juízes já votaram. Dois deles votaram pela inconstitucionalidade, inclusive a Relatora – e o parecer do Procurador-Geral da República também é favorável à inconstitucionalidade –, e um votou a favor da constitucionalidade.

Hoje, todos os jornais noticiam que o Ministro Amir Lando esteve presente no Supremo Tribunal Federal para explicar aos Ministros a preocupação do Governo em relação aos efeitos dessa votação. Penso que não cabe ao Governo interferir no meio de uma votação que está ocorrendo no Supremo Tribunal Federal. Sou aqui o modesto Relator da reforma do Judiciário, mas penso que é muito importante que se deixe o Supremo Tribunal Federal julgar de forma tranqüila, sem pressões, se é constitucional ou inconstitucional a cobrança dos inativos, porque senão daqui a pouco temos que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, como não há questão de ordem...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente. Entretanto, creio que é grave.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Também vou tocar nesse assunto e V. Ex^a poderá até fazer um aparte, se quiser.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a vai falar sobre isso? Então, como já falei, vou só encerrar dizendo que espero que V. Ex^a também aborde em seu pronunciamento o assunto dessa forma, já que tenho um compromisso agora e acho que não vou poder aguardar. Se ao Governo é dado interferir em uma votação do Supremo Tribunal Federal e, no outro dia, o jornal ainda publica foto de Ministro e tudo, é também dado aos aposentados falarem com os Ministros do Supremo para ver se realmente os argumentos continuam sendo neutros.

Muito obrigado. Desculpe a insistência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 666, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este encaminhe ao Senado Federal, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as informações abaixo solicitadas, e os documentos referidos:

– Se tem conhecimento de que o Banco do Brasil adota norma interna de procedimento que permite aos clientes especiais o pagamento de compromissos com cheques de terceiros, que consiste em sonegação da CPMF;

– Cópia da norma 16.01.03.01.02, de 19 de março de 2003, de responsabilidade da Diretoria Comercial do Banco do Brasil, e das Circulares de Encaminhamento 1.806 de 2003 e 2.018 de 2003, bem como das instruções complementares à sua execução.

Justificação

Denúncias que chegaram ao nosso conhecimento dão conta de que o Banco do Brasil expediu normas a seus supervisores e gerentes no Livro de Instruções Codificadas, orientando-os sobre como proceder “no pagamento, via caixa, de compromissos (títulos, tributos e outros documentos) emitidos contra clientes autorizados e enquadrados no público alvo, com cheque de terceiros, onde figurem como beneficiário”.

Tal prática, adotada pela atual diretoria do Banco do Brasil a partir de 19 de março de 2003, leva à sonegação da CPMF pelos grandes clientes da instituição financeira, gerando prejuízos de bilhões de reais aos cofres públicos e o desvio de recursos que deveriam ser destinados à saúde.

Cópias desses documentos que nos chegaram às mãos informam que os gerentes e supervisores das agências do BB são instruídos a oferecer essa possibilidade de sonegação aos grandes clientes. “A prestação deste serviço proporciona ao cliente significativa redução de custos em função da não incidência da CPMF, razão pela qual deverá ser utilizada como instrumento para fidelização de clientes e incremento dos negócios” – afirma a circular de encaminhamento 2.018 de 2003, de 31 de março de 2003, do Banco do Brasil.

Por se tratar de grave denúncia de sonegação da CPMF pela mais importante instituição pública de crédito do País, estamos requerendo ao Ministro da Fazenda esclarecimentos a respeito do assunto, bem como solicitando cópias de toda a documentação respectiva, para conhecimento desta Casa e de toda a sociedade brasileira, e ainda para a adoção das providências legais cabíveis no caso.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2004. – Senador **Antero Paes de Barros**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 667, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie junto à Secretaria da Receita Federal as seguintes informações, com os documentos comprobatórios:

– Quais os bancos autuados por suspeita de sonegação da CPMF em operações com cheques administrativos endossáveis emitidos em nome de clientes, que os utilizavam para a realização de pagamentos sem a cobrança da CPMF;

– Se o Banco do Brasil S/A está entre as instituições financeiras autuadas pela Receita Federal pela prática de sonegação da CPMF;

– Qual o valor dessas autuações e que percentual representa dentro do total das autuações fiscais contra os bancos; e

– Qual o valor da sonegação da CPMF apurada até o momento.

Justificação

Grandes bancos nacionais e estrangeiros montaram um esquema de favorecimento aos grandes clientes, exatamente aqueles que movimentam grandes somas de dinheiro. Estes, em vez de pagar a CPMF, embolsam os recursos que deveriam ser destinados à saúde.

O esquema, segundo fui informado, consiste na permissão do pagamento de títulos e impostos com cheques de terceiros, o que não é facultado ao cidadão comum. Esta prática estaria sendo adotada inclusive pelo Banco do Brasil, segundo denúncias que chegaram ao meu conhecimento.

A imprensa tem veiculado notícias de que a Receita Federal vem autuando pesadamente os bancos

por suspeita de sonegação da CPMF em operações com cheques emitidos em nomes de clientes. Segundo algumas versões, em 2003, essas autuações atingiram mais de 1 bilhão de reais, representando cerca de 26% do total das autuações fiscais contra os bancos.

A CPMF é um tributo praticamente insonegável para o contribuinte comum, a menos que exista má-fé e conivência dos bancos. O sistema bancário é o operador e o fiel depositário da CPMF.

Daí a gravidade das notícias que nos chegam, dando conta do procedimento ilícito dos bancos e das medidas fiscais contra eles adotadas pelas autoridades.

As punições para quem que lesa o interesse público devem ir além de multas. Os praticantes devem ser responsabilizados civil e criminalmente por seus atos. Este é o objetivo final que vamos perseguir a partir da obtenção dos dados ora solicitados.

Sala da Sessão, 28 de maio de 2004. – Senador **Antero Paes de Barros**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os requerimentos lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Senador Paulo Elifas vai assumir a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Elifas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Elifas. PMDB – RO)

– Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Elifas, Senador Augusto Botelho, Senador Arthur Virgílio, antes do encerramento da sessão, gostaria de apresentar à Casa dados e números de que, se a Câmara dos Deputados aprovar o salário mínimo de R\$260,00, existem todas as possibilidades de que seja rejeitado aqui no Senado.

Mas, antes de apresentar dados e números, eu não poderia deixar de falar sobre a votação do Supremo Tribunal Federal sobre a questão dos inativos. Até me falaram para não tocar no assunto. Não há como não tocar. Em primeiro lugar, cumprimento a gaúcha, Ministra Ellen Gracie Northfleet, por seu voto muito claro e muito consciente.

Falo com muita tranquilidade, Srs. Senadores, porque havia alertado o Governo, por inúmeras vezes, de que essa matéria, além de trazer um desgaste enorme à sua base de sustentação, provavelmente cairia no Supremo Tribunal Federal. Continuo entendendo

da mesma maneira, apesar de, até o momento, terem sido somente três votos.

Sr. Presidente, lembro que, na discussão da PEC paralela, falei diversas vezes para o Ministro da Previdência e para o Relator que perderíamos no Supremo.

Pois bem, Sr. Presidente, primeiramente, a Ministra deixa muito claro que se trata de bitributação. Eu sempre disse que, além da bitributação, o desconto de aposentados e pensionistas fere o direito adquirido, e fere a Constituição no que tange à irredutibilidade do salário. E vou mais além agora: essa contribuição é discriminatória. Por quê? O trabalhador do Regime Geral da Previdência que ganha até R\$2.600,00 não paga nada. Já o trabalhador do serviço público aposentado que ganha acima de R\$1.200,00 paga. Já o servidor federal que ganha até R\$2.600,00 não paga. Então, na verdade, ela fere até o Estatuto do Idoso, porque acaba dizendo que principalmente os que ganham menos, nesse caso, vão pagar.

Então, eu não tinha nenhuma dúvida de que esse seria o caminho a ser adotado pela maioria dos Ministros do Supremo. Tentamos amenizar o prejuízo com a PEC paralela, quando incluímos o artigo dizendo que todos aqueles aposentados que possuem a chamada doença incapacitante – isso inclui a maioria dos cidadãos com mais de 70 anos – não pagariam os 11%.

Não foi falta de alerta. Fiz inúmeras reuniões e disse que a tendência do Supremo era de derrubar. Por isso que neste momento, mais uma vez, apelo ao Governo para que votemos a PEC paralela. Toda semana me dizem: “Será votada na semana que vem, Paim, fique tranquilo, acompanhe o Governo nas votações”. Lá vou eu acompanhando o Governo nas votações e a PEC paralela não é votada.

Então, aguardo ainda a votação da PEC paralela.

Quero falar, Sr. Presidente, hoje, sobre o salário mínimo. Abordarei dois aspectos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, com satisfação, concedo um aparte a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Face ao assunto do salário mínimo, aparteio V. Ex^a lembrando que, ao longo das tratativas e das negociações que redundaram na chamada reforma da previdência, nós da Oposição, e também V. Ex^a, apresentamos 400, 500 ou 600 emendas. Todas foram recusadas pelo Governo. Nesse episódio específico, eu não sei se uma regra de transição melhor, não sei se o que propusemos para amenizar para os maiores de 65 anos, para os enfermos que estivessem de fato inabilitados, não sei se isso tudo não ajudaria a formar uma feição mais

constitucional. O fato é que aqui, a esta altura, não estamos discutindo se é necessário ou não tributar, nem se é justo ou não tributar. O Governo está diante do seguinte palpo de aranha: ser constitucional ou não o que ele propôs. V. Ex^a alertou, nós alertamos. Parece-me muito claro que, para os novos funcionários, se o contrato de trabalho prevê a tributação, eles podem até não aceitar trabalhar no serviço público; mas, se aceitarem, sabem que são aquelas as normas. O que se discute é a reversão das regras no meio do jogo. Tem efeito fiscal positivo para o País? Certamente. É possível constitucionalmente? Parte do Supremo está pensando que não. Ou seja, não sei se o Governo não paga mais um preço pela sua prepotência, porque eu, por exemplo, que queria votar a favor da reforma da previdência, não votei porque vi 600, 700 emendas serem derrubadas, uma a uma, pelo rolo compressor que o Governo tinha naquele momento. Era um governo novo, começando, cheio de prepotência e arrogância. Muito bem, o resultado está aí. Tanto avisamos que isso poderia esbarrar no Supremo! Na tentativa de ajudar a uma solução de compromisso de minha parte, disse: cedam em algo que nós votamos a matéria. Disseram não. V. Ex^a disse: eu estou alertando que, se mexerem bruscamente na regra do jogo, perderão muito. E isso está acontecendo agora no veredicto do Supremo. Vamos aguardar. Eu respeito muito o Supremo. Ou seja, se o Supremo declarar que o Senador Arthur Virgílio é inconstitucional, eu vou me considerar um cidadão inconstitucional, porque eu aceito e respeito o que o Tribunal disser. Portanto, o Governo vai ter que aceitar e respeitar aquele que for o veredicto do Supremo, que está sendo, quem sabe, muito duramente em resposta a uma prepotência. Ou seja, a proposta acabada está aqui, a proposta feita é essa, não há em que recuar. O Governo não nos ouviu. Agora, tem de amargar o voto sólido da Ministra Ellen Gracie e dos colegas de S. Ex^a, que vão se pronunciar, uns após os outros, todos com visão no aspecto constitucional. Trata-se de corte eminentemente constitucional. Não adianta, se não for constitucional, não passa. Se não for constitucional, não aprovam. Se não aprovarem, é porque não é constitucional. E, se não for constitucional porque não aprovaram, não adianta chorar, tem que inventar outra fórmula. Não adianta ficar chorando em cima do leite derramado. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso oportuno!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Lembro que, na época, havia uma proposta, inclusive com o aval dos servidores públicos, segundo a qual não se tributariam os atuais aposentados e pensionistas. Havia uma construção, da qual havia-

mos participado, no sentido de se tributarem somente os futuros servidores, de forma a não se ferirem os direitos adquiridos, não se reduzir o salário e não se discriminar nenhum setor, porque íamos tratar da discussão daqueles que viessem a se aposentar a partir da emenda constitucional.

Havia até uma construção na seguinte linha: por exemplo, um servidor público que tem um salário líquido de R\$100,00 recebe R\$ 89,00, resultado da dedução de 11%. Quando esse servidor se aposentasse, continuaria ganhando R\$ 89,00, e não haveria redutor de salário. Assim, se apontaria pelo espírito de solidariedade para o conjunto do sistema de aposentadoria deste País. Infelizmente, não fomos ouvidos, e foram tributar os atuais aposentados e pensionistas. A tendência é que essa taxação caia no Supremo Tribunal Federal.

Eu ainda gostaria de dizer aqui, Sr. Presidente, que muitos afirmam, quase todos os dias, que não é possível aumentar o salário mínimo mais que R\$260,00. No entanto, tenho no meu *site* mais de dez fontes de recursos, e diariamente me apresentam outras. Posso lembrar rapidamente que, do dia para a noite, só no Ministério da Saúde, mediante o brilhante trabalho feito pelo Ministro Humberto Costa e pela Polícia Federal, surgiram R\$2 bilhões.

Assisti hoje aqui à denúncia do Senador Antero Paes de Barros. Independentemente de o Parlamentar que apresentou a denúncia ser da Situação ou da Oposição, rapidamente se mostrou que uma fiscalização severa na CPMF apontaria para uma arrecadação de outros tantos bilhões. Como diz S. Ex^a, trata-se de clientes especiais, ou seja, o caso envolve o interesse de grandes grupos econômicos. Será que estes não podem pagar corretamente a CPMF para que, conseqüentemente, essa verba seja destinada a elevar o salário mínimo, ao combate à fome e à miséria do nosso povo? É claro que poderia. Não nos estamos referindo ao cliente “x” ou “y”, mas ao cliente “a”, “b” e “c”, a chamada categoria especial, *top* de linha, que estaria desviando o dinheiro da CPMF.

Esses são alguns argumentos rápidos, mas eu preferiria entrar também no debate político, e não só econômico. Lembro que vi com satisfação – e esse tema foi abordado aqui – o crescimento do PIB. Para quem nos está assistindo neste momento, informo que o crescimento do PIB significa que o País, em tese, ficou mais rico.

Eu dizia, há pouco, ao Presidente em exercício que ontem ouvi o economista Maílson da Nóbrega dizendo inclusive que a tendência, na visão dele, é que o PIB, neste ano, suba acima de 4,5%. Se isso está certo – considerando uma lógica bem otimista

ta –, se o PIB está crescendo, se hoje se aponta o número de 2,7% – já se fala até em 5% –, ou seja, se o País está ficando mais rico, por que não pensarmos nos mais pobres?

Nesse sentido, o meu projeto de lei propõe acrescentar ao salário mínimo a inflação do período – este ano, seria R\$300,00 – e, daí para frente, ele crescerá o dobro do PIB. Se o PIB crescerá 4,5%, este ano, já poderíamos definir que, no ano que vem, o salário mínimo teria um aumento real de 9%. Se o PIB, porventura, não crescer o número previsto, mas apenas 2%, por exemplo, o salário mínimo teria um aumento real, no próximo ano, de 4%; se subisse 3%, o salário mínimo teria um crescimento real de 6%. É preciso que pensemos também nos mais pobres deste País.

Antes de falar dos votos aqui no Senado, Senador Arthur Virgílio, fiz rapidamente uma contagem dos Parlamentares que são a favor da elevação do valor do salário mínimo. Não me refiro especificamente à proposta de R\$300,00. A contagem que apresentarei aqui engloba os segmentos do Senado que, conforme os contatos que fiz, são a favor de elevar o salário mínimo para um valor acima de R\$260,00 – se R\$300,00, R\$290,00 ou o que V. Ex^a defende, R\$275,00, a correlação de forças definirá.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que recebi ontem, à noite, no exercício da Presidência do Senado, os Deputados Federais Chico Alencar, do PT do Rio de Janeiro, e Walter Pinheiro. S. Ex^{as} me entregaram um manifesto, já assinado por 21 Deputados Federais e uma Senadora, defendendo a elevação do valor do salário mínimo. Como entendo que essa lista aumentará e em homenagem a esses Deputados, lerei o nome de S. Ex^{as}: Maria José Maninha (DF), Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), Iara Bernardi (SP), Paulo Rubens Santiago (PE), Walter Pinheiro (BA), Mauro Passos (SC), Dra. Clair (PR), Gilmar Machado (MG), Luiz Alberto (BA), Orlando Desconsi (RS), Nazareno Fonteles (PI), Orlando Fantazzini (SP), Luciano Zica (SP), Iriny Lopes (SP), Vignatti (SC), Ary Vanazzi (RS), Adão Pretto (RS), João Alfredo (CE), Dr. Rosinha (PR), Tarcísio Zimmermann (RS), Senadora Serys Slhessarenko (MS).

Naturalmente este Senador endossa essa posição a favor da elevação do valor do salário mínimo, para acima de R\$ 260,00, e espero que encerremos essa discussão com uma política permanente para o salário mínimo, e não com essa questão de se fazer uma emenda à Constituição.

Vi hoje a imprensa noticiar que o salário mínimo não será mais unificado em nível nacional. Defendo que o salário mínimo tem que continuar, sim, unificado em nível nacional, até porque, Senador Arthur Virgílio

– presto este depoimento bem no campo da verdade –, votei contra o salário mínimo estadual. Entretanto, já que isso foi aprovado, o Estado que quiser pode elevar o valor do salário mínimo, independentemente de fazermos uma emenda à Constituição e criando três, quatro salários mínimos no País. Essa proposta, a meu ver, é improcedente. Lamento e duvido que se consigam três quintos de aprovação para que o salário mínimo não seja mais unificado em nível nacional.

Vamos aos números. Pela contagem que fiz rapidamente, neste Senado da República, faço um alerta à Câmara dos Deputados, pois poderá ocorrer, na questão do salário mínimo, exatamente o que houve na reforma da Previdência. Sei que os Deputados ficaram um pouco chateados, alegando que o Senado posou de bonzinho – ouvi muito esse argumento – e que eles foram o lobo mau da história.

A PEC paralela surgiu nesta Casa, e espero que seja votada na Câmara, porque, com certeza absoluta, essa proposta melhora, e muito, para os servidores públicos a questão da Previdência.

Senador Arthur Virgílio, até o momento, contabilizei 53 votos de Senadores e Senadoras para aprovar um salário mínimo acima de R\$260,00. Pelas informações que recebi, o PFL votaria em um salário mínimo acima, somando 17 votos; o PSDB teria 12 votos; o PDT, cinco votos; o PL, três votos; o PSB, três votos; o PPS, dois votos; e o PMDB, sete votos – um terço da bancada do PMDB votaria com essa posição –; do PT, três votos; e a Senadora sem partido, um voto. No total, são 53 votos.

Supondo que eu tenha errado e que houvesse uma quebra de 10% a 12% dos votos, ainda assim, teríamos mais do que o suficiente para somar os 41 votos necessários para aprovar um substitutivo global em relação à medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$260,00.

É claro que não estou dizendo, por exemplo, de quem seriam os votos do PT, mas conto com três votos que, com certeza absoluta, não acompanhariam o salário mínimo de R\$260,00.

Espero sinceramente, Senador Arthur Virgílio – a quem concederei o aparte –, que já na Câmara dos Deputados mudemos a medida provisória. Quando a proposta chegar a este Senado, estou muito convicto de que aprovaremos um substitutivo que aponte uma proposta equilibrada e que garanta efetivamente um percentual de reajuste um pouco melhor para o salário mínimo, sem esquecermos dos aposentados e pensionistas.

Ouçõ o aparte do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se-
rei bastante breve. O Governo tentou criar um dogma. O Ministro Antonio Palocci dizia que o valor teria que

ser R\$256,00, enquanto o Presidente Lula dizia que daria para ser R\$260,00. Ou seja, já houve aí uma certa visão política, dando esse mesquinho reajuste real de 1,7% ao salário mínimo. Agora, estamos apresentando o valor de R\$275,00 com fontes, com previsão sobre impacto previdenciário e sobre Prefeituras. E estamos apresentando esse valor como se nós, do PFL, fôssemos Governo. Não estamos, de jeito algum, querendo empurrar problemas para serem resolvidos ou não pelo Governo. E, neste ponto, há um argumento irresponsável. O Presidente Lula disse que poderia propor R\$270,00, mas que fez uma outra opção, por investimento aqui ou acolá. Essa foi uma opção que Sua Excelência fez. Mas se Sua Excelência pensou em dar R\$270,00 e se podia dar R\$270,00 é porque não era irresponsabilidade falar em R\$270,00. Eu faria uma pergunta ao Presidente: se Vossa Excelência diz que R\$260,00 é o que pode dar agora, se insistir nessa tese de que acima de R\$260,00 é irresponsabilidade, eu pergunto: se eu propusesse R\$260,10, Vossa Excelência diria que seria irresponsabilidade minha? Sua Excelência vai dizer que não, com certeza. Então, eu pergunto: Presidente, com todo o seu compromisso com ganhos reais mais fortes para o trabalhador de salário mínimo, por que Vossa Excelência não aumentou para R\$260,10, se esse era um valor aceitável, se não era irresponsabilidade? Não o fez porque não tinha o compromisso de dar o máximo. Se não aumentou para R\$260,20 é porque não tinha o compromisso de dar o máximo. Podendo aumentar para R\$261,00, não o fez. Ou seja, sacrificou uma opção muito clara para o trabalhador de salário mínimo, que devolve seu salário todinho para o consumo, porque tudo o que ele consome é gênero de primeira necessidade. O Presidente deve então dizer claramente que trocou de prioridades, que sua prioridade é outra, que preferiu fazer não sei o quê em alguma estrada. É um direito. Mas era sustentável, sim, aumentar o salário mínimo para R\$275,00. Portanto V. Ex^a apresenta números com Parlamentares que certamente imporão uma fragorosa derrota ao Governo no Senado. V. Ex^a falava em quebra de 10%, mas acho até que quebra de 15% garante com sobra a vitória da tese de que o Governo vai ser punido politicamente, até por ter prometido tanto no passado e não estar cumprindo nada no presente. Fizemos um cálculo que é terrível. V. Ex^a já o conhece. Uma vez um Deputado, numa reunião de Comissão mista, disse-me o seguinte: “Senador, garanta mais quatro anos ao Presidente que ele cumpre a palavra”. Eu disse: meu querido Deputado, dando uma média de 1,5% a cada dois anos a título de ganho real para o salário mínimo, eu teria que dar mais que quatro anos a mais para o Presidente; eu teria que dar 57 anos de governo para

ele. Ele só dobraria o valor de compra real do salário mínimo se ficasse com muita saúde – e desejo muita saúde ao Presidente – por 57 anos, governando este País sem parar. O Presidente tem de dizer à Nação que também trocou de prioridade, que não tem mais perspectiva ou possibilidade real de dar o tal reajuste do salário mínimo, sob pena de perder a credibilidade a cada momento e companheiros a cada instante. V. Ex^a leu uma lista de nomes de pessoas muito ilustres. Fico indagando agora se o Ministro José Dirceu fica feliz ou infeliz, porque ele vai querer expulsar esse pessoal todo. Vai ser como um expurgo stalinista em massa, não mais a expulsão isolada da Senadora Heloísa Helena e de mais três deputados, mas de uma turma muito grande e muito expressiva, com toda uma tradição fincada nas melhores lutas do PT. Mas, como não conheço bem o Ministro José Dirceu, não sei se ele está feliz feito Dr. Strangelove, esfregando as mãos porque vai punir gente, ou se está preocupado com o que me parece uma certa debacle no interior do Partido do Governo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, se o Presidente me permitir, por uma questão de justiça, eu gostaria de ler o documento, assinado por 23 parlamentares, que recebi ontem à noite no exercício da Presidência, que é breve e de que faço a leitura em dois minutos.

Pela recuperação significativa do salário mínimo

Nosso compromisso com um novo modelo de desenvolvimento, com inclusão social e distribuição de renda e riqueza, levou o PT a se constituir hoje como a maior bancada na Câmara e colocou o companheiro Lula na Presidência da República. Esta mudança foi traduzida na campanha num ponto de fácil compreensão: dobrar o poder de compra do salário mínimo em quatro anos.

A Medida Provisória que define um aumento real de 1,2% no salário mínimo não caminha nesta direção. Precisamos garantir um pouco mais de renda aos cerca de trinta milhões de trabalhadores e treze milhões de beneficiários da Previdência que recebem este piso, reconhecidamente insuficiente.

Aprovando R\$15, R\$20 ou R\$40 a mais no valor definido pela Medida Provisória, estaremos, sem demasias irresponsáveis, garantindo acesso a uns poucos bens vitais para estes brasileiros mais pobres, aquecendo a economia, aumentando a arrecadação fiscal e dinamizando o mercado interno de massas.

As fontes de sustentação para essa pequena majoração estão no aumento da arrecadação (12,3% a mais nos quatro primeiros meses deste ano), numa redução modesta do excessivo superávit primário e no remanejamento das dotações orçamentárias menos prioritárias.

Essa é nossa convicção e por ela enviaremos todos os esforços junto ao nosso governo, à nossa bancada e demais partidos. Ela também orientará o nosso voto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está muito claro, Sr. Presidente, que há um movimento positivo, construtivo, para uma grande negociação entre situação, oposição e governo, para que possamos chegar a um salário mínimo decente, sem a exclusão dos aposentados e pensionistas e sem essa proposta que ora surge, que considero esdrúxula, de querer que o salário mínimo não seja mais unificado nacionalmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Elifas. PMDB – RO) – Na sessão do dia 12 do corrente, a Presidência abriu prazo para apresentação de requerimentos de destaque à **Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000**, que “introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário”.

Durante 12 dias úteis, foram apresentados 162 requerimentos de destaque. A Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Elifas. PMDB – RO) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Valmir Amaral, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, é, reconhecidamente, um dos orgulhos nacionais e uma de nossas mais importantes instituições científicas. As tecnologias desenvolvidas pela Embrapa correspondem ao estado-da-arte no que se refere a inovações no setor da agropecuária, não apenas no âmbito do Brasil, mas também em termos mundiais.

Exemplo disso é o tema ao qual pretendo me dedicar neste pronunciamento. Há cerca de vinte anos, a pesquisadora Raimunda Fátima Ribeiro de Nazaré, da Embrapa Amazônia Oriental, em Belém, desenvolveu um processo de obtenção de chocolate a partir das

amêndoas do cupuaçu, uma das frutas típicas mais apreciadas da Região Norte.

O produto, batizado de cupulate, guarda fortes semelhanças com o chocolate, feito a partir do cacau. Ambos os alimentos são muito similares em termos de aparência, de sabor, de odor, de consistência e de valor nutritivo.

Pois bem, Sr. Presidente. Em 1990, ainda na vigência da antiga lei brasileira de propriedade intelectual, a Embrapa solicitou ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, o pedido de patente do cupulate.

Em 1996, com a aprovação da nova Lei de Patentes, a Embrapa decidiu-se por desistir do antigo pedido e entrar com uma nova solicitação. Finalmente, em março de 2003, a empresa recebeu a carta atestatória do privilégio da invenção.

Além dessas petições, diversos artigos a respeito do tema foram publicados, ao longo de todo o processo, em revistas científicas e em jornais de grande circulação, sempre associando o cupulate à empresa brasileira.

Em outras palavras, Sr. Presidente, é farta a documentação que comprova que, há quase duas décadas, a Embrapa detém o controle sobre a tecnologia para a produção do cupulate, invenção até então inédita e cujos direitos de exploração pertencem, sem a menor sombra de dúvida, à Embrapa.

Portanto, foi com genuíno espanto que a Embrapa tomou conhecimento de que a empresa japonesa Asahi Foods havia depositado, em 2000, pedidos de reconhecimento da invenção do cupulate na União Européia e no Japão. A Asahi também solicitou, na Europa, no Japão e nos Estados Unidos, o registro da marca Cupulate.

Imediatamente, a Gerência de Propriedade Intelectual da Embrapa passou a examinar os pedidos da empresa japonesa referentes à técnica de produção do cupulate, convencendo-se, posteriormente, da extrema semelhança entre o processo brasileiro e o processo japonês.

Ora, Sr. Presidente, um dos requisitos fundamentais para a concessão de uma patente é o ineditismo. O processo de produção do cupulate da Asahi Foods, extremamente similar e cronologicamente posterior ao processo desenvolvido pela Embrapa, não preenchia, portanto, o requisito em questão.

Munida de provas e argumentos incontestáveis, a Embrapa iniciou uma cruzada pelo Japão e pela Europa, com o objetivo de comprovar sua primazia sobre a produção do cupulate. A empresa brasileira solicitou que os órgãos similares ao nosso INPI, na Europa e no Japão, negassem o pedido da Asahi Foods e reco-

necessem os direitos da Embrapa sobre a patente do cupulate.

Para nosso júbilo, Sr. Presidente, o pleito da Embrapa foi, finalmente, atendido. Há alguns dias, recebemos a notícia de que o órgão responsável pelo controle das patentes no Japão deu ganho de causa à Embrapa na questão do cupulate. Os argumentos da empresa brasileira foram integralmente acatados pelos japoneses, que negaram à Asahi Foods o reconhecimento pela invenção do processo de elaboração do cupulate.

A vitória é significativa, Sr^{as.} e Srs. Senadores, por uma série de razões, mas especialmente pelo fato de que o Japão é a própria sede da Asahi Foods. O sucesso alcançado contra uma empresa japonesa no Japão demonstra que o pleito da Embrapa é legítimo e inquestionável.

A vitória da Embrapa no país asiático, contudo, foi apenas o passo inicial da batalha. A União Européia ainda precisa se pronunciar a respeito do assunto. Tudo leva a crer, porém, que a Embrapa emplacará na Europa mais um êxito, pois as autoridades européias devem acompanhar os japoneses em sua acertada decisão.

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, atitudes como a da empresa Asahi Foods - que teve, inclusive, a audácia de registrar o próprio nome do cupuaçu na Europa e nos Estados Unidos - são indícios claros de que o interesse de nações e empresas estrangeiras pelas riquezas naturais de nosso País, em especial as da Amazônia, é cada vez maior e, portanto, mais preocupante.

Tome-se, por exemplo, a seguinte situação, bizarra até não mais poder: empresas estrangeiras vêm registrando, há algum tempo, o nome de frutas amazônicas típicas, como o açaí, a copaíba e a andiroba, como marcas, impedindo, assim, que outras empresas comercializem produtos que tragam esses nomes.

O absurdo da situação chega a ser risível. Seria o mesmo que uma empresa brasileira pleitear o registro de nomes como “maçã”, “morango” ou “abacaxi”. É algo sem o menor cabimento, tanto que as concessões de muitas dessas “marcas registradas” já foram reavaliadas e devidamente canceladas.

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, o episódio do cupulate deve nos servir de alerta a respeito da apropriação indevida das riquezas brasileiras por entidades estrangeiras. É extremamente precária a proteção que o Governo brasileiro concede à propriedade intelectual, aos produtos e aos bens naturais do País. E a Amazônia, fonte da maioria dessas riquezas e de outras tantas ainda por descobrir, deve ser prioridade absoluta nas ações que visem a preservar e proteger nosso patrimônio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a relevância de um programa como o Primeiro Emprego, do Governo Federal, leva-nos a indagar sobre os resultados obtidos até agora. Em que grau e medida o programa tem conseguido deslanchar e realizar seus mais que louváveis objetivos?

Se não os está realizando – o que foi, afinal, reconhecido pelo próprio Presidente da República –, por que isso ocorre – e qual a maneira de torná-lo mais efetivo?

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens, também denominado PNPE, foi instituído pela Lei nº 10.748, em outubro do ano passado. A motivação que levou à sua criação é irretróquível.

Os jovens entre 16 e 24 anos constituem o grupo de maior expressão no crescente contingente dos desempregados em nosso País. A participação desses jovens se situa em um percentual de cerca de 47% do total de desempregados, o que corresponde, portanto, quase à sua metade do contingente de desempregados.

Por outro lado, o desemprego atinge 53% dos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, enquanto a média das faixas etárias superiores é de 22%. Mas o desemprego é ainda maior entre os adolescentes de 15 a 17 anos, alcançando quase 60% deles.

Essas estatísticas, Sr. Presidente, são assustadoras. Não há dúvida de que o desemprego é cruel, qualquer que seja a pessoa ou o grupo social que ele atinja. Mas devemos reconhecer que as barreiras que separam os jovens de seu primeiro emprego mostram-se particularmente íngremes e cada vez mais difíceis de transpor.

Um tamanho contingente de jovens sem acesso ao trabalho representa um fator social potencialmente explosivo: jovens sem emprego, sem uma renda que os permita sustentar-se com um mínimo de dignidade, ou ajudar, se for o caso, no apertado orçamento familiar; jovens que vão perdendo parte da auto-estima e a esperança de entrarem, de cabeça erguida, no mercado de trabalho.

Devemos admitir, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que são muito grandes as tentações para que os jovens nessa situação apelem para uma outra saída, à margem do sistema legal, seja ela o tráfico de drogas, seja outra forma de contravenção. De qualquer modo, sabemos o resultado dessa escolha: violência contra o próximo, que acaba se voltando contra os próprios infratores. Não é desprovido de relação com os dados a que há pouco me referi o fato de que os jovens sejam também campeões nas estatísticas de mortes violentas.

Enfim, Sr. Presidente, o programa Primeiro Emprego surgia com um diagnóstico correto sobre essa calamitosa situação social – e com algumas boas idéias a respeito de como superá-la.

As principais linhas de ação propostas para a inserção no mundo do trabalho consistiram em “incentivo às empresas para contratação de jovens; incentivo às ações de responsabilidade social das empresas; incentivo ao empreendedorismo, auto-emprego e economia solidária”.

Decerto que, dentre essas linhas, aquela que deveria desempenhar papel decisivo para que o programa gerasse 250 mil postos de trabalho neste ano é a que se traduz no incentivo financeiro às empresas que contratem jovens. Esse incentivo corresponde a R\$1,2 mil reais, pagos em parcelas bimestrais, por cada jovem de 16 a 24 anos que for contratado por micro ou pequena empresa e que nela permaneça por pelo menos um ano. O incentivo cai para a metade desse valor quando dirigido para empresas de grande ou médio porte.

Além das ações voltadas diretamente para a geração de emprego, o PNPE também contempla ações que preparam para o emprego, como as que promovem oportunidades de estágio, o cumprimento da Lei de Aprendizagem e a qualificação profissional.

Pois bem, Sr. Presidente, sete meses após a promulgação da lei que incentiva o primeiro emprego, podemos avaliar que o programa não vai mal no que se refere à qualificação profissional, já que pelo menos 40 mil jovens foram treinados, com uma carga horária média de 120 horas.

Todavia, o objetivo maior da criação efetiva de novos empregos permanece muito distante de ser alcançado, em proporções que ao menos se aproximem quer da imensa demanda social, quer das metas fixadas pelo próprio programa. De acordo com um dos mais recentes levantamentos, apenas 725 empregos teriam sido criados por meio dos incentivos do PNPE!

Faz-se evidente, portanto, que algo não vem dando certo no Programa Primeiro Emprego, como o Presidente Lula também admitiu no mês passado – e esse “algo” é nada menos que o seu objetivo prioritário.

Como o próprio Presidente da República então anunciou, algumas modificações na lei estão sendo estudadas para que um maior número de empresas passem a se inscrever no programa e criem de fato os postos de trabalho tão almejados.

Uma delas seria a adoção de um valor único para o incentivo às empresas. Independentemente de seu tamanho, todas fariam jus ao montante de R\$1,2 mil reais por emprego criado. Essa medida acarretaria, ademais, a simplificação dos procedi-

mentos burocráticos, os quais, do jeito que estão atualmente, também são apontados como um desestímulo à adesão ao programa.

Também está sendo estudada a criação da bolsa-trabalho, que limitaria, durante certo tempo, as obrigações trabalhistas relativas aos empregos oferecidos aos jovens.

Outra das idéias levantadas, a qual despertou veementes objeções, consiste no fim do compromisso das empresas beneficiárias de não demitirem seus funcionários pelo período de 12 meses, a contar da adesão ao programa.

Ao lançar essa idéia, o Presidente Lula argumentou que muitas empresas não aderiram ao PNPE porque não queriam ficar impedidas de demitir durante um ano. Diversas vozes do movimento sindical posicionaram-se contrariamente à medida, já que ela iria permitir que o empregador contratasse uma mão-de-obra mais barata e com incentivo do governo, em detrimento do emprego de um trabalhador mais antigo.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, claro está que o programa Primeiro Emprego deve ser aperfeiçoado com urgência, de modo que seu potencial de geração de empregos seja mobilizado no maior grau, contribuindo para a superação da situação dramática que vive a maior parte dos nossos jovens que procuram trabalho.

Creio que a desburocratização do programa seria, sem dúvida, uma medida bem-vinda. A redução temporária das obrigações trabalhistas, por sua vez, deve ser estudada com cautela, podendo mostrar-se uma opção válida e proveitosa.

Já o descomprometimento com a não-demissão de outros funcionários só deveria ser adotado se fossem criados mecanismos de controle que impedisse o uso oportunista e anti-social do programa. Como isso implicaria, também, a necessidade de uma fiscalização eficiente e dispendiosa, julgo que tal idéia deva ser descartada.

Afinal, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o programa Primeiro Emprego pode e deve ser aperfeiçoado para se tornar mais eficaz. O que o programa Primeiro Emprego não pode fazer é o milagre de criar milhares e milhares de empregos em uma economia que não está crescendo.

Trabalhadores e empresários consultados têm apontado para o fato, que nos parece óbvio, de que, sem a retomada do crescimento econômico, será muito difícil convencer as empresas a contratarem novos empregados.

Torna-se cada vez mais nítido, Sr. Presidente, que sem um tratamento enérgico, ainda que maduro

e responsável, o atual quadro de estagnação econômica não será superado.

Isso não retira os méritos dos esforços que o Ministério do Trabalho fez ou venha a fazer para implementar e ampliar o programa Primeiro Emprego. Ele deve aperfeiçoado e ampliado, mas é muito difícil que atinja seus objetivos se tiver que remar contra a corrente da economia.

Só podemos concluir que o aquecimento da nossa economia, em bases sustentáveis, deve transformar-se na prioridade das prioridades de Governo.

A retomada do crescimento econômico deve ser perseguida infatigavelmente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, para que os objetivos sociais do Governo Luiz Inácio da Silva possam ser efetivamente alcançados, incluindo a geração de empregos para uma multidão de jovens que querem e precisam trabalhar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os jornais desta semana trouxeram em destaque o crescimento histórico dos índices de desemprego em abril: 13,1% da população economicamente ativa das seis maiores regiões metropolitanas do País.

De acordo com o IBGE, no mês de abril atingimos a maior taxa desde a primeira pesquisa em outubro de 2001. São 2 milhões e 810 mil desempregados, apesar da criação – a conta-gotas – de 460 mil postos de trabalho, tão alardeada pelo Governo.

O mais dramático é que 20% das pessoas que procuravam uma vaga há dois meses nunca tiveram um trabalho, e 47% têm menos de 24 anos.

Diante desses resultados, cabe questionar: o País, que se exhibe no exterior como um celeiro de oportunidades para bons negócios, está em condições de oferecer esperança à sua população jovem?

E como estamos preparando essa geração para disputar uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais seleto?

De forma absolutamente precária, a considerar o perfil do professor do ensino fundamental e do ensino médio, traçado pela pesquisa da Unesco.

Quase seis em cada dez professores jamais utilizaram a Internet ou o correio eletrônico. O acesso restrito à tecnologia é a face cruel da exclusão digital. Atingindo o professor, responsável pela transmissão de conhecimentos e valores, o país compromete o próprio futuro, pois a inclusão digital é questão estratégica para o desenvolvimento e para a geração de empregos.

No entanto, o PT, quando era oposição, impediu a implantação do projeto que levaria computadores e Internet às escolas, com recursos do Fundo de Univer-

salização dos Serviços de Telecomunicações, o Fust. O projeto não caminhou, deixando de atender escolas, hospitais. São R\$3 bilhões parados no Tesouro, como denuncia artigo do professor André Felipe Lima, no jornal **O Globo**.

O efeito do acesso em massa aos computadores nas 180 mil escolas da rede pública. É na escola pública onde estão 80% dos 5 mil professores entrevistados de norte a sul do país. E eles preferem que seus filhos estudem em escolas particulares, onde terão mais condições de se preparar para a vida e para o trabalho.

É triste o que a pesquisa da Unesco constata.

Nossos professores estão perdendo a fé na escola pública, e também se mostram descrentes na valorização dos jovens com o respeito aos mais velhos, o compromisso social, responsabilidade, seriedade, sentido de família, honestidade, espiritualidade e tolerância.

Essas palavras realmente perdem sentido no cotidiano das escolas, quando a falta de perspectivas agrava a violência. Trata-se de uma doença social que ceifa vidas e choca o Brasil, com vimos ontem aqui em Brasília, onde uma aluna matou a colega na sala de aula.

Longe de ser fato isolado, a apreensão de facas, canivetes e até armas de fogo é rotina nas escolas. A insegurança é agravada pela venda de drogas, fator adicional para o desestímulo à profissão que deveria ser a mais valorizada do País. No entanto, temos 2 milhões de professores e 50 milhões de alunos sem preparo para o uso das ferramentas tecnológicas.

Sem reverter esse cenário desalentador, não haverá esperança para reverter o desemprego em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Entre Trapalhadas e Bruzundangas do Governo Lula, os Petistas Continuam Alienados da Realidade

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, fiz um pronunciamento neste plenário para repelir, à altura, a prepotência do Governo petista do Presidente Lula e, em particular a descrimônia e a falta de postura com que o Ministro José Dirceu considera o Congresso Nacional.

Houve quem estranhasse o tom que usei. Algumas pretensas condenações vieram na forma de faniquitos. Nada mais fiz do que defender a independência e a soberania do Poder Legislativo, que, em hipótese alguma, será transformado, como costuma dizer a Senadora Heloísa Helena, em filial do Palácio do Planalto. Não o permitiremos.

Hoje, leio nos jornais mais algumas bruzundangas com que vai se caracterizando o Governo petista.

Aqui está, na primeira página do **Correio Braziliense** e de vários outros jornais, o retrato escrito da postura do Governo:

Correio Braziliense:

“Governo Pressiona para Taxar Inativos”

O Estado de S.Paulo:

Sexta-feira, 28 de maio de 2004

“Planalto faz lobby no STF pela taxaçoão de inativos”

Além de Lando se reunir com Jobim, advogado da União também faz visita ao Supremo

É oportuno ler o que declarou o Ministro Amir Lando após essa investida sem cabimento junto à mais alta corte de Justiça do País:

Manifestei as preocupações do Ministério com relação àquilo que está se desenhando.

Bem traduzido, isso quer dizer que está proibido desenhar. Até mesmo a interpretação dos Ministros do Supremo, diante do texto da Constituição, que, aliás, não é desconhecido do Ministro, até há pouco tempo nosso Colega nesta casa.

Passo agora às burundangas e trapalhadas petistas do dia. Incluo-as neste meu pronunciamento em nome do meu compromisso com o historiador do futuro.

Começo com a estrepitante declaração do Ministro Dirceu, lançando um desafio à oposição para **comparar Lula a FHC** nas eleições municipais deste ano.

Desde logo, digo que não há realmente como comparar. Seria uma comparação impossível. Antes de tudo porque, ao contrário do governo anterior, o atual, o Governo Lula, colecionada números virtuais, além das trapalhadas que espalha pelos quatro cantos do mundo, como agora na China.

Eis aqui a falação do Ministro Dirceu:

Dirceu desafia oposição a comparar Lula a FHC

Rio de Janeiro - O Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, desafiou a oposição a comparar, nas eleições municipais de 2004, os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso – tática de partidos oposicionistas que apostam no desgaste do atual governo. Citando números sobre investimentos do atual governo, segundo eles muito superiores aos da administração passada, Dirceu também exortou os petistas a eles próprios fazerem as comparações.

Ele afirmou ainda que o partido vai municiar os militantes com informações, para

que façam esse trabalho e que os candidatos “não têm que ter vergonha” de defender o governo.

“Vamos fazer o debate”, disse ele, em discurso para cerca de 400 pessoas na sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ). “Queremos, sim, comparar. Podem comparar à vontade os oito anos do presidente Fernando Henrique Cardoso com os 18 meses, com os dois anos do nosso governo. Nos primeiros dois anos do Fernando Henrique Cardoso, 95 e 96, quem é que se lembra quando um ministro (Sérgio Motta, das Comunicações, que morreu em 1998) dizia que política social é masturbação sociológica? Quem é que se lembra que, nos primeiros quatro anos, o governo passou o tempo inteiro sabotando o ministro da Saúde, (Adib) Jatene, depois indicou um ministro da Saúde que ninguém sabia o nome?”

Após o discurso, ao responder a perguntas, Dirceu também acusou governadores de, por meio de propaganda, estarem se apropriando de obras e iniciativas do governo federal. A pergunta era sobre a atuação da governadora do Rio, Rosinha Garotinho (PMDB), que atribui em anúncios a incentivos fiscais dados por seu governo a construção no Estado da plataforma P-51 da Petrobrás, uma estatal federal.

Ao defender o salário mínimo de R\$ 260, o ministro voltou a se referir aos governadores, ao lembrar que há pisos estaduais, cujo estabelecimento é responsabilidade dos executivos estaduais, que têm que propor o valor a suas Assembleias Legislativas. “Tem que cobrar dos governadores, tem o salário mínimo regional”, disse. Dirceu também disse que o governo, além de aprovar o valor proposto, vai abrir com o Congresso Nacional uma discussão sobre como recuperar o valor real do mínimo nos próximos anos. “Deveríamos ter feito isso no ano passado, não fizemos e estamos pagando. A vida é assim.”

Wilson Tosta

Apesar da truanice de mais essa investida do Ministro, vou fazer de contas que aceito o desafio. E devolvo as respostas, lendo algumas notícias de hoje.

Além do triste papel de lobista deste Governo, na insólita pressão do Ministro da Previdência junto ao Supremo, leio na **Folha de S.Paulo**:

“Abril teve o maior número de invasões de terra desde 1995, diz Incra”

Passo agora ao que diz o editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**:

Primeiro, o título:

Sexta-feira, 28 de maio de 2004

“A trapalhada que não podia faltar”

O texto trata das andanças do Presidente nessa viagem à China. E principalmente sobre a grotesca encenação em torno de um inexistente acordo nuclear entre os dois países.

A postura de Lula beira o ridículo, como mostra o **Estadão**:

O estrago estava feito. A rigor, o presidente da República não tem a obrigação de saber - embora seria auspicioso que soubesse - que o Brasil não vende urânio, por se tratar de material sensível, nem pode explorar o minério com outros países, no território, por impedimento constitucional.

Mais um trecho:

Mais tarde, numa entrevista, Lula demonstrou o seu desconforto com a trapalhada. A uma pergunta do Estado, disse, enredado nas palavras: “Esse assunto, você, na nota, se ler ela direitinho, vai saber qual é a posição do Brasil, o que nós esperamos disso. Portanto, qualquer dúvida, você conversa com o ministro, que ele poderá te dar outra vez a nota.

Se é para atender ao desafio de Dirceu, sobre comparação entre o Governo Lula e o Governo FHC, deixo a conclusão para quem ouve esse pronunciamento.

O que está acontecendo no Brasil de hoje chega a ser constrangedor. O País precisa crescer, a economia precisa ser acelerada e o quadro social clama por atenções. O Governo Lula nada faz. Por sorte, o Brasil dá alguns avanços, mas o povo continua vivendo situação de agrura, com desemprego recorde, desordens no meio rural e incertezas em toda a parte.

A mesma improvisação revelada por Lula na China ocorre por aqui, em tentativas de reformas, como a da ensino superior. Nada parece sério. E aí mais uma resposta para o desafio proposto pelo Ministro Dirceu.

Sr. Presidente, termino dizendo que o povo, que vive desesperançado, sem vislumbrar sinais de reversão do quadro caótico implantado pelo Governo petista, o povo, repito, está sabendo de tudo. Melhor do que a propaganda gerada pelo Planalto, muito melhor, é a verdade sobre o País, mostrada pela TV Senado, na voz dos oposicionistas.

O povo aplaude. Só ontem à noite foram numerosos os e-mails enviados ao meu gabinete. Para exemplo, reproduzo três deles:

Estive nesta tarde assistindo a TV Senado e não pude deixar de perceber sua indignação com o tal José Dirceu. A propósito que figura hein! Sou seu admirador. Tenho uma grande admiração pelo PSDB. Tenho um carinho todo especial pelo FHC. O considero bárbaro. Continue assim, acredito muito nos homens de bem. No futuro devo me filiar ao PSDB. O que acha? Sou de Santa Catarina mas resido em Minas. Terra do nosso querido Aécio Neves, quem sabe nosso futuro presidente.

Obrigado.

Ivair Consoni

Outro:

Caro Senador,

Apoio sua posição sempre. Responda sempre esse tal Zé Dirceu. Ele já morreu e não quer ser enterrado. Coloque uma pá de cal neste rapaz.

Marco Túlio.

E um terceiro:

Prezado senador:

Fiquei orgulhosa em ouvir V.S^a no plenário ao comentar a arrogância do Ministro José Dirceu!! Realmente, nessa entrevista, ele extrapolou e mostrou a que veio! O aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre sua emotividade foi feliz. Não devemos imitar os arrogantes! Apenas colocar limites em sua demonstração de ufanismo e fazer com que eles percebam que neste país existem pessoas que sabem diferenciar os que falam sem nenhum mérito, como ele! Parabéns mais uma vez!

Atenciosamente, **Edna Lucia de Castro Angelo**, Nova Odessa / São Paulo.

Sr. Presidente, em anexos, transcrevo as matérias a que me referi, para que passem a constar dos Anais do Senado.

Mesmo quando as coisas parecem correr bem para o governo - o que tem sido antes a exceção do que a regra -, o governo se encarrega de fazê-las correr mal. Não foi diferente na viagem do presidente Lula à China, para ele a mais importante de sua gestão. A visita caminhava para ser um robusto êxito diplomático, sem tropeços, justificando, se não as ambiciosas expectativas do Planalto em relação aos seus efeitos de longo prazo, decerto o tratamento que lhe deram os principais órgãos de imprensa dos Estados Unidos e da Europa.

Mas eis que o costumeiro padrão de desempenho do governo Lula - feito de descoordenação, falta de conhecimento e excesso de vanglória - tornou a emergir. E deixou, na cena internacional, a marca de uma situação constrangedora para o Brasil, proporcional ao barulho em torno do que se revelaria, no máximo, um factóide. Está se falando, é claro, do inexistente acordo de cooperação nuclear entre Brasília e Pequim, pelo qual, basicamente, o País venderia óxido de urânio (o chamado **yellow-cake**) destinado a alimentar, depois de beneficiado, as usinas chinesas e, em troca, ajudaria a grande potência nuclear a construir 11 usinas.

Na terça-feira, em discurso presumivelmente revisado em um ou mais de um Ministério, o presidente afirmou que "a exploração conjunta de minas de urânio" constitui uma área promissora de parceria sino-brasileira. Na mesma linha e com muito mais pormenores, se manifestou o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, ao relatar aos jornalistas brasileiros as suas conversações com interlocutores chineses da área. A rigor, o presidente da República não tem a obrigação de saber - embora seria auspicioso que soubesse - que o Brasil não vende urânio, por se tratar de material sensível, nem pode explorar o minério com outros países, no território, por impedimento constitucional.

Enquanto, por motivos óbvios, se propagavam as notícias da suposta cooperação nuclear, o ministro Campos, que certamente foi o "inventor" do acordo inexistente, recebeu ordem para divulgar uma nota dando o dito por não dito. Mais tarde, numa entrevista, Lula demonstrou o seu desconforto com a trapalhada. A uma pergunta do Estado, disse, enredado nas palavras: "Esse assunto, você, na nota, se ler ela direitinho, vai saber qual é a posição do Brasil, o que nós esperamos disso. Portanto, qualquer dúvida, você conversa com o ministro, que ele poderá te dar outra vez a nota."

O estrago estava feito. Um funcionário americano, ouvido por nosso correspondente Paulo Sotero, observou que o episódio "reforça a percepção de falta de seriedade que persegue o Brasil". E um diplomata norte-americano fulminou: "Não temos por hábito comentar coisas que não aconteceram." Para mal dos nossos pecados, é o que também se poderia dizer da "aliança" que o presidente Lula imagina que tenha cimentado com a China no plano

econômico e estratégico global. “Muita gente no mundo está torcendo para que essa aliança não dê certo”, afirmou, em um improviso.

No sentido que lhe deu Lula, nada sugere que essa aliança aconteceu. A China - e isso deveria servir de lição ao governo brasileiro - sabe perfeitamente quais são os seus interesses e não confunde estreitamento de relações econômicas bilaterais com eventuais parcerias estratégicas na esfera multilateral. O governo chinês quer, sim, mais negócios com o Brasil - e o presidente terá do que se orgulhar se a sua viagem, como tudo indica, contribuir para isso. Mas, como tudo indica também, Lula se engana ao supor que a China esteja inclinada a formar, com o Brasil, um eixo que privilegiaria as chamadas relações econômicas Sul-Sul e do qual participariam a Índia, a África - e a Rússia.

As convicções do presidente parecem nutrir-se das próprias palavras com que as exprime, o que não diminui a distância entre elas e os fatos. E estes, até onde se percebe, são inequívocos ao apontar que a prioridade da China continua a ser a de integrar plenamente o Norte, e a da Rússia, a de voltar a integrá-lo. Conflitos comerciais não mudam essa realidade nem conduzem a rupturas. Por sinal, os mesmos jornais de ontem que trouxeram a esperançosa fala de Lula trouxeram o plano do presidente Vladimir Putin de dobrar até 2008 o tamanho da economia russa, o que fará com que ela se volte ainda mais para os países desenvolvidos.

Falta ao governo, em suma, competência (na administração) e realismo (na visão de mundo). Não é pouco.

Previdência

“Governo pressiona para taxar inativos”

Do **Correio Braziliense**

28-5-04

07h09 - Um dia depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter emitido sinais de que poderá derrubar a cobrança da contribuição previdenciária dos inativos, o governo decidiu mobilizar-se para evitar uma derrota desastrosa na discussão dessa questão. O ministro da Previdência, Amir Lando, reuniu-se nesta quinta-feira por 25 minutos com o presidente do STF, Nelson Jobim. O encontro ocorreu na sede do Supremo e começou no horário do lanche dos ministros, às 16h25.

“Manifestei as preocupações do ministério com relação a aquilo que está se desenhando”, afirmou Lando ao sair da reunião. Ele referiu-se ao

placar parcial de votação no STF, com dois votos pela inconstitucionalidade da cobrança (sendo um da relatora da ação, ministra Ellen Gracie) e um pela sua manutenção. Um pedido de vista, do ministro Cezar Peluso, interrompeu a votação. “Cabe a nós, com a responsabilidade pública do cargo, fazer observações”, disse o ministro da Previdência.

“Coloquei o que seria o impacto no grande esforço de equilíbrio fiscal”, acrescentou Lando ao comentar o encontro com Jobim que, antes de ser indicado para o STF, era político do PMDB, o mesmo partido do ministro da Previdência. Segundo Lando, se a taxa dos inativos for derrubada pelo STF, a perda na arrecadação anual será de cerca de R\$ 2 bilhões. Outra preocupação do governo é a de que o julgamento abra caminho para que mais pontos da reforma da Previdência sejam derrubados.

Além do Ministro Amir Lando, o advogado-geral da União, Alvaro Augusto Ribeiro Costa, esteve nesta quinta STF. Logo depois da interrupção do julgamento no STF, na quarta-feira, Costa demonstrou que não perdeu as esperanças na disputa jurídica pela cobrança da contribuição previdenciária dos funcionários públicos aposentados. Segundo ele, “para declarar a inconstitucionalidade são necessários, no mínimo, seis votos”.

Visitas de outras autoridades do governo a ministros do Supremo são aguardadas para as próximas semanas. Autor do pedido de vista que adiou o julgamento, Cezar Peluso anunciou nesta quinta-feira que deverá levar de volta o processo para apreciação em duas semanas. Ele afirmou que antes do julgamento já pretendia pedir vista.

A previsão no STF é de que, além dos dois ministros que votaram pela derrubada da cobrança, pelo menos outros três se posicionem dessa forma. São eles: Marco Aurélio Mello, Carlos Velloso e Celso de Mello que, em 1999, consideraram que a cobrança dos inativos prevista em uma lei era inconstitucional.

Atualmente, o tribunal tem dez integrantes. O décimo primeiro, Eros Roberto Grau, foi indicado neste mês para o Supremo, mas ainda não tomou posse. Para declarar a inconstitucionalidade de uma norma são necessários pelo menos os votos de seis ministros do tribunal. Outro comentário corrente no STF é o de que, por ser muito respeitado, Peluso poderá influenciar ministros que não estejam totalmente convencidos.

Além dessas ações que estão em julgamento, outras preocupações poderão surgir nos próximos dias para o governo. Contrário

à taxação dos inativos, o procurador-geral da República, Claudio Lemos Fonteles, afirmou ontem que deverá enviar um parecer nesta sexta-feira ao Supremo sobre ações que questionam outros pontos da reforma da Previdência Social.

27-5-04 - 17h53

Da Folha Online

O chamado Abril Vermelho, onda de invasões de terra promovida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), registrou 109 invasões, o maior registrado desde 1995, quando foi dado início a esse tipo de levantamento.

O número faz parte de um relatório da Ouvidoria Agrária Nacional, divulgado nesta quinta-feira pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O documento também mostrou ter havido um crescimento nas invasões de 172% em relação a março deste ano.

No total de 2004, até o mês de abril, o Incra registrou 165 invasões --número somente inferior ao mesmo período em 1999, quando houve 265 invasões, e a 1998, com 158.

O relatório demonstra também que a partir de março houve um salto significativo no

número de invasões. Naquele mês foram 40 invasões, contra 16 nos meses de janeiro (8) e fevereiro (8). Desde 2001, a quantidade de invasões nos primeiros quadrimestres vinham se mantendo em um nível relativamente estável: 2001 (67), 2002 (49) e 2003 (68).

O relatório mostra ainda que os cinco Estados com maior número de invasões foram: Pernambuco (23), São Paulo (14), Minas Gerais (12), Sergipe (11) e Bahia (7). Em relação às regiões, a Nordeste teve a maior quantidade, com 57 invasões, seguida pela Sudeste (29), Centro-Oeste (11), Sul (8) e Norte (4).

Mariângela Gallucci

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Elifas. PMDB – RO)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 46 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda
AO
PROJETO DE LEI
N.º 07/2004-CN

MENSAGEM
N.º 00062, de 2004 – CN
(Nº 00223/2004, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 321.698.767,00 (trezentos e vinte e um milhões, seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

EMENDA - 00001

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 007/2004-CN

Mensagem 0062/2004-CN

:TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL nº 07/2004-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério da Justiça, Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, o seguinte subtítulo:

SUPLEMENTAÇÃO:

UO: 30907
Funcional: 14.421.0661.1844.0001
Subtítulo: Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais – Nacional
Valor: R\$249.698.767,00
Mod. Aplic.: 30
GND: 4 – Investimentos

CANCELAMENTOS:

UO:	52111	UO:	52111
Funcional:	05.151.0632.3113.0001	Funcional:	05.151.0632.3113.0001
Fonte:	100	Fonte:	100
GND:	3	GND:	4
Mod. Aplic.:	90	Mod. Aplic.:	90
Valor:	R\$20.160.000,00	Valor:	R\$229.538.767,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa garantir o cumprimento da meta do programa Modernização do Sistema Penitenciário Nacional através da ação Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais, constante do PPA 2004 – 2007, com valor total de R\$819.641.643,00. Entendemos que o Sistema de Segurança deva ter uma maior prioridade de atendimento do que a aquisição de aeronaves.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado ALBERTO GOLDMAN

SP

PSDB

DATA

24/05/2004

ASSINATURA

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº. 074 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares, e de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias os trabalhos da Comissão Técnica Especial, instituída pelo Ato nº 115, de 17/10/2001, do Diretor-Executivo da Secretaria Especial de Informática – Prodasen, com vistas a concluir a implantação do novo sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 934 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007739/04-4,

RESOLVE dispensar o servidor DOUGLAS SCHIETTI R. MARTINS, matrícula 2383, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 25 de maio de 2004.

Senado Federal, 29 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 935 , DE 2004**

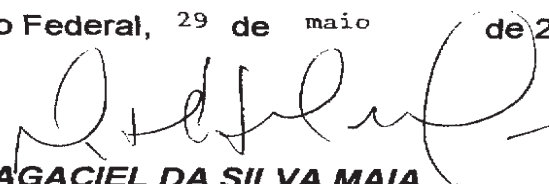
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **FRANCISCO CARLOS MELO FARIAS**, matrícula nº 4170 e, **NEUTON MAGALHÃES LOPES**, matrícula nº 4473, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 015935/01-9 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição ao gestor dignado através do Ato do Diretor-Geral nº 119, de 2002.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2004.



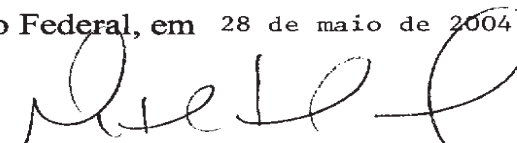
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 936 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.859/04-0,

R E S O L V E exonerar **GIOVANA FARACO DE LUCA GARCIA**, matrícula n.º 34.722, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 da Liderança do Bloco da Minoria e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na mesma da Liderança.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



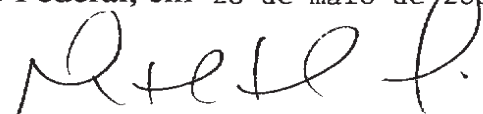
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 937 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007858/04-3,

R E S O L V E exonerar **ROSE ANE CASTILHO DA SILVEIRA FURTADO**, matrícula n.º 35395, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 938 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.763/04-2,

R E S O L V E exonerar **NEREIDA MAIRA NÓBREGA B. PIRES BEZERRA**, matrícula n.º 35.364, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 da Liderança do Bloco da Minoria e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.

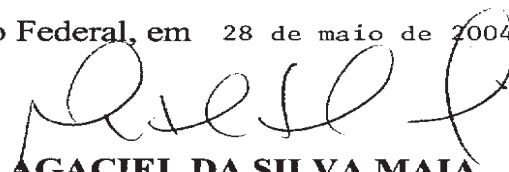

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 939 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007857/04-7,

R E S O L V E exonerar **PATRICIA ALZIRA RODRIGUES VIEIRA**, matrícula n.º 35114, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



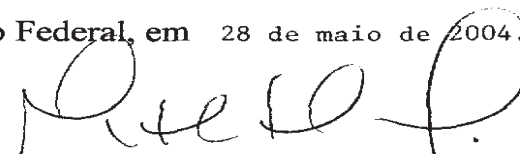
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 940 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007860/04-8,

R E S O L V E exonerar **IZABELLE GALHENO PIERI**, matrícula n.º 34721, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 941 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007862/04-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA CECÍLIA REZENDE BARBOSA**, matrícula n.º 34861, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.

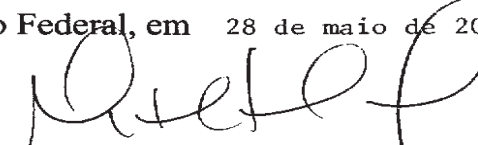

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 942 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007888/04-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **HUMBERTO REZENDE PEREIRA**, matrícula n.º 34357, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.

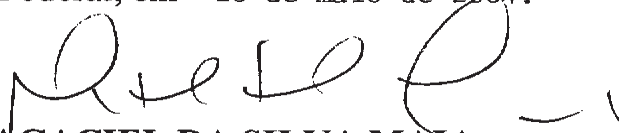

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 943 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007845/04-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA JULIANA PIMENTEL GONÇALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.

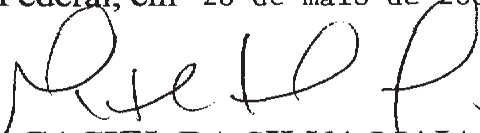

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 944 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007845/04-9**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALDENIZE PEREIRA DA SILVA**, matrícula n.º 34714, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.

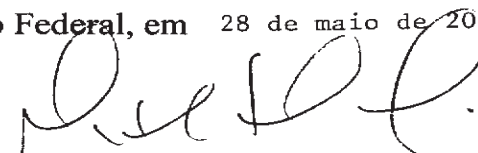

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 945 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007865/04-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JANETE ALMEIDA DO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



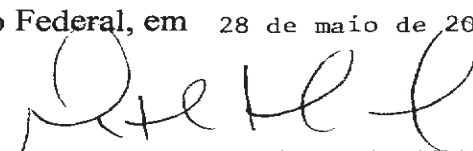
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 946 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007865/04-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CACIANE REGINA DE CONTO VAZ DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 34552, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



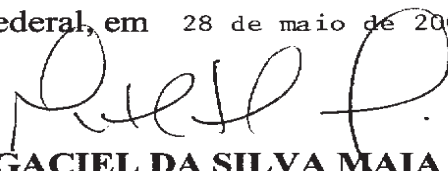
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 947 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007901/04-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NEY MADEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcos Guerra.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



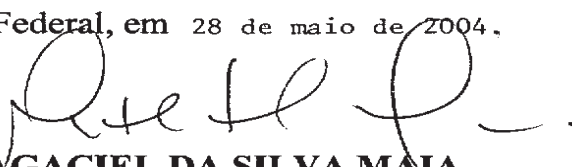
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 948 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007.770/04-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **UBIRAJARA URIEL PINHO PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



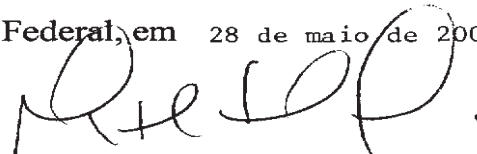
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 949 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007794/04-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JUSSARA DUARTE MONTEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



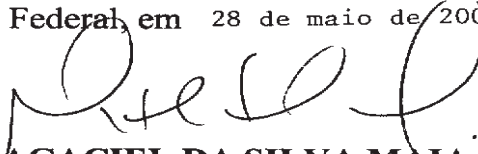
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 950 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007900/04-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA CAROLINA FERNANDES PEREZ DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcos Guerra.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 951 , DE 2004.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE:**

Designar o servidor **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**, matrícula 189, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, para a função comissionada, símbolo FC-06, de Assistente Técnico, da Subsecretaria de Suporte Técnico e Operações - SSSTO, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 952 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE:**

Designar o servidor **CARLO EDUARDO DA SILVA LOPES**, matrícula 279, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, para a função comissionada, símbolo FC-06, de Assistente Técnico, da Subsecretaria de Suporte Técnico e Operações - SSSTO, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, em 28 de maio de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 20.05.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT-SP)

Atualizado em 20.05.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

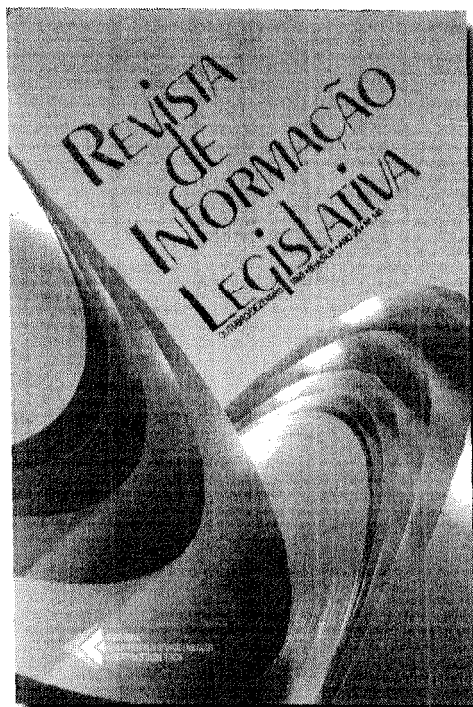
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS